

Manual para Participação na Assembleia Geral Ordinária da BM&FBOVESPA

DATA DE REALIZAÇÃO – 18 DE ABRIL DE 2011



BM&FBOVESPA

A Nova Bolsa



São Paulo, 18 de março de 2011.

Prezados Acionistas,

É com muita satisfação que os convido a participar da Assembleia Geral Ordinária da BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, convocada para o dia 18 de abril de 2011, às 15h, na Rua XV de Novembro, nº 275, Centro, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil, excepcionalmente fora da sede social da Companhia, nos termos do Edital de Convocação publicado no jornal Valor Econômico e no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 18 de março de 2011.

Nesta carta, introdutória ao Manual para Participação nas Assembleias, gostaria de destacar que o ano de 2010 foi caracterizado pela consolidação do processo de recuperação da economia brasileira após a crise financeira internacional de 2008. Cenário este que impactou positivamente o desempenho operacional e financeiro da BM&FBOVESPA.

O ano de 2010 também foi marcado pela implantação de uma série de iniciativas estratégicas nas áreas de tecnologia, educação financeira, desenvolvimento de novos produtos e fortalecimento das relações com bolsas estrangeiras, principalmente em relação ao acordo de parceria estratégica preferencial global firmado com o CME Group.

As matérias a serem deliberadas na Assembleia estão descritas no Edital de Convocação e neste Manual.

A participação efetiva dos acionistas nessas Assembleias é de extrema importância. É a oportunidade de discutir e votar as matérias trazidas à deliberação, diante das informações divulgadas para uma tomada de decisão consciente.

Nesse sentido, com o objetivo de facilitar e incentivar a participação de seus acionistas e reforçando o compromisso de adoção das melhores práticas de governança corporativa e de transparência, a BM&FBOVESPA disponibilizará o sistema “Assembleias Online” de votação por intermédio de procuração eletrônica que poderá ser acessado mediante cadastro no site www.assembleiasonline.com.br.

Convido-os a examinarem cuidadosamente o Manual para Participação nas Assembleias e demais documentos que estão à disposição dos acionistas na sede social da Companhia, no seu site de Relações com Investidores (www.bmfbovespa.com.br/ri/), bem como no site da BM&FBOVESPA (www.bmfbovespa.com.br) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br).

Atenciosamente,

Arminio Fraga Neto
Presidente do Conselho de Administração

ÍNDICE

Esclarecimentos e Orientações	5
A. Assembleia Geral Ordinária	5
B. Participação na Assembleia Geral Ordinária	6
B.1. Procuração	7
B.1.1 Procuração eletrônica.	7
B.1.1.1 Acionistas não cadastrados na plataforma Assembleias Online.....	7
B.1.1.2 Acionistas já cadastrados na plataforma Assembleias Online.....	8
B.1.2 Procuração física.	9
B.1.2.1 Pré-Credenciamento.	12
B.2. Pedidos Públicos de Procuração.....	12
C. Matérias a serem deliberadas nas Assembleias Gerais Ordinária e	
 Extraordinária	13
D. Documentos pertinentes às matérias a serem deliberadas nas Assembleias	
 Gerais Ordinária e Extraordinária da BM&FBOVESPA.....	24
Anexos	26
Anexo I – Comentários dos diretores sobre a situação financeira da	
BM&FBOVESPA.....	26
Anexo II – Informações sobre a destinação de resultados exigidas pela ICVM	
481/09	64
Anexo III – Informações Dos Candidatos A Membros Do Conselho De	
Administração, Integrantes Da Chapa Proposta Pela Administração.....	71
Anexo IV – Remuneração dos Administradores – Item 13 do Formulário de	
Referência	79

MANUAL PARA PARTICIPAÇÃO NA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA BM&FBOVESPA DE 18/04/2011

ESCLARECIMENTOS E ORIENTAÇÕES

Este Manual contém os esclarecimentos necessários para facilitar a participação dos acionistas na Assembleia Geral Ordinária da BM&FBOVESPA, a ser realizada no próximo dia 18 de abril de 2011, bem como as informações acerca das matérias a serem deliberadas pelos acionistas.

Essa iniciativa busca conciliar as práticas adotadas pela Companhia de comunicação oportuna e transparente com seus acionistas e as exigências da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das S.A.”), e da Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009 (“Instrução CVM 481”).

A. ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Em cumprimento às determinações da Lei das S.A., a BM&FBOVESPA realizará **Assembleia Geral Ordinária** convocada para:

Dia: 18 de abril de 2011

Local: Rua XV de Novembro, nº 275, Centro,
São Paulo/SP - Brasil

Horário: 15h

Na Assembleia Geral Ordinária serão deliberadas as seguintes matérias constantes da ordem do dia:

- (1) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2010;
- (2) Deliberar sobre a proposta de destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31/12/2010;

(3) Eleição dos membros do Conselho de Administração; e

(4) Fixar a remuneração global dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria para o exercício de 2011.

Informações sobre cada uma das matérias da Assembleia Geral Ordinária estão detalhadas no item C deste Manual.

B. PARTICIPAÇÃO NA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

A participação dos Acionistas nas Assembleias Gerais da Companhia é de suma importância.

Informamos que para a instalação da Assembleia Geral Ordinária em questão, será necessária a presença de pelo menos 1/4 (um quarto) do capital social da Companhia. Caso esse quorum legal não seja atingido, a Companhia anunciará nova data para a realização da Assembleia Geral Ordinária em segunda convocação, podendo ser instalada com a presença de qualquer número de acionistas.

A participação poderá ser pessoal ou por procurador devidamente constituído.

Será exigida a apresentação dos seguintes documentos, conforme o caso:

Pessoas físicas	• documento de identidade do acionista (via original ou cópia autenticada)
Pessoas jurídicas	• documentos societários que comprovem a representação legal do acionista (via original ou cópia autenticada)
	• documento de identidade do representante legal (via original ou cópia autenticada)

B.1. PROCURAÇÃO

B.1.1 Procuração Eletrônica

Com o objetivo de facilitar e incentivar a participação de seus acionistas, a BM&FBOVESPA disponibilizará, novamente, o sistema “Assembleias Online”, por meio do qual os acionistas poderão outorgar procuração para todas as matérias da ordem do dia da Assembleia Geral, por meio de certificado digital válido, privado ou da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras – ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória nº 2200-2, de 24 de agosto de 2001.

Para que possa votar via Internet, o acionista precisa se cadastrar no endereço www.assembleiasonline.com.br e obter gratuitamente seu certificado digital, seguindo os passos descritos a seguir. Os acionistas já poderão iniciar os procedimentos para cadastramento e obtenção do certificado digital.

B.1.1.1 Acionistas não cadastrados na plataforma Assembleias Online

Passo 1 – Cadastramento no portal:

- a) Acesse o endereço www.assembleiasonline.com.br, clique em “*cadastro e certificado*” e selecione o perfil adequado (acionista pessoa física ou pessoa jurídica);
- b) Preencha o cadastro, clique em cadastrar, confirme os dados e, em seguida, terá acesso ao termo de adesão, no caso de pessoa física, ou ao termo de representação, no caso de pessoa jurídica. O termo deve ser impresso, rubricado em todas as páginas e assinado com firma reconhecida.

Caso o acionista já possua certificado digital emitido pela ICP-Brasil, é necessário apenas efetuar o cadastro e assinar digitalmente o termo de adesão para estar apto a votar por meio do portal “Assembleias Online”. Assim, o acionista poderá passar diretamente ao Passo 3 descrito a seguir.

Passo 2 – Validação do cadastro e recebimento do certificado digital privado:

a) O acionista receberá e-mail do portal “Assembleias Online” com a relação dos documentos necessários para validação do cadastro, incluindo o termo de adesão. Todos os documentos devem ser enviados, por correio, ao endereço do “Assembleias Online” constante do referido e-mail.

b) Assim que a documentação for validada pela equipe do “Assembleias Online”, o acionista receberá um novo e-mail contendo os procedimentos para emissão do Certificado Digital “Assembleias Online”.

c) Após emitido o certificado, o acionista estará pronto para votar, via internet, nas Assembleias Gerais da BM&FBOVESPA.

Passo 3 – Outorga de procuração por meio eletrônico

a) Após conclusão dos passos indicados acima, para exercer seu direito de voto por meio de procuração eletrônica, acesse o endereço www.assembleiasonline.com.br, faça seu *login*, selecione a Assembleia da BM&FBOVESPA, vote e assine digitalmente a procuração;

b) O acionista receberá comprovante do seu voto por e-mail do portal “Assembleias Online”.

O acionista terá o período de 04/04/2011 a 15/04/2011 para outorgar procuração por intermédio do portal “Assembleias Online”.

B.1.1.2 Acionistas já cadastrados na plataforma Assembleias Online

No caso do acionista já ter realizado anteriormente os passos 1 e 2 do item B.1.1.1 acima, este deverá verificar a validade de seu certificado digital, para que, tendo vencido o prazo, providencie a renovação do referido certificado.

Para a renovação do certificado digital emitido pela Certisign, será necessário acessar o menu administrativo, por meio do endereço do Assembleias Online, e optar pelo serviço de renovação de certificado digital.

Após a homologação da renovação do certificado, o acionista estará apto para outorgar procurações por meio da plataforma Assembleias Online, observando as instruções

constantes do endereço www.assembleiasonline.com.br e do passo 3 do item B.1.1.1 acima.

B.1.2 Procuração Física

Além da possibilidade de outorga de procuração de forma eletrônica, as procurações também poderão ser outorgadas da forma tradicional, por instrumento físico.

A outorga de poderes poderá ser feita, nos termos do artigo 126, §1º, da Lei das S.A., a qualquer acionista, advogado, instituição financeira ou administrador da Companhia.

Caso o acionista não possa estar presente na Assembleia Geral ou não possa ser representado por procurador de sua escolha, a Companhia disponibiliza os nomes de três de seus administradores, que poderão representá-lo em conformidade com a orientação de voto proferida pelo acionista:

- 1) Para votar A FAVOR nas matérias constantes da ordem do dia:

Edemir Pinto, brasileiro, casado, economista, administrador da Companhia, domiciliado na Capital do Estado de São Paulo, na Praça Antonio Prado, nº 48, portador da Carteira de Identidade RG nº 6.572.298 e inscrito no CPF sob o nº 614.304.988-20.

- 2) Para votar CONTRA nas matérias constantes da ordem do dia:

Eduardo Refinetti Guardia, brasileiro, casado, economista, administrador da Companhia, domiciliado na Capital do Estado de São Paulo, na Praça Antonio Prado, nº 48, portador da Cédula de Identidade RG nº 11.329.884-5, inscrito no CPF/MF sob o nº 088.666.638-40.

- 3) Para ABSTER-SE nas matérias constantes da ordem do dia:

Cícero Augusto Vieira Neto, brasileiro, casado, economista, administrador da Companhia, domiciliado na Capital do Estado de São Paulo, na Praça Antonio Prado, nº 48, portador da Cédula de Identidade RG nº 14.189.028-9, inscrito no CPF/MF sob o nº 128.501.208-98.

Apresentamos, para tanto, o **modelo de instrumento de procuração abaixo**.

A Companhia não exigirá o reconhecimento de firma e/ou a consularização dos instrumentos de procuração outorgados pelos acionistas a seus representantes.

MODELO DE PROCURAÇÃO

PROCURAÇÃO
[ACIONISTA], [QUALIFICAÇÃO] (“ Outorgante ”), na qualidade de acionista da BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (“Companhia”), nomeia e constitui como seus procuradores:
Edemir Pinto , brasileiro, casado, economista, administrador da Companhia, domiciliado na Capital do Estado de São Paulo, na Praça Antonio Prado, nº 48, portador da Carteira de Identidade RG nº 6.572.298 e inscrito no CPF sob o nº 614.304.988-20, para votar A FAVOR nas matérias constantes da ordem do dia, de acordo com a orientação expressa abaixo proferida pelo(a) Outorgante;
Eduardo Refinetti Guardia , brasileiro, casado, economista, domiciliado na Capital do Estado de São Paulo, na Praça Antonio Prado, n.º 48, portador da Cédula de Identidade RG nº 11.329.884-5, inscrito no CPF/MF sob o nº 088.666.638-40, para votar CONTRA nas matérias constantes da ordem do dia, de acordo com a orientação expressa abaixo proferida pelo(a) Outorgante;
Cícero Augusto Vieira Neto , brasileiro, casado, economista, administrador da Companhia, domiciliado na Capital do Estado de São Paulo, na Praça Antonio Prado, n.º 48, portador da Cédula de Identidade RG nº 14.189.028-9, inscrito no CPF/MF sob o nº 128.501.208-98, para se ABSTER nas matérias constantes da ordem do dia, de acordo com a orientação expressa abaixo proferida pelo(a) Outorgante;
outorgando-lhes poderes para comparecer, examinar, discutir e votar, em nome do Outorgante, na Assembleia Geral Ordinária da Companhia, a ser realizada no dia 18 de abril de 2011, às 15h00, na Rua XV de Novembro, nº 275, Centro, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, excepcionalmente fora da sede social da Companhia, em conformidade com as orientações estabelecidas abaixo, acerca das seguintes matérias constantes da Ordem do Dia.
Ordem do Dia
(1) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações

financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2010;
A favor() Contra() Abstencão()
(2) Exame, discussão e aprovação da proposta de destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31/12/2010;
A favor() Contra() Abstencão()
(3) Eleição dos candidatos a membros do Conselho de Administração integrantes da chapa proposta pela Administração da Companhia; e
A favor() Contra() Abstencão()
(4) Fixar a remuneração global dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria para o exercício de 2011, conforme proposta da Administração da Companhia.
A favor() Contra() Abstencão()
<p>Para os fins da outorga deste mandato, o procurador terá poderes limitados ao comparecimento à Assembleia Geral Ordinária e ao lançamento de voto em conformidade com as orientações de voto acima manifestadas, não tendo direito nem obrigação de tomar quaisquer outras medidas que não sejam necessárias ao cumprimento deste mandato. O procurador fica autorizado a se abster em qualquer deliberação ou assunto para o qual não tenha recebido, a seu critério, orientações de voto suficientemente específicas.</p> <p>O presente instrumento de mandato tem prazo de validade de 2 (dois) meses, a partir da presente data.</p>

[Cidade], [dia] de [mês] de [2011]

 Outorgante
 Por: (assinatura)
 Cargo

B.1.2.1 PRÉ-CREDENCIAMENTO

No caso de outorga de procurações por meio físico, os originais ou cópias autenticadas dos documentos referidos em “B” e “B.1.2” podem ser entregues na sede da BM&FBOVESPA até a hora da realização da Assembleia.

No entanto, visando a facilitar o acesso dos acionistas à Assembleia Geral, solicitamos que a entrega desses documentos seja feita com a maior antecedência possível, a partir do dia 04 de abril de 2011.

No caso de envio dos documentos via fax ou e-mail, os originais ou cópias autenticadas deverão ser entregues na sede da BM&FBOVESPA até o dia da Assembleia Geral.

Os documentos devem ser entregues na Praça Antonio Prado, 48, 4º andar, Centro, CEP: 01010-901, São Paulo/SP – Brasil, aos cuidados da Diretoria de Relações com Investidores, tels: +55 11 2565-5133, +55 11 2565-5151 e + 55 11 2565-5152, fax nº +55 11 3101-0028, e-mail: ri@bmfbovespa.com.br.

B.2. PEDIDOS PÚBLICOS DE PROCURAÇÃO

Acionistas titulares de 0,5% (meio por cento) ou mais do capital social poderão incluir pedidos de procuração no sistema “Assembleias Online”, nos termos da Lei das S.A. e da Instrução CVM 481.

Os pedidos públicos de procuração devem ser acompanhados da minuta de procuração e das informações e demais documentos exigidos na Instrução CVM 481, especialmente em seu Anexo 23, e entregues na Praça Antonio Prado, 48, 7º andar, Centro, CEP: 01010-901, São Paulo/SP – Brasil, aos cuidados do Diretor Executivo Financeiro, Corporativo e de Relações com Investidores da Companhia, Sr. Eduardo Refinetti Guardia.

A Companhia e sua administração não são responsáveis pelas informações contidas em pedidos públicos de procuração realizados pelos acionistas.

A Companhia atenderá ao pedido em até 2 (dois) dias úteis contados da data do recebimento do pedido público de procuração formulado pelos acionistas, dando o mesmo

destaque no sistema “Assembleias Online” que os demais documentos disponibilizados pela Companhia.

C. MATÉRIAS A SEREM DELIBERADAS NA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA BM&FBOVESPA

Nos termos da Lei das S.A., uma vez por ano, nos quatro primeiros meses seguintes ao término do exercício social, há que se promover a realização de uma Assembleia Geral Ordinária de Acionistas, para deliberar sobre as demonstrações financeiras, a destinação do lucro líquido, a fixação do valor da remuneração dos administradores e, se for o caso, a eleição dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal.

A seguir, encontram-se os esclarecimentos da administração da BM&FBOVESPA acerca de cada um dos itens que devem ser deliberados na Assembleia Geral Ordinária:

Primeiro item Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2010.

O Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia preparadas pela administração da BM&FBOVESPA, acompanhadas do parecer dos auditores independentes, relativos ao exercício social findo em 31/12/2010, publicados no dia 18/02/2011 no jornal “Valor Econômico” e no “Diário Oficial do Estado de São Paulo”, foram aprovados pelo Conselho de Administração em reunião realizada no dia 17/02/2011.

Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras expressam a situação econômico-financeira da Companhia, bem como as mutações patrimoniais ocorridas no exercício social findo, permitindo aos acionistas avaliar a situação patrimonial e o nível de lucratividade da BM&FBOVESPA.

Essas Demonstrações compreendem o Balanço Patrimonial, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração de Fluxos de Caixa, a Demonstração de Resultado e a Demonstração do Valor Adicionado. As demonstrações financeiras são complementadas por notas explicativas que têm por fim auxiliar os acionistas na análise e entendimento dessas demonstrações.

Relatório da Administração

Acompanha as Demonstrações Financeiras o Relatório da Administração, documento que apresenta informações de caráter financeiro, como, por exemplo, as principais contas da demonstração do resultado do exercício social encerrado e também informações de caráter não financeiro, estatísticas e operacionais, tais como informações relacionadas aos colaboradores da Companhia, às suas sociedades controladas, à sua responsabilidade social, à sua governança corporativa e ao mercado de capitais de uma forma bastante abrangente, dentre outras informações.

Parecer dos Auditores Independentes

A PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes examinou as citadas demonstrações financeiras e emitiu parecer concluindo que as mesmas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BM&FBOVESPA e das suas controladas.

Documentos Apresentados pela Administração da Companhia

Encontram-se à disposição dos acionistas na sede social da Companhia, em sua página de Relações com Investidores e nos sites da BM&FBOVESPA e da Comissão de Valores Mobiliários, os seguintes documentos relativos a esse item da ordem do dia:

- (a) Relatório da Administração;
- (b) Demonstrações Financeiras;
- (c) Comentários dos diretores sobre a situação financeira da BM&FBOVESPA requeridos pelo item 10 do Formulário de Referência, conforme Instrução nº 480, de 7 de dezembro de 2009, da Comissão de Valores Mobiliários (“Instrução CVM 480”), que também constam do Anexo I ao presente;
- (d) Parecer dos Auditores Independentes;
- (e) Formulário DFP (Demonstrações Financeiras Padronizadas); e
- (f) Relatório do Comitê de Auditoria, que apresenta suas conclusões a respeito das atividades por ele desempenhadas no ano de 2010.

Segundo item Deliberar sobre a proposta de destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31/12/2010

O lucro líquido de R\$1.144.560.312,60 auferido pela BM&FBOVESPA no exercício social encerrado em 31/12/2010 corresponde, de forma bastante sintetizada, ao resultado

obtido nesse exercício após dedução da provisão para o Imposto de Renda e contribuições sociais.

Em reunião realizada no dia 17/02/2011, o Conselho de Administração da Companhia deliberou destinar o montante total do lucro líquido do exercício à conta de dividendos, proposta que será submetida à aprovação dos acionistas na Assembleia Geral Ordinária.

Importante ressaltar que, desse valor de R\$1.144.560.312,60, já foram pagos aos Acionistas no ano de 2010, a título de dividendos intermediários, a importância de R\$304.000.000,00 e a título de juros sobre capital próprio, o montante de R\$434.475.000,00. O saldo líquido remanescente de R\$406.085.312,60 será distribuído aos Acionistas a título de dividendos, se assim for aprovado na Assembleia Geral Ordinária da Companhia. Trata-se de proposta da Administração da BM&FBOVESPA, que ainda prevê que tal pagamento se realize no dia 16 de maio de 2011, observando-se o valor de R\$0,206722634 por ação (valor estimado, que pode ser modificado em razão da alienação de ações em tesouraria para atender ao exercício de opções de compra de ações outorgadas com base no Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia e por eventual aquisição de ações no âmbito do Plano de Recompra de Ações da Companhia).

As informações sobre a destinação do lucro líquido exigidas pelo Anexo 9-1-II da Instrução CVM 481 constam do Anexo II ao presente.

Terceiro item Eleger os membros do Conselho de Administração

O atual Conselho de Administração da BM&FBOVESPA foi eleito na Assembleia Geral Ordinária de 28/04/2009, com mandato até esta Assembleia Geral Ordinária. Conforme estabelece o artigo 23 do Estatuto Social da Companhia, o Conselho de Administração aprovou a chapa com os nomes dos candidatos a membros desse órgão, a serem eleitos pelos Acionistas nessa oportunidade.

A chapa proposta pela administração da BM&FBOVESPA é composta pelos seguintes candidatos, cujas informações a respeito de suas qualificações, experiências profissional e acadêmica e processos disciplinares e judiciais encontram-se descritas a seguir:

Reconduções

Arminio Fraga Neto, 53 anos, brasileiro, casado, economista, portador da Cédula de Identidade nº 3.801.096 IFP-RJ, inscrito no CPF/MF sob nº 469.065.257-00, domiciliado na Rua Codajás, nº 407, Rio de Janeiro/RJ. Sócio fundador da Gávea Investimentos desde 2003; e no período de março de 1999 a dezembro de 2002, exerceu a presidência do Banco Central do Brasil. Anteriormente, foi Diretor-Gerente da Soros Fund Management em Nova York, Diretor de Assuntos Internacionais do Banco Central do Brasil, Vice-Presidente da Salomon Brothers, em Nova York e Economista-Chefe e Gerente de Operações do Banco Garantia. Foi professor do curso de mestrado da Universidade Católica do Rio de Janeiro, da Escola de Economia da Fundação Getúlio Vargas, da School of International Affairs da Universidade de Columbia e da Wharton School. Ph.D em Economia pela Universidade de Princeton em 1985, B.A. e M.A. em Economia pela Universidade Católica do Rio de Janeiro em 1981. Não existem quaisquer processos disciplinares e judiciais em que tenha sido condenado por qualquer decisão, transitada em julgado ou não.

Candido Botelho Bracher, 51 anos, brasileiro, casado, administrador de empresas, domiciliado na Rua Piacá, nº 22, São Paulo/SP, portador da Carteira de Identidade nº 10.266.958 e inscrito no CPF/MF sob nº 039.690.188-38. Graduado em administração de empresas pela Fundação Getúlio Vargas. Foi auxiliar de Importação e Exportação da Port Trading S.A (1979), Subgerente de Exportação da Braswey Indústria e Comércio S.A. (1980), Operador de Departamento de Câmbio do Swiss Bank Corporation – Zurique/Suíça (1982); Operador de Mercados Futuros de Commodities da Commodities Corporation – Paris (1982), Diretor da Bahia Corretora e Gerente do Banco da Bahia Investimentos (1983-1985), Diretor e Vice-Presidente Executivo do BADESP - Banco de Desenvolvimento do Estado de São Paulo (1985-1987), Diretor do Banco Itamarati (1987-1988), Diretor do Banco BBA Creditanstalt (1988-2003), Vice-Presidente do Banco Itaú BBA (2003-2005), Presidente do Banco Itaú BBA (2005 até presente). Não existem quaisquer processos disciplinares e judiciais em que tenha sido condenado por qualquer decisão, transitada em julgado ou não.

Claudio Luiz da Silva Haddad, 62 anos, brasileiro, casado, engenheiro mecânico e industrial, portador da Cédula de Identidade nº 2002998 e inscrito no CPF/MF sob nº 109286697-34, domiciliado na Rua Irlanda, nº 135, São Paulo/SP. Engenheiro mecânico e

industrial pelo Instituto Militar de Engenharia do Rio de Janeiro(1969), mestre e doutor em economia pela Universidade de Chicago (1974) e OPM pela Harvard Business School (1987). Foi professor em tempo integral da Escola de Pós-Graduação da FGV de 1974 a 1979. Em 1979 atuou como economista-chefe do Banco de Investimentos Garantia S.A., e, em 1980, foi nomeado diretor do Banco Central do Brasil, onde foi responsável pela dívida pública e pelas operações no mercado aberto, tendo permanecido nesta posição até o final de 1982. Voltou ao Banco de Investimentos Garantia S.A., em 1983, na qualidade de sócio e diretor responsável pela divisão de Finanças Corporativas e, posteriormente, por toda a área de Banco de Investimento. Em 1992 foi nomeado diretor-superintendente do banco, cargo que exerceu até julho de 1998. É presidente do Insper Instituto de Ensino e Pesquisa, presidente do Conselho de Administração e principal acionista do Grupo IBMEC S.A. É também presidente e fundador do Instituto Futuro do Brasil (IFB), presidente do Conselho Consultivo do David Rockefeller Center da Harvard University para o Brasil, do Conselho de Administração e da Mesa diretora do Hospital Israelita Albert Einstein, bem como do Conselho de Administração da Ideal Invest S.A. e do Instituto Unibanco. Não existem quaisquer processos disciplinares e judiciais em que tenha sido condenado por qualquer decisão, transitada em julgado ou não.

Craig Steven Donohue, 47 anos, norte-americano, casado, empresário, portador do passaporte norte americano nº 028525455, com endereço comercial em 20 South Wacker Drive, Chicago, Illinois 60606, Estados Unidos da América. É advogado e possui MBA pela Northwestern University. Exerce o cargo de Diretor Geral e de membro do Conselho de Administração do CME Group desde janeiro de 2004. Anteriormente ocupou diversos cargos de destaque no CME Group. Foi eleito membro do Conselho de Administração da Bolsa de Mercadorias & Futuros - BM&F S.A. em 26 de fevereiro, 2008, sociedade que foi incorporada pela BM&FBOVESPA em maio de 2008. Preside o Conselho Nacional de Educação Econômica (NCEE) e é membro do Conselho do Clube de Executivos e da Câmara de Comércio de Chicago. Faz parte do Conselho Consultivo de Assuntos Globais de Chicago (*Chicago Council Global Affairs*), é vice-presidente ds Fundação do CME Group e Presidente da Fundação do CME Group para a comunidade. Integra também a Câmara Consultiva de Mercados Globais da Commodity Futures Trading Commission (CFTC). Em maio de 2008 foi eleito como Membro do Conselho de Administração da BM&FBOVESPA S.A.. Não existem quaisquer processos disciplinares e judiciais em que tenha sido condenado por qualquer decisão, transitada em julgado ou não.

José Roberto Mendonça de Barros, 64 anos, brasileiro, casado, economista, portador Cédula de Identidade nº 2.965.578-X-SSP-SP, inscrito no CPF/MF sob nº 005.761.408-30, domiciliado na Av. Brig. Faria Lima, 1.739, 5º andar Cerqueira César, São Paulo/SP. Graduou-se e é doutor em economia pela Universidade de São Paulo e fez pós-doutorado no Economic Growth Center, Yale University, nos Estados Unidos da América. É consultor desde 1978, prestando consultoria a seus clientes sobre temas econômicos e políticos. É membro do Conselho Consultivo do Grupo O Estado de São Paulo, da FEBRABAN e da Companhia Brasileira de Distribuição (Pão de Açúcar). É membro do conselho de administração da Tecnisa S.A. e do Banco Santander (Brasil) S.A. Foi Secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda e Secretário Executivo da Câmara de Comércio Exterior da Presidência da República. Foi sócio-gerente da Mendonça de Barros Associados S/C e do Comitê Estratégico da Companhia Vale do Rio Doce. No meio acadêmico, foi professor visitante do Departamento de Economia Agrícola e Sociologia Rural da Ohio State University e professor assistente Doutor da Faculdade de Economia da Universidade de São Paulo. Foi membro do conselho de administração da CESP - Companhia Energética de São Paulo, Eletropaulo, CPFL e Comgas. Em maio de 2008 foi eleito como Membro Independente do Conselho de Administração da BM&FBOVESPA S.A.. Não existem quaisquer processos disciplinares e judiciais em que tenha sido condenado por qualquer decisão, transitada em julgado ou não.

Julio de Siqueira Carvalho de Araújo, 54 anos, brasileiro, casado, bancário, portador da Cédula de Identidade nº 3.272.499 IFP-RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 425.327.017-49, domiciliado na Cidade de Deus, s/nº, prédio vermelho, 4º andar, Vila Yara, Osasco/SP. Iniciou sua carreira em março de 1978 no Banco BCN S.A., instituição adquirida em 1997 pelo Banco Bradesco. Passou por todos os escalões da carreira bancária, sendo eleito em outubro de 1989 como Diretor do Banco BCN S.A. Em agosto de 2000 foi eleito Diretor Vice-Presidente Executivo do Banco Bradesco, cargo que ocupa atualmente, e participa da administração de diversas empresas do mesmo grupo econômico do Banco Bradesco. É membro da Mesa Regedora e Diretor Gerente da Fundação Bradesco, membro do Conselho de Administração e Diretor Gerente do Instituto de Moléstias do Aparelho Digestivo e da Nutrição (FIMADEN), membro do Conselho de Administração do Fundo Garantidor de Créditos – FGC, presidente do Conselho de Administração da Câmara Interbancária de Pagamentos – CIP, membro suplente do Conselho de Agronegócio – CONSAGRO, e Diretor Efetivo da Confederação Nacional do Sistema Financeiro – CONSIF. Foi membro efetivo do Conselho de Administração da CBLIC e do Conselho Deliberativo da Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança -

ABECIP. Em maio de 2008 foi eleito como Membro do Conselho de Administração da BM&FBOVESPA S.A.. Não existem quaisquer processos disciplinares e judiciais em que tenha sido condenado por qualquer decisão, transitada em julgado ou não.

Luis Stuhlberger, 54 anos, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade nº 4.405.195 - SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob nº 881.983.918-00, domiciliado na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1830, Torre 4, 7º andar, Itaim Bibi, São Paulo/SP. É acionista minoritário da empresa Credit Suisse Hedging-Griffo Investimentos S.A. que é indiretamente detentora da totalidade das ações de emissão da Credit Suisse Hedging-Griffo Corretora de Valores S.A, e, também, é detentora da totalidade das ações de emissão da Credit Suisse Hedging-Griffo Asset Management S.A e da Credit Suisse Hedging-Griffo serviços Internacionais S.A, sendo diretor responsável pela área de gestão de carteira destas empresas. É engenheiro, formado pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo e pós-graduado em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas. Não existem quaisquer processos disciplinares e judiciais em que tenha sido condenado por qualquer decisão, transitada em julgado ou não.

Marcelo Fernandez Trindade, 46 anos, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/RJ sob o nº. 67729, no CPF/MF sob o nº 776.785.247-49, domiciliado na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 2.601, 8º andar, São Paulo/SP. Graduado em direito na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). É sócio de Trindade Sociedade de Advogados. Advogado desde 1986, Professor de Direito Civil do Departamento de Direito da PUC-Rio desde 1993, quando foi admitido em concurso de provas e títulos. É Professor do Curso de Pós-Graduação em Direito Empresarial da Escola de Direito da Fundação Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro. Foi sócio de Cardoso, Rocha, Trindade e Lara Resende Advogados, entre 1994 e 1998, e de Tozzini Freire Teixeira e Silva advogados, entre 1999 e 2000 e entre 2002 e 2004. Foi Diretor da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) entre 2000 e 2002, e Presidente da CVM entre 2004 e 2007. Em maio de 2008 foi eleito como Membro Independente do Conselho de Administração da BM&FBOVESPA S.A. Não existem quaisquer processos disciplinares e judiciais em que tenha sido condenado por qualquer decisão, transitada em julgado ou não.

Renato Diniz Junqueira, 57 anos, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade nº 5.277.782, inscrito no CPF/MF sob nº 679.361.308- 10, domiciliado na Av. Brigadeiro Faria Lima, 1461, 2º andar, Torre Sul, São Paulo/SP. É graduado em administração de empresas pela EAESP da Fundação Getulio Vargas.

Trabalhou como executivo no Banco do Comercio e Industria de São Paulo de 1973 a 1985. Foi conselheiro da Bolsa de Mercadorias e Futuros (BMF) de 1997 a 2000. Foi vice-presidente do conselho de administração da Bolsa de Mercadorias e Futuros (BMF) de 2001 a 2007. Foi vice- presidente da Bolsa Brasileira de Mercadorias (BBM) de 2002 a 2007. Foi diretor do Banco Intercep S.A. de 1987 a 2010. Atualmente é presidente do Conselho de Administração da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro (BVRJ) e membro do Conselho de Administração do Banco Intercep S.A. Também é agropecuarista com atividade em cana de açúcar e gado de corte. Não existem quaisquer processos disciplinares e judiciais em que tenha sido condenado por qualquer decisão, transitada em julgado ou não.

René Marc Kern, 45 anos, norte-americano, casado, empresário, portador do passaporte nº. 3560470115, emitido pelo Departamento de Estado dos Estados Unidos da América, com endereço comercial em 55 E. 52nd Street, 32nd Flr., New York, NY 10055 – Estados Unidos da América. Graduado pela Universidade da Califórnia, Berkeley e possui MBA pela Universidade da Pensilvânia. Foi consultor da Bain & Co e iniciou suas atividades junto à General Atlantic em 1996 após atuar no Morgan Stanley. Atualmente ocupa a posição de Managing Director na General Atlantic, atuando também como membro do Comitê Executivo, Presidente do Comitê de Capital e membro do Comitê de Investimento e do Comitê de Portfólio. Além disso, é membro dos conselhos de administração da GETCO Holding Company, LLC e Amedes Holding AG. Em maio de 2008 foi eleito como Membro do Conselho de Administração da BM&FBOVESPA S.A. Não existem quaisquer processos disciplinares e judiciais em que tenha sido condenado por qualquer decisão, transitada em julgado ou não.

Nova Indicação

Pedro Pullen Parente, 58 anos, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade nº 193545 SSP/DF, inscrito no CPF/MF sob o nº 059.326.371-53, domiciliado na Rua São Carlos do Pinhal, nº 402, apto 12, São Paulo/SP. Iniciou a carreira no serviço público no Banco do Brasil em 1971 e em 1973, foi transferido para o Banco Central, em ambos os casos por concurso público, sendo que se aposentou pelo Banco Central em 2010. Foi consultor do Fundo Monetário Internacional e de instituições públicas no País, incluindo Secretarias de Estado e a Assembleia Nacional Constituinte de 1988, tendo atuado em diversos cargos na área econômica do Governo. Foi Ministro de Estado (1999-2002), tendo sido o coordenador da equipe de transição do Governo do Presidente

Fernando Henrique Cardoso para o Presidente Lula. Neste período, relevante também a atuação como Presidente da Câmara de Gestão da Crise de Energia de 2001/2002. No período de 2003 até 2009 foi Vice-Presidente Executivo (COO) do Grupo RBS. É Presidente e CEO da Bunge Brasil desde janeiro de 2010. Atualmente é membro dos conselhos da AMCHAM Brasil, RBS, FNQ e Conex. Não existem quaisquer processos disciplinares e judiciais em que tenha sido condenado por qualquer decisão, transitada em julgado ou não.

São candidatos a Conselheiros Independentes os Srs. Arminio Fraga Neto, Cláudio Luiz da Silva Haddad, José Roberto Mendonça de Barros, Marcelo Fernandez Trindade, Pedro Pullen Parente e René Marc Kern.

Chapas concorrentes

Os Acionistas ou grupo de acionistas que desejarem propor outra chapa para concorrer aos cargos no Conselho de Administração poderão fazê-lo com antecedência mínima de 5 (cinco) dias da data marcada para a realização daquela Assembleia, conforme prevê o art. 23 do Estatuto Social da Companhia.

Voto Múltiplo

Vale lembrar que os Acionistas que representem, no mínimo, 5% (cinco por cento) do capital social da Companhia poderão requerer a adoção do processo de voto múltiplo na eleição dos novos membros do Conselho de Administração, desde que o façam com antecedência de 48 (quarenta e oito) horas da data agendada para a realização da Assembleia Geral Ordinária.

Na eleição de conselheiros pelo processo de voto múltiplo, são atribuídos a cada ação tantos votos quantos sejam os membros do Conselho a serem eleitos, sendo permitida aos Acionistas a cumulação de votos em um só candidato, ou a distribuição entre vários. A eleição de conselheiro pelo voto múltiplo é uma faculdade instituída pela Lei das Sociedades Anônimas com a finalidade de permitir que acionistas minoritários consigam eleger candidatos a vagas no Conselho de Administração, em contraposição à predominância do acionista controlador nas deliberações da Assembleia Geral. A BM&FBOVESPA é uma companhia com controle acionário difuso, i.e., não possui acionista controlador.

As informações sobre os candidatos a membros do Conselho de Administração, integrantes da chapa proposta pela Administração, exigidas pelos itens 12.6 a 12.10 do Formulário de Referência previsto pela Instrução CVM 480, constam do Anexo III ao presente.

Quarto item Fixar a remuneração global dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria para o exercício de 2011

Em reunião realizada no dia 17/02/2011, o Conselho de Administração da Companhia deliberou que a proposta de remuneração global anual a ser apresentada à Assembleia Geral Ordinária é de até R\$4.282.122,50 para o Conselho de Administração e de até R\$16.017.091,59 para a Diretoria.

Apresenta-se, a seguir, o valor da referida verba proposta, com o detalhamento de forma a permitir uma análise mais apurada por parte dos acionistas:

Proposta de Remuneração para o Exercício de 2011 (R\$M)				
ADMINISTRADORES	Remuneração Fixa	Benefícios	Remuneração Variável de Curto Prazo	TOTAL
Conselheiros	4.282	-	-	4.282
Diretoria Executiva	4.787	741	10.488	16.017
TOTAL	9.069	741	10.488	20.299

Remuneração Fixa

A remuneração fixa é composta de 13 salários ao ano, corrigida anualmente por força de acordo coletivo.

Benefícios

Pacote de benefícios, que inclui assistência médica e odontológica, seguro de vida, ticket refeição, previdência privada, benefício de uso de veículo, check up, estacionamento e uso de telefone celular, tendo por objetivo o oferecimento de um pacote atrativo e que seja minimamente compatível com os padrões do mercado para o desempenho de funções semelhantes.

Remuneração Variável Curto Prazo

No que se refere a remuneração variável de curto prazo, os indicadores de desempenho que são levados em consideração para determinação da remuneração são: nossa política de remuneração variável, que se baseia no conceito de múltiplos salariais que variam de acordo com a senioridade de cada cargo, as avaliações de desempenho individuais, as quais consideram fatores próprios de cada função (nível de cargo), e os indicadores de desempenho global da Companhia conforme descrito abaixo.

Em 2011, o indicador de desempenho global estabelecido pelo Conselho de Administração continua sendo o Lucro Líquido Ajustado, conforme divulgado trimestralmente. O valor total da remuneração variável de curto prazo que será paga aos administradores e funcionários da Companhia durante o exercício de 2011 será calculado com base no Lucro Líquido Ajustado da Companhia efetivamente apurado, considerado o limite de despesa prevista no orçamento do exercício, e deverá representar 3,5% deste resultado caso o mesmo se situe na faixa de 90 a 150% da meta estabelecida pelo Conselho de Administração. Caso ocorra superação das despesas orçadas para o exercício, será aplicado um redutor no percentual do Lucro Líquido Ajustado acima citado, na exata proporção do acréscimo de despesa realizada versus a despesa orçada.

Caso o Lucro Líquido Ajustado seja inferior a 90% da meta estabelecida pelo Conselho, o valor total da remuneração variável de curto prazo deverá ser reduzido para o montante correspondente a 2% do resultado de Lucro Líquido Ajustado.

Caso o Lucro Líquido Ajustado seja superior a 150% da meta estabelecida pelo Conselho, o valor total da remuneração variável de curto prazo corresponderá à soma dos seguintes valores: (i) montante correspondente à aplicação do percentual de 3,5% sobre 150% da meta, e (ii) o montante correspondente à aplicação do percentual de 2% sobre o montante do Lucro Líquido Ajustado que exceder 150% da meta. Desse valor, uma parte será destinada à Diretoria Estatutária e sua distribuição deverá seguir a regra de múltiplos salariais e diferenciação baseada na performance individual.

O montante global da remuneração submetido à aprovação da Assembleia Geral Ordinária relacionado na tabela acima leva em consideração um Lucro Líquido Ajustado de 10% acima da meta definida pelo Conselho de Administração. Na hipótese de, ao final do exercício de 2011, ser apurado um resultado superior a esse patamar, é possível que o valor da remuneração a ser paga aos administradores de acordo com a política de remuneração aqui descrita ultrapasse o montante global da remuneração a ser aprovado pela Assembleia Geral Ordinária a se realizar em 18/04/2011, devendo o valor excedente pago ser ratificado em Assembleia Geral a se realizar em 2012.

As informações sobre a remuneração dos administradores exigidas pelo item 13 do Formulário de Referência previsto pela Instrução CVM 480 constam do Anexo IV ao presente.

D. DOCUMENTOS PERTINENTES ÀS MATÉRIAS A SEREM DELIBERADAS NA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA BM&FBOVESPA

Encontram-se à disposição dos Senhores Acionistas, na sede social da Companhia, no seu site de Relações com Investidores (www.bmfbovespa.com.br/ri/), bem como nos sites da BM&FBOVESPA (www.bmfbovespa.com.br) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br), os seguintes documentos:

- Edital de Convocação

- Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2010 (Relatório de Administração, Demonstrações Financeiras, Parecer dos Auditores Independentes e do Comitê de Auditoria)

- Formulário DFP (Demonstrações Financeiras Padronizadas)

- Relatório do Comitê de Auditoria

- Ata da RCA de 17/02/2011, com a Proposta de Destinação de Lucro do exercício findo em 31/12/2010

- Proposta do Conselho de Administração, contendo as informações relativas à proposta de destinação dos resultados requeridas no Anexo 9-1-II da Instrução CVM 481

- Comentários dos Diretores sobre a situação financeira da BM&FBOVESPA – item 10 do Formulário de Referência, conforme Instrução CVM 480

- Informações sobre os candidatos a membros do Conselho de Administração -

itens 12.6 a 12.10 do Formulário de Referência.

- Declarações dos candidatos a membros do Conselho de Administração, integrantes da chapa proposta pela Administração, conforme exigido pela Instrução CVM nº 367/2002 e pelo artigo 23, §2º, do estatuto social da Companhia.
-
- Informações sobre a remuneração dos administradores – item 13 do Formulário de Referência, conforme Instrução CVM 480

Frisamos que para solucionar qualquer dúvida deve ser contatado a Diretoria de Relações com Investidores, pelos telefones +55 11 2565-4007, 2565-4729, 2565-4418 ou 2565-4834 ou enviado e-mail ao ri@bmfbovespa.com.br.

ANEXO I

COMENTÁRIOS DOS DIRETORES ITEM 10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

10 Comentários dos diretores¹

10.1 Comentários dos diretores sobre:

a. condições financeiras e patrimoniais gerais

Condições financeiras e patrimoniais gerais entre os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2010 e 2009

O ano de 2010 consolidou a retomada do crescimento da economia brasileira que começou a ser desenhado já no final de 2009 e teve impactos claros na evolução dos volumes negociados em nossos mercados, com o volume médio diário negociado no segmento BM&F crescendo 64,7% e no segmento Bovespa 22,7%, em relação às médias de 2009.

A melhora no desempenho operacional traduziu-se em aumento de 25,7% da receita bruta da Companhia, de 29,9% do Lucro Líquido² e de 34,9% do EBITDA³, levando, também, ao aumento da Margem EBITDA⁴ de 64,9% para 69,6%.

O desempenho do segmento Bovespa foi influenciado, principalmente, por dois fatores:

- a oferta pública de ações da Petrobras que afetou negativamente os volumes nos meses que antecederam a operação e positivamente logo após a sua conclusão. Dada a relevância dessa oferta, muitos participantes diminuíram o seu nível de atividade à espera da sua conclusão, criando um efeito conhecido no mercado como *overhang*;
- a recuperação no nível de preços das ações das companhias negociadas. Embora o principal índice do mercado de ações brasileiro, o Ibovespa, tenha subido 1,0% no ano, a pontuação média desse índice foi 27,8% superior à de 2009.

Já o crescimento dos volumes no segmento BM&F está atrelado, em especial, à evolução do grupo de contratos de taxa de juros em R\$, cujo volume médio diário cresceu quase 100%. Referido crescimento está principalmente ligado ao aumento do crédito e à volatilidade relacionada às diferenças de opiniões com relação às decisões do Banco Central do Brasil (Bacen) sobre a taxa básica de juros (Selic).

A recuperação da BM&FBOVESPA em relação à crise financeira internacional de 2008/09 também pode ser ilustrada pela retomada das captações por meio de ofertas públicas de ações que atingiram nível recorde em 2010, o que colocou o mercado brasileiro de ações na 3ª posição entre os maiores do mundo em volume captado por meio de aberturas de capital e ofertas subsequentes das empresas já listadas. Esse recorde está diretamente relacionado com a operação da Petrobras.

Por fim, após a conclusão do esforço inicial de integração das ex-BM&F e ex-Bovespa, em 2010 a Companhia intensificou seus esforços (i) no seu parque tecnológico, com um programa de investimentos que suportará o seu crescimento; (ii) no desenvolvimento de parcerias internacionais, com destaque para o acordo com o CME

¹ Os dados financeiros referem-se às demonstrações financeiras consolidadas

² Lucro Líquido atribuído aos acionistas da BM&FBOVESPA.

³ EBITDA (*Earnings before interest, taxes, depreciation and amortization*) – Lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização.

⁴ EBITDA dividido pela receita líquida.

Group; (iii) na educação financeira, para elevar a penetração do mercado de capitais na classe média; (iv) na atividade de fomento para aumentar a quantidade de empresas listadas; e (v) no desenvolvimentos de novos produtos.

Condições financeiras e patrimoniais gerais entre os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2009 e 2008

O ano de 2009 teve início em meio a um cenário de grande incerteza, no qual projeções pessimistas em relação ao futuro da economia mundial se renovavam a cada nova notícia ou dado divulgado ao mercado. Tal cenário foi resultado da mais aguda crise financeira mundial desde a década de 30, tendo início em 2008.

Essa conjuntura impactou diretamente o desempenho dos mercados administrados pela BM&FBOVESPA. No segmento Bovespa, verificou-se redução nos volumes negociados, resultante, principalmente, da queda no nível de preços das ações negociadas nesse mercado e da aversão a risco por parte dos investidores. Já no segmento BM&F, a contração no nível de concessão de crédito e, conseqüentemente, na necessidade de hedge, a aversão a risco e o processo de desalavancagem fizeram com que o volume de contratos derivativos negociados também caísse. Esse quadro com baixos volumes de negociação predominou durante a maior parte do primeiro semestre.

Esses fatores levaram a uma queda de 3,3% no volume médio diário negociado no segmento BM&F e de 4,3% no segmento Bovespa em relação às médias de 2008, o que traduziu-se em queda de 6,2% da receita bruta da Companhia. Por outro lado, a redução de despesas, que será comentada mais adiante, levou a um aumento de 36,5% do Lucro Líquido e de 6,7% do EBITDA, com a Margem EBITDA subindo de 57,0% para 64,9%.

Apesar do péssimo momento vivido pela economia mundial, o Brasil acabou se destacando positivamente ao longo do ano e, diferentemente do que aconteceu em outros momentos de turbulência, o País foi um dos que menos sofreu com a crise internacional. O nível de atividade da economia, apesar de ter caído, foi muito menos afetado do que a média mundial e o fluxo de investimento estrangeiro voltou a crescer rapidamente, provocando, inclusive, forte valorização do real perante o dólar norte-americano.

Essa melhora no cenário e nas perspectivas para a economia brasileira teve reflexo nos mercados administrados pela BM&FBOVESPA. Como exemplos, podemos citar: a valorização do Ibovespa ao longo do ano, a maior entre os principais mercados acionários do mundo; a retomada das captações por meio de ofertas públicas de ações, sendo 2009 o segundo melhor ano da história, colocando o mercado brasileiro de ações na 4ª posição entre os maiores do mundo em termos de volumes captados em aberturas de capital (7ª posição em captações totais) e com a maior operação do ano, a do Banco Santander Brasil, sendo realizada aqui; e o crescimento dos volumes negociados no segmento Bovespa, cuja negociação média diária do quarto trimestre atingiu o nível mais alto de sua história.

No caso do segmento BM&F, a redução no nível de alavancagem financeira dos participantes do mercado continuou afetando negativamente os volumes negociados, mesmo no segundo semestre.

b. Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas:

A estrutura de capital da Companhia apresentou as seguintes composições: (i) Em 31 de dezembro de 2010 - 85,8% de capital próprio e 14,2% de capital de terceiros; (ii) Em 31 de dezembro de 2009 - 92,8% de capital próprio e 7,2% de capital de terceiros; (iii) Em 31 de dezembro de 2008 - 94,4% de capital próprio e 5,6% de capital de terceiros.

(em milhares de Reais)	2010	%	2009	%	2008	%
Passivo Circulante e Não Circulante	3.214.927	14,2%	1.494.946	7,2%	1.138.365	5,6%
Patrimônio Líquido	19.419.048	85,8%	19.342.893	92,8%	19.291.724	94,4%
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	22.633.975	100,0%	20.837.839	100,0%	20.430.089	100,0%

Referente ao capital de terceiros, há uma parcela de passivo oneroso relacionada, principalmente, à emissão de dívida no exterior realizada em 16 de julho de 2010 (ver item 10.1.f):

(em milhares de Reais)	2010	%	2009	%	2008	%
Passivo Oneroso Total	1.043.213	5,1%	11.790	0,1%	4.087	0,0%
Juros a pagar sobre emissão de dívida no exterior e empréstimos	33.154		9.295		4.087	
Emissão de dívida no exterior e empréstimos	1.010.059		2.495		-	
Patrimônio Líquido	19.419.048	94,9%	19.342.893	99,9%	19.291.724	100,0%
Passivo Oneroso Total e Patrimônio Líquido	20.462.261	100,0%	19.354.683	100,0%	19.295.811	100,0%

Conforme dados apresentados acima, a Companhia apresenta níveis conservadores de alavancagem, seja considerando recursos de terceiros em geral (passivo circulante e passivo não-circulante) ou apenas o passivo oneroso (endividamento e juros sobre o endividamento).

- i. **hipóteses de resgate**
- ii. **fórmula de cálculo do valor de resgate**

Não há hipótese de resgate de ações de emissão da Companhia além das legalmente previstas.

c. **capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros**

Em 2010, o resultado financeiro alcançou R\$298.024 mil, alta de 17,4% em relação a 2009, com as receitas financeiras tendo subido de R\$289.686 mil para R\$354.806 mil, refletindo os aumentos da taxa de juros que remunera as aplicações financeiras e do caixa médio aplicado. Apesar do aumento, o resultado financeiro foi impactado pelo aumento nas despesas financeiras, passando de R\$35.824 mil em 2009 para R\$56.782 mil em 2010, em função dos juros da emissão de títulos no exterior realizada em julho de 2010.

Em 2009 nosso resultado financeiro alcançou R\$253.862 mil, resultante de: R\$289.686 mil em receitas financeiras, 20,6% inferior a 2008, refletindo a queda na taxa de juros média que remunera as aplicações financeiras; e de R\$35.824 mil em despesas, 39,2% inferior a 2008.

O EBITDA em 2010 foi de R\$1.315.046 mil, apresentando crescimento de 34,9% sobre 2009, quando atingiu R\$975.108 mil. A Margem EBITDA ficou em 69,6%. Em 2008, o EBITDA foi de R\$913.493 mil, com Margem EBITDA de 57,0%.

Em 2010, a BM&FBOVESPA apresentou lucro líquido de R\$1.144.561 mil, 29,9% superior ao de 2009. O aumento do lucro deve-se à melhora da performance operacional, à melhora do resultado financeiro e ao resultado da equivalência patrimonial dos investimentos no CME Group. Em 2009 apresentamos lucro líquido de R\$881.050 mil, aumento de 36,5% em relação ao ano anterior, principalmente por conta da redução de despesas, tais como as quedas de 27,4% dos gastos com o processamento de dados e de 37,8% nas despesas de promoção e divulgação, refletindo a captura de sinergias após a integração da BM&F e da Bovespa Holding, além da despesa de R\$19,6 milhões de despesas de integração das companhias, que não se repetiu em 2009.

Em 2010, o saldo da dívida líquida da Companhia ficou em R\$2.392.132 mil negativo, contra R\$ 3.919.993 mil negativo em 2009 e R\$ 2.988.600 mil negativo em 2008, o que reflete a baixa alavancagem financeira e proporciona uma elevada capacidade de pagamento dos seus compromissos financeiros.

Em 2010, as disponibilidades e aplicações financeiras de curto e longo prazo alcançaram R\$3.435.345 mil, representando 15,2% do ativo total, e em 2009, representaram 15,3% do ativo total. Possuímos uma política de aplicação do saldo em caixa que privilegia a preservação do capital, alocando recursos em investimentos altamente conservadores, com altíssima liquidez e baixíssimo risco, o que se traduz em proporção expressiva de posições que possuem risco soberano brasileiro, majoritariamente pós-fixados na taxa de juros básica (CDI/Selic). Com base nisto, entendemos que a Companhia apresenta plenas condições para honrar os seus compromissos financeiros de curto e longo prazos.

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas; e

A principal fonte de financiamento para capital de giro e investimento em ativos não circulantes da Companhia é a sua própria geração de caixa operacional, a qual é suficiente para suportar as necessidades de capital de giro.

A Companhia também utiliza operações de mercado de capitais (*Senior Unsecured Notes*) e contratos de arrendamento mercantil como alternativas de financiamento de seus investimentos (características do endividamento descritos no item "10.1.f").

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Conforme mencionado anteriormente, a BM&FBOVESPA tem como principal fonte de financiamento para capital de giro e investimentos em ativos não-circulantes a sua própria geração de caixa operacional.

A Companhia ainda poderá avaliar alternativas complementares de fontes de financiamento através da contratação de empréstimos bancários, financiamentos junto a agências de fomento e do acesso aos mercados de capitais local e no exterior. A classificação da Companhia pelas principais agências de *rating* internacionais (*Standard & Poor's* e *Moody's*) como "grau de investimento", local e internacionalmente⁵, facilita a obtenção de novos financiamentos para suprir eventual necessidade de liquidez.

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas

Em 16 de julho de 2010 a BM&FBOVESPA concluiu a oferta de *Senior Unsecured Notes*, com valor nominal total de US\$ 612.000 mil, ao preço de 99,635% do valor nominal, o que resultou numa captação de US\$ 609.280 mil (equivalentes na data a R\$1.075.323 mil). A taxa de juros é de 5,50% a.a., com pagamento semestral nos meses de janeiro e julho e com principal vencendo em 16 de julho de 2020. O custo efetivo foi de 5,64% a.a., o que inclui o deságio e outros custos relacionados à captação, dos quais os principais são: taxa pela classificação de crédito da emissão pelas agências de *rating Standard & Poor's* e *Moody's*, taxa dos bancos estruturadores, custos relacionados à custódia, listagem, além dos custos legais. O saldo atualizado do empréstimo em 31 de dezembro de 2010 é de R\$1.040.238 mil, o que inclui o montante de R\$30.179 mil referentes aos juros da operação. Os recursos advindos da oferta foram utilizados para a aquisição de ações do CME Group na mesma data.

A partir desta data, as variações da taxa de câmbio do principal da dívida foram consideradas como instrumento de cobertura, com o objetivo de proteger o risco de variação cambial incidente sobre parte equivalente a US\$ 612.000 mil (*notional*) do investimento no CME Group Inc (Nota 7 – Demonstração Financeira do exercício de 2010). Assim sendo, a BM&FBOVESPA adotou a contabilidade de hedge de investimento líquido, de acordo com o disposto no Pronunciamento Técnico CPC 38. Para tanto, efetuou a designação formal das operações documentando: (i) objetivo do *hedge*, (ii) tipo de *hedge*, (iii) natureza do risco a ser coberto, (iv) identificação do objeto de cobertura (*hedged item*), (v) identificação do instrumento

⁵ *Standard&Poor's*: BBB+ (crédito de contraparte); A-2 (emissor); e *Moody's*: A1 (emissor escala global); Aaa.br (emissor escala brasileira); Baa2 (notas globais).

de cobertura (*hedging instrument*), (vi) demonstraco da correlaco do *hedge* e objeto de cobertura (teste de efetividade retrospectivo) e (vii) a demonstraco prospectiva da efetividade.

De acordo com o disposto no CPC 38, a BM&FBOVESPA avalia a efetividade do *hedge* de investimento lido numa operaco estrangeira por meio de testes retrospectivo e prospectivo. Para tanto, a Companhia adota como metodologia de teste de efetividade retrospectivo a razo dos ganhos ou perdas acumuladas da moeda estrangeira na dvida com os ganhos ou perdas na moeda estrangeira no investimento lido (*Dollar offset method on a cumulative and spot basis*). Quanto  metodologia do teste de efetividade prospectivo, a BM&FBOVESPA utiliza cenrios de estresse aplicados sobre a varivel de cobertura, ou seja, anlise de sensibilidade da variao da moeda estrangeira. A aplicaco dos citados testes de efetividade no revelaram quaisquer inefetividade em 31 de dezembro de 2010.

O valor justo da dvida, apurado com dados de mercado,  de R\$1.037.774 mil em 31 de dezembro de 2010 (Fonte: Bloomberg).

Além da captao acima, a BM&FBOVESPA possui também empréstimos relativos a operaces de arrendamento mercantil financeiro de equipamentos de informtica. O saldo em 31 de dezembro de 2010  de R\$2.975 mil (31 de dezembro de 2009 - R\$11.790 mil; 1º de janeiro de 2009 - R\$4.087 mil), com vencimento em abril de 2011.

Abaixo apresentamos os principais indicadores de endividamento da Companhia:

Indicador	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2008
Dvida Total/EBITDA	0,80	-	-
EBITDA/Juros Dvida	40	-	-
Dvida Líquida* (em R\$ mil)	(2.392.132)	(3.919.993)	(2.988.600)

* Dvida Líquida = Dvida - (Disponibilidades + Aplicaces Financeiras)

g. limites de utilizaco dos financiamentos j contratados

O contrato que rege as *Senior Unsecured Notes* possui certas limitaes de praxe do mercado de dvida internacional e que a companhia entende que no restringem sua atividade operacional e financeira.

As principais so:

- Limitaco de criao de obrigaes com colaterais pela Companhia e por suas subsidirias (*"Limitation on Liens"*);
- Limitaco de Venda e Arrendamento Mercantil de obrigaes (*"Limitation on Sale and Lease-Back Transactions"*);
- Ser permitida a criao de novas obrigaes (*"General Liens Basket"*) mesmo com as restries acima mencionadas desde que a soma (i) do principal consolidado de todas as obrigaes garantidas por colateral, excluindo colaterais permitidos na clausula de excees (*"Permitted Liens"*), e (ii) da dvida atribuida s operaces de venda e arrendamento mercantil, inclusive das subsidirias, no exceda 20% do Ativo Tangível Consolidado do grupo;
- Limitaco de Fuso, Consolidaco e Combinao de Negcio (*"Limitation on Mergers, Consolidations or Business Combinations"*) a menos que a companhia resultante assuma o pagamento do principal e juros sobre as notas e o cumprimento de todas as demais obrigaes e condies;

Entretanto, essas restries esto sujeitas a uma série de excees também previstas contratualmente . A descrio completa das limitaes e também de suas excees est disponível no prospecto das *Notes*, na seo *"Description of the Notes - Covenants"*.

h. alteraces significativas em cada item das demonstraces financeiras

As demonstraces financeiras consolidadas referentes aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2010 e 2009 foram elaboradas e esto sendo apresentadas de acordo com as prticas contbeis adotadas no Brasil,

em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas por intermédio das Leis 11.638/07 e 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovadas por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade – CFC e de normas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM durante o exercício de 2009, com aplicação a partir do exercício de 2010.

Até o semestre findo em 30 de junho de 2010, inclusive, a Companhia apresentava suas informações de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que incorporavam as mudanças introduzidas pelas Leis 11.638/07 e 11.641/09 complementadas pelos pronunciamentos do CPC, aprovados por resoluções do CFC e de normas da CVM até 31 de dezembro de 2008, as quais incluíam a adoção dos CPC 01 ao 14.

Conforme estabelecido na Deliberação CVM 609/09 (CPC 37 – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade) e CVM 610/09 (CPC 43 – Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos), os padrões internacionais e /ou as alterações nas práticas foram implementados retroativamente a partir de 1º de janeiro de 2009.

Além disso, para melhor apresentação, foram efetuadas reclassificações entre grupos de receitas no período de 2010, sem alterar o lucro líquido, o patrimônio líquido e o fluxo de caixa da Companhia.

Dessa forma, as demonstrações financeiras consolidadas divulgadas anteriormente referentes aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2009 e 2008 não contemplam essas alterações mencionadas acima, e, portanto, possuem comparabilidade limitada.

Para mais informações referentes às reclassificações, ver Nota Explicativa nº2 das Demonstrações Financeiras do período encerrado em 30 de setembro de 2010.

COMPARAÇÃO DOS RESULTADOS OPERACIONAIS DOS EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

Receita Operacional Bruta

Nossa Receita Operacional Bruta passou de R\$1.672.894 mil em 2009 para R\$2.102.554 mil em 2010, alta de 25,7%. Tal alta decorre, principalmente, da recuperação dos volumes negociados nos segmentos de ações (alta de 22,7%) e de derivativos (alta de 64,7%).

Sistema de Negociação e/ou Liquidação – BM&F

Nossas Receitas de Negociação e/ou Liquidação – BM&F passaram de R\$534.189 mil em 2009 para R\$722.065 mil em 2010, alta de 35,2%. Esse aumento decorre do comportamento dos itens abaixo:

Derivativos

As receitas de negociação de derivativos subiram 36,7%, passando de R\$513.185 mil em 2009 para R\$701.545 mil em 2010, como reflexo da alta de 64,7% no volume negociado de contratos derivativos, parcialmente impactado pela redução de 16,9% na receita por contrato média (RPC).

Câmbio

As receitas oriundas da negociação de câmbio pronto passaram de R\$20.849 mil em 2009 para R\$20.427 mil em 2010, queda de 2,0% que reflete, principalmente, a apreciação do real frente ao dólar norte-americano.

Ativos

As receitas advindas da negociação de títulos públicos passaram de R\$155 mil em 2009 para R\$93 mil em 2010, redução de 40,0%. Apesar da queda de apenas 1,6% nos volumes de títulos negociados, o mix entre os diferentes tipos de operações (compromissada que tem preços menores e demais operações com preços maiores) explica a redução dessa receita.

Sistema de Negociação e/ou Liquidação – Bovespa

Nossas Receitas de Negociação e/ou Liquidação – Bovespa passaram de R\$837.326 mil em 2009 para R\$1.049.300 mil em 2010, alta de 25,3%. Esse aumento decorre do comportamento dos itens abaixo:

Negociação – emolumentos de pregão

As receitas de negociação de ações subiram 21,8%, passando de R\$605.244 mil em 2009 para R\$737.074 mil em 2010, como reflexo da alta de 22,7% no volume negociado de ações, parcialmente impactado pela queda dos emolumentos cobrados decorrente da alteração no mix de participação dos investidores (crescimento dos investidores institucionais nacionais que pagam uma taxa média inferior a dos demais).

Transações – compensação e liquidação

As receitas de compensação e liquidação dos negócios realizados no segmento Bovespa passaram de R\$207.914 mil em 2009 para R\$254.904 mil em 2010, alta de 22,6% que reflete os mesmos motivos apontados na receita de negociação acima.

Outras receitas de Negociação e/ou Liquidação

As outras receitas de negociação e/ou liquidação dos negócios realizados no segmento Bovespa passaram de R\$24.168 mil em 2009 para R\$57.322 mil em 2010, alta de 137,2%, principalmente em função do crescimento do volume de ofertas públicas de ações que geraram receitas de R\$47.394 mil em 2010 (principalmente devido à oferta pública da Petrobras), contra R\$14.228 mil em 2009.

Outras Receitas Operacionais

Nossas outras receitas operacionais passaram de R\$301.379 mil em 2009 para R\$331.189 mil em 2010, alta de 9,9%. Esse aumento decorre do comportamento dos itens abaixo:

Empréstimo de Valores Mobiliários

As receitas geradas pelo serviço de empréstimo de ações subiram 49,9%, de R\$32.989 mil em 2009 para R\$49.443 mil em 2010, como resultado do aumento do volume financeiro de contratos em aberto, cuja média saiu de R\$12,7 bilhões em 2009 para R\$20,5 bilhões em 2010, ou seja, 61,5%.

Listagem de Valores Mobiliários

As receitas advindas da listagem de valores mobiliários aumentaram 12,2%, de R\$39.549 mil em 2009 para R\$44.392 mil em 2010. Tal crescimento se deve: à receita advinda do número de pedidos de registro de análise de oferta pública, que aumentou 83,6% em relação a 2009; ao aumento das receitas com anuidades em 7,5% em relação a 2009; e à redução dos descontos das anuidades.

Depositária, Custódia e Back-office

As receitas geradas pelos serviços depositária, custódia e *back-office* aumentaram 22,3%, de R\$72.167 mil em 2009 para R\$88.263 mil em 2010. Especificamente, a receita da atividade de Depositária cresceu de R\$58.404 mil para R\$69.169 mil entre 2009 e 2010, ou seja, 18,4%, como resultado do crescimento de 10,3% do número médio de contas de custódia, de 553,7 mil para 610,8 mil, e do aumento de 25,8% (de R\$375,6 bilhões para R\$472,6 bilhões) do valor médio em custódia (desconsiderando a custódia de ADRs e investidores estrangeiros).

Acesso dos Participantes de Negociação

As receitas advindas do acesso dos participantes de negociação cresceram 4,7%, de R\$46.051 mil em 2009 para R\$48.234 mil em 2010. Esse aumento é principalmente explicado pelo aumento nos volumes negociados.

Vendors – Cotações e Informações de Mercado

As receitas geradas pela distribuição e venda de cotações e informações de mercado aumentaram 4,6%, de R\$64.650 mil em 2009 para R\$67.629 mil em 2010, como resultado do crescimento de 4,0% no número de terminais contratados.

Taxa de Classificação de Mercadorias

As receitas advindas da classificação de mercadorias caíram 9,4%, de R\$4.304 mil em 2009 para R\$3.898 mil em 2010. A queda decorreu, principalmente, do menor volume de amostras de café classificadas por nossos laboratórios.

Bolsa Brasileira de Mercadorias

As receitas oriundas da negociação de mercadorias por meio da Bolsa Brasileira de Mercadorias caíram 20,7%, de R\$7.146 mil em 2009 para R\$5.669 mil em 2010, como reflexo da redução dos leilões de

subvenção aos produtores de algodão e café promovidos pela Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB.

Banco

As receitas geradas pelo Banco BM&FBOVESPA caíram 3,0%, de R\$8.290 mil em 2009 para R\$8.043 mil em 2010, não tendo apresentando variação financeira representativa.

Outras

A conta outras receitas caiu 40,5%, de R\$26.233 mil em 2009 para R\$15.618 mil em 2010. A redução ocorreu, principalmente, em função dos dividendos recebidos da participação no CME Group terem deixado de transitar pela receita, devido à contabilização do investimento como equivalência patrimonial a partir de julho de 2010, além da receita adicional obtida em 2009 com a realização do congresso em Campos do Jordão, cuja realização ocorre a cada 2 anos.

Deduções da Receita

As deduções da Receita passaram de R\$170.350 mil em 2009 para R\$212.797 mil em 2010, alta de 24,9%. Essa alta está em linha com o aumento da receita operacional bruta da Companhia.

Receita Operacional Líquida

Como resultado das variações apresentadas acima, nossa receita operacional líquida somou R\$1.502.544 mil em 2009 e R\$1.889.757 mil em 2010, alta de 25,8%.

Despesas Operacionais

Nossas despesas operacionais passaram de R\$569.832 mil em 2009 para R\$633.504 mil em 2010, alta de 11,2%. As linhas de despesas mais representativas foram:

Pessoal e encargos

As despesas com pessoal e encargos aumentaram 0,1%, de R\$289.806 mil em 2009 para R\$290.107 mil em 2010. Esse movimento é explicado pelos seguintes fatores: em agosto de 2010 foi estabelecido dissídio de 6% sobre a folha de pagamento e houve também aumento do quadro médio de funcionários em 12,3% em relação a 2009, em linha com a estratégia de crescimento da empresa, sendo que a maior parte dos funcionários contratados foi destinada às áreas de tecnologia e desenvolvimento de negócios. Por outro lado, houve redução das despesas com Plano de *Stock Options* em 48,1% em relação a 2009, passando de R\$59.634 mil para R\$30.921 mil em 2010. Importante destacar que, em 2009, R\$18.000 mil em despesas estavam relacionados ao desligamento de funcionários ocorrido no primeiro trimestre de 2009 em função da reestruturação da Companhia.

Processamento de dados

As despesas com processamento de dados somaram R\$102.596 mil em 2009 e R\$101.690 mil em 2010, queda de 0,9%, explicada pelo aumento de consumo de horas de terceiros em projetos de investimento (alocação desses custos com terceiros de TI para os projetos), que foi impactada pelo início (a partir de junho de 2010) do pagamento de aluguel do novo *Datacenter* de contingência.

Depreciação e amortização

As despesas com depreciação e amortização aumentaram 29,3%, de R\$42.396 mil em 2009 para R\$54.818 mil em 2010. O crescimento foi decorrente, principalmente, do aumento de 51,7% do ativo imobilizado no período.

Serviços de terceiros

As despesas com serviços de terceiros tiveram uma alta de 5,7%, passando de R\$45.495 mil em 2009 para R\$48.102 mil em 2010, principalmente devido às despesas com honorários advocatícios decorrentes da prestação de serviços relacionados às parcerias internacionais celebradas pela Companhia.

Comunicações

As despesas com comunicações cresceram 10,2%, de R\$23.428 mil em 2009 para R\$25.819 mil em 2010. Essa alta deve-se, principalmente, ao aumento do número de negócios realizados no segmento Bovespa, uma vez que os investidores recebem, por correspondência, avisos de negociação e extratos de custódia referente às operações realizadas.

Promoção e divulgação

As despesas com promoção e divulgação somaram R\$19.555 mil em 2009 e R\$42.376 mil em 2010, alta de 116,7%, refletindo a ampliação dos programas de divulgação e educação financeira, em especial aqueles que buscam ampliar a base de investidores pessoas físicas.

Impostos e taxas

Os impostos e taxas pagos pela Companhia somaram R\$2.323 mil em 2009 e R\$12.784 mil em 2010, alta de 450,3%, resultante, principalmente, do imposto relacionado ao dividendo recebido da Companhia no CME Group, decorrente da participação acionária naquela companhia.

Equivalência Patrimonial

O resultado com equivalência patrimonial passou a ser reconhecido nas demonstrações de resultado a partir do terceiro trimestre de 2010, após o aumento de participação acionária da Companhia no CME Group para 5%, e alcançou R\$38.238 mil em 2010.

Resultado financeiro

O resultado financeiro subiu 17,4%, de R\$253.862 mil em 2009 para R\$298.024 mil em 2010, com as receitas financeiras tendo subido de R\$289.686 mil para R\$354.806 mil, refletindo os aumentos da taxa de juros e do caixa médio aplicado. Por outro lado, o resultado financeiro foi impactado pelo aumento nas despesas financeiras, passando de R\$35.824 mil em 2009 para R\$56.782 mil em 2010, em função do reconhecimento de juros dos títulos emitidos no exterior em julho de 2010.

Resultado antes da tributação sobre o lucro

O resultado antes da tributação sobre o lucro passou de R\$1.186.574 mil em 2009 para R\$1.592.515 mil em 2010, alta de 34,2%. Essa alta decorre, principalmente, da alavancagem operacional da Companhia evidenciada pelo aumento proporcionalmente maior das receitas em comparação com o aumento das despesas.

Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social somaram R\$304.505 mil em 2009 e R\$448.029 mil em 2010, alta de 47,1%, sendo que:

- A conta imposto de renda e contribuição social correntes teve uma receita de R\$32.085 mil em 2009 e uma despesa de R\$5.408 mil em 2010.
- A conta imposto de renda e contribuição social diferidos teve uma despesa de R\$336.590 mil em 2009 e uma despesa de R\$442.621 mil em 2010, alta de 31,5%. A conta é constituída principalmente do passivo diferido referente à amortização fiscal do ágio, no valor de R\$333.917 mil em 2009 e de R\$445.155 mil em 2010.

Lucro líquido do exercício

O lucro líquido passou de R\$882.069 mil em 2009 para R\$1.144.486 mil em 2010, alta de 29,8%.

Lucro líquido atribuído aos acionistas da BM&FBOVESPA

O resultado atribuído aos acionistas da BM&FBOVESPA teve uma alta de 29,9%, passando de R\$881.050 mil em 2009 para R\$1.144.561 mil em 2010, explicada pelo aumento de 25,7% na receita bruta, pelo aumento de 17,4% do resultado financeiro e pelo resultado de equivalência patrimonial no valor de R\$38.238 mil, que passou a ser reconhecido nos resultados em 2010.

Participação dos não controladores

A participação dos não controladores, que é a parcela dos demais sócios das subsidiárias Bolsa Brasileira de Mercadorias e Bolsa de Valores do Rio de Janeiro consolidadas em nossas demonstrações financeiras, mas que não pertencem integralmente à Companhia, somaram um resultado positivo de R\$1.019 mil em 2009 e um resultado negativo de R\$75 mil em 2010.

COMPARAÇÃO DAS CONTAS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

Ativo Circulante

O ativo circulante diminuiu 26,6%, passando de R\$3.468.852 mil em 2009 (16,6% do ativo total) para R\$2.547.589 mil em 2010 (11,3% do ativo total).

Disponibilidades e Aplicações Financeiras

As disponibilidades são representadas por recursos disponíveis em contas correntes bancárias e aplicações financeiras, no curto e no longo prazo em bancos de primeira linha, fundos de investimento financeiro, títulos públicos, e outros ativos financeiros. Tais contas totalizaram R\$3.435.345 mil em 2010, representando 15,2% dos nossos ativos totais naquela data, uma redução de 12,6% em relação aos R\$3.931.783 mil em 2009, que representavam 18,9% dos nossos ativos totais naquela data.

O principal fator da redução das disponibilidades e aplicações financeiras foi a transferência do investimento no CME Group, a partir de julho de 2010, da conta de aplicações financeiras para a conta de investimentos, no valor de R\$695.572 mil, em função da contabilização do investimento como equivalência patrimonial.

Contas a Receber – líquido

As contas a receber (compostas em sua maioria por emolumentos, taxas e *vendors* a receber) tiveram um aumento de 27,8%, passando de R\$40.205 mil em 2009 para R\$51.399 mil em 2010, principalmente devido ao aumento de 46,7% nos emolumentos a receber (decorrente do aumento dos volumes negociados) e de 69,4% das taxas de depositária e custódia a receber.

Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos

O ativo diferido de imposto de renda e a contribuição social diferidos tiveram uma redução de 80,7%, passando de R\$283.824 mil em 2009 para R\$54.687 mil em 2010. Em dezembro de 2008, foi constituído ativo diferido de R\$237.283 mil sobre o reconhecimento de perda no valor recuperável das ações do CME Group. Com a aquisição de participação adicional no CME Group, em julho de 2010, a perda no valor recuperável e o respectivo ativo diferido foram integralmente revertidos contra lucros acumulados, face à mudança de classificação para o grupo não circulante (investimento em coligada).

Ativo não-circulante

O ativo não-circulante teve uma alta de 15,6%, passando de R\$17.368.987 mil em 2009 (83,4% do ativo total) para R\$20.086.386 mil em 2010 (88,7% do ativo total). As principais variações, além das já explicadas anteriormente, estão descritas abaixo:

Depósitos Judiciais

Os depósitos judiciais somavam R\$92.378 mil em 2010, um aumento de 8,8% em comparação aos R\$84.895 mil apurados em 2009. O aumento decorre, principalmente da alta de 16,8% nos depósitos judiciais referentes à obrigações legais.

Investimentos

A conta de Investimentos, no valor de R\$2.286.537 mil, é composta principalmente pela conta participação em coligadas, referente à participação acionária da Companhia no CME Group, no valor de R\$2.248.325 mil. A transferência do investimento no CME Group da conta de aplicações financeiras para a conta de investimentos, a partir de julho de 2010, ocorreu em função da contabilização do investimento como equivalência patrimonial após o aumento da participação da Companhia no CME Group, de 1,8% para 5%.

Imobilizado

O imobilizado passou de R\$241.939 mil em 2009 (1,2% do ativo total) para R\$367.134 mil em 2010 (1,6% do ativo total), alta de 51,7%. O crescimento se deu principalmente por conta do aumento dos equipamentos de computação e das instalações, resultado dos investimentos realizados em nosso parque tecnológico.

Intangível

O ativo intangível teve uma leve alta de 0,5%, passando de R\$16.128.332 mil em 2009 para R\$16.215.903 mil em 2010. O ativo intangível é composto pelo: (i) ágio, que permaneceu estável em R\$16.064.309 mil em 2009 e 2010, representando 77,1% do ativo total em 2009 e 71,0% do ativo total em 2010; e (ii) softwares e

projetos, que tiveram uma alta de 136,8%, passando de R\$64.023 mil em 2009 para R\$151.594 mil em 2010, devido à aquisição, implantação e ao desenvolvimento de novos *softwares* e sistemas.

Passivo circulante

O passivo circulante teve uma alta de 24,0%, passando de R\$1.142.074 mil em 2009 (5,5% do passivo total) para R\$1.416.204 mil em 2010 (6,3% do passivo total). As principais variações foram:

Garantias recebidas em operações

As garantias recebidas em operações somavam R\$954.605 mil em 2010 (4,2% do passivo total), uma alta de 17,8% comparados aos R\$810.317 mil apurados em 2009 (3,9% do passivo total). A variação é decorrente do aumento do valor das garantias depositadas sob a forma de dinheiro pelos participantes dos nossos mercados, que por sua vez se deve ao crescimento das operações em 2010.

Passivo não-circulante

O passivo não-circulante somava R\$1.798.723 mil em 2010 (7,9% do passivo total), uma alta de 409,7% comparados aos R\$352.872 mil apurados em 2009 (1,7% do passivo total). A variação decorre principalmente da emissão de dívida (descrita abaixo) e da constituição do passivo diferido de imposto de renda e contribuição social, no valor de R\$257.216 mil em 2010, resultante da diferença temporária entre a base fiscal do ágio e seu valor contábil no balanço patrimonial.

Financiamentos

Os financiamentos passaram de R\$2.495 mil em 2009 para R\$1.010.059 mil em 2010, devido à emissão de dívida no exterior concluída em 16 de julho de 2010, no valor total de US\$612 milhões, que foi utilizada para financiar o aumento da participação da Companhia no capital do CME Group, que passou de 1,8% para 5%. Para mais informações, ver item 10.1.f.

Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido teve alta de 0,4%, passando de R\$19.342.893 mil em 2009 (92,8% do passivo total) para R\$19.419.048 mil em 2010 (85,8% do passivo total), resultante do incremento da Reserva Estatutária, que foi compensado pelo aumento das ações em tesouraria em função do programa de recompra de ações da Companhia.

COMPARAÇÃO DOS RESULTADOS OPERACIONAIS DOS EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008

Receita Operacional Bruta

Nossa Receita Operacional Bruta passou de R\$1.783.358 mil em 2008 para R\$1.672.894 mil em 2009, queda de 6,2%. Tal redução decorre, principalmente, da queda dos volumes negociados nos segmentos de ações (queda de 4,3%) e de derivativos (queda de 3,3%), devido à crise financeira mundial iniciada nos EUA em 2008 e que avançou pelos primeiros meses do ano de 2009.

Sistema de Negociação e/ou Liquidação – BM&F

Nossas Receitas de Negociação e/ou Liquidação – BM&F passaram de R\$634.230 mil em 2008 para R\$552.492 mil em 2009, queda de 12,9%. Essa redução decorre do comportamento dos itens abaixo:

Derivativos

As receitas de negociação de derivativos (*clearing* de derivativos) caíram 14,2%, passando de R\$601.275 mil em 2008 para R\$516.052 mil em 2009, como reflexo da queda de 3,3% no volume negociado de contratos derivativos e redução de 10,3% na receita média por contrato (RPC).

Câmbio

As receitas oriundas da negociação de câmbio pronto (*clearing* de câmbio) passaram de R\$21.302 mil em 2008 para R\$20.849 mil em 2009, queda de 2,1% que reflete, principalmente, a apreciação do real frente ao dólar norte-americano.

Ativos

As receitas advindas da negociação de títulos públicos (*clearing* de ativos) passaram de R\$330 mil em 2008 para R\$155 mil em 2009, redução de 53,0%, como reflexo da queda de 76,9% no volume de títulos negociados.

Bolsa Brasileira de Mercadorias

As receitas oriundas da negociação de mercadorias por meio da Bolsa Brasileira de Mercadorias caíram 9,1%, de R\$7.865 mil em 2008 para R\$7.146 mil em 2009, como reflexo da queda no volume de negociação de títulos do agronegócio.

Banco

As receitas geradas pelo Banco BM&FBOVESPA aumentaram 139,7%, de R\$3.458 mil em 2008 para R\$8.290 mil em 2009, devido, principalmente, aos serviços de custódia prestados para clubes de investimentos e fundos, anteriormente prestados pela antiga CBLC (Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia)..

Sistema de Negociação e/ou Liquidação - Bovespa

Nossas Receitas de Negociação e/ou Liquidação – Bovespa passaram de R\$1.055.028 mil em 2008 para R\$1.032.201 mil em 2009, queda de 2,2%. Essa redução decorre do comportamento dos itens abaixo:

Negociação – emolumentos de pregão

As receitas de negociação de ações caíram 2,2%, passando de R\$635.091 mil em 2008 para R\$617.000 mil em 2009, como reflexo da queda de 4,3% no volume negociado de ações.

Transações – compensação e liquidação

As receitas de compensação e liquidação dos negócios realizados no segmento Bovespa passaram de R\$259.355 mil em 2008 para R\$232.166 mil em 2009, queda de 10,5% que reflete a redução de 4,3% nos volumes negociados e alteração na política de preços.

Empréstimo de Valores Mobiliários

As receitas geradas pelo serviço de empréstimo de ações (Banco de Títulos CBLC) caíram 32,0%, de R\$48.528 mil em 2008 para R\$32.989 mil em 2009, como resultado da redução do volume de operações registradas nesse sistema.

Listagem de Valores Mobiliários

As receitas advindas da listagem de valores mobiliários aumentaram 32,8%, de R\$29.776 mil em 2008 para R\$39.549 mil em 2009, como resultado da implantação da nova política de preços para listagem de valores mobiliários, implementada em janeiro de 2009, e da redução gradual dos descontos concedidos para as empresas que se listaram nos segmentos de governança corporativa nos últimos anos.

Depositária, Custódia e Back-office

As receitas geradas pelo serviço depositária, custódia e *back-office* aumentaram 12,3%, de R\$62.523 mil em 2008 para R\$70.231 mil em 2009, como resultado do aumento de 3,1% no número de contas de custódia e também da implementação, em maio de 2009, da nova política de preços que instituiu uma taxa de custódia por volume depositado.

Acesso dos Participantes de Negociação

As receitas advindas do acesso dos participantes de negociação cresceram 103,8%, de R\$19.755 mil em 2008 para R\$40.266 mil em 2009. Essa alta deve-se, principalmente, à nova política de acesso para participantes que entrou em vigor a partir de janeiro de 2009.

Outras Receitas Operacionais

Nossas Outras Receitas Operacionais passaram de R\$94.100 mil em 2008 para R\$88.201 mil em 2009, queda de 6,3%. Essa redução decorre do comportamento dos itens abaixo:

Vendors – Cotações e Informações de Mercado

As receitas geradas pela distribuição e venda de cotações e informações de mercado aumentaram 33,1%, de R\$43.359 mil em 2008 para R\$57.691 mil em 2009, como resultado da nova política de preços para esse serviço que entrou em vigor em abril de 2009.

Taxa de Classificação de Mercadorias

As receitas advindas da classificação de mercadorias cresceram 21,8%, de R\$3.535 mil em 2008 para R\$4.304 mil em 2009. O aumento decorreu, principalmente, do maior volume de fardos de algodão classificados por nossos laboratórios.

Outras

A conta outras receitas caiu 44,5%, de R\$47.206 mil em 2008 para R\$26.206 mil em 2009. A redução ocorreu, principalmente, em função da menor quantia em dividendos recebida da participação acionária no CME Group e da reversão de provisões.

Deduções da Receita

As deduções da Receita passaram de R\$181.347 mil em 2008 para R\$170.350 mil em 2009, queda de 6,1%. Essa queda está em linha com a redução da Receita Operacional Bruta da Companhia.

Receita Operacional Líquida

Como resultado das variações apresentadas acima, nossa Receita Operacional Líquida somou R\$1.602.011 mil em 2008 e R\$1.502.544 mil em 2009, queda de 6,2%.

Despesas Operacionais

Nossas Despesas Operacionais passaram de R\$723.658 mil em 2008 para R\$569.832 mil em 2009, queda de 21,3%. Essa redução decorre do processo de integração da BM&F S.A. e da Bovespa Holding S.A., no qual foi implantado um programa de identificação de sinergias com o intuito de reduzir as despesas operacionais através da eliminação de atividades comuns, e dos demais itens relacionados abaixo:

Pessoal e encargos

As despesas com pessoal e encargos aumentaram 17,2%, de R\$247.349 mil em 2008 para R\$289.806 mil em 2009, principalmente pelo aumento de despesas com o plano de *stock options* dos funcionários em 2009, que atingiu R\$59.634 mil (R\$26.359 mil em 2008).

Processamento de dados

As despesas com processamento de dados somaram R\$141.282 mil em 2008 e R\$102.596 mil em 2009, queda de 27,4%, resultante da captura de sinergias proporcionadas pela integração das duas bolsas (Bovespa e BM&F).

Depreciação e amortização

As despesas com depreciação e amortização aumentaram 20,6%, de R\$35.140 mil em 2008 para R\$42.396 mil em 2009. O aumento foi decorrente, principalmente, das aquisições nos grupos de equipamentos de computação e instalações.

Serviços de terceiros

As despesas com serviços de terceiros mantiveram praticamente estáveis, com alta de 3,3%, passando de R\$44.043 mil em 2008 para R\$45.495 mil em 2009. As sinergias proporcionadas no processo de integração nessa linha de despesas foram mais que compensadas pela contratação de terceiros envolvidos em projetos pontuais e estratégicos da Companhia, em especial no quarto trimestre de 2009, tais como os projetos de parceria com o CME Group e com a Nasdaq OMX, o Programa de Qualificação Operacional – PQO junto às corretoras, entre outros.

Manutenção em geral

As despesas com manutenção em geral caíram 18,7%, de R\$13.536 mil em 2008 para R\$11.007 mil em 2009, resultante da captura de sinergias proporcionadas pela integração das duas bolsas (Bovespa e BM&F).

Comunicações

As despesas com comunicações cresceram 25,1%, de R\$18.721 mil em 2008 para R\$23.428 mil em 2009. Essa alta deve-se, principalmente, ao aumento do número de negócios realizados no segmento Bovespa, uma vez que os investidores recebem, por correspondência, um aviso de negociação referente às operações realizadas.

Locações

As despesas com locações somaram R\$4.351 mil em 2008 e R\$3.032 mil em 2009, queda de 30,3%, resultante da captura de sinergias proporcionadas pela integração das duas bolsas (Bovespa e BM&F).

Materiais de consumo

As despesas com materiais de consumo caíram 30,8%, de R\$3.629 mil em 2008 para R\$2.510 mil em 2009, resultante da captura de sinergias proporcionadas pela integração das duas bolsas (Bovespa e BM&F).

Promoção e divulgação

As despesas com promoção e divulgação somaram R\$31.446 mil em 2008 e R\$19.555 mil em 2009, queda de 37,8%, resultante da captura de sinergias proporcionadas pela integração das duas bolsas (Bovespa e BM&F).

Impostos e taxas

Os impostos sobre taxas pagos pela Companhia somaram R\$1.655 mil em 2008 e R\$2.323 mil em 2009, alta de 40,4%, resultante, principalmente, de impostos incidentes sobre pagamentos efetuados no exterior, geradas pelo aumento dos serviços prestados por terceiros em decorrência de projetos pontuais e estratégicos da Companhia.

Honorários do conselho

Os gastos com honorários do conselho foram de R\$9.219 mil em 2008 e R\$5.252 mil em 2009, queda de 43,0%. Essa redução está relacionada ao fato de que antes da fusão entre as duas bolsas (Bovespa e BM&F), ocorrida em maio de 2008, eram mantidos dois conselhos de administração e, mesmo após a fusão, foi mantido por mais alguns meses um Conselho de Administração de transição formado pela maior parte dos conselheiros das duas bolsas (Bovespa e BM&F).

Gastos com integração

Os gastos com integração somaram R\$129.576 mil em 2008 e não se repetiram em 2009.

Diversas

As despesas diversas somaram R\$43.711 mil em 2008 e R\$22.432 mil em 2009, queda de 48,7% resultante da captura de sinergias proporcionadas pela integração das duas bolsas (Bovespa e BM&F)

Amortização de ágio

As despesas com amortização de ágio passaram de R\$324.421 mil em 2008 para R\$0 em 2009, tendo em vista a alteração normativa no tratamento contábil do ágio (de acordo com os pronunciamentos emitidos pelo CPC em 2008), que deixou de ser amortizado na demonstração de resultados a partir de 1º de janeiro de 2009.

Resultado financeiro

O resultado financeiro caiu 17,0%, de R\$305.972 mil em 2008 para R\$ 253.862 mil em 2009. Essa redução deve-se à diminuição da taxa básica de juros (Selic/CDI) que remunera as nossas aplicações financeiras.

Resultado antes da tributação sobre o lucro

O Resultado antes da tributação sobre o lucro passou de R\$859.904 mil em 2008 para R\$1.186.574 mil em 2009, alta de 38,0%. Essa alta decorre, principalmente, da redução de 21,3% das despesas operacionais e da alteração normativa no tratamento contábil do ágio, conforme mencionado acima.

Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social gerou uma despesa de R\$212.741 mil em 2008 e R\$304.505 mil em 2009, alta de 43,1%, sendo que:

- A conta imposto de renda e contribuição social correntes teve uma despesa de R\$331.879 mil em 2008 e uma receita de R\$32.085 mil em 2009.
- A conta imposto de renda e contribuição social diferidos teve uma receita de R\$119.138 mil em 2008 e uma despesa de R\$336.590 mil em 2009.

Em 2008, o ágio passou a ser dedutível para fins do imposto de renda e contribuição social após a incorporação da Bovespa Holding S.A. pela BM&F S.A., ocorrida em novembro de 2008. Com isso, o benefício fiscal da amortização do ágio passou a ser utilizado a partir de dezembro de 2008, sendo que a parcela do ágio amortizado não utilizado gerou um crédito tributário ativo no valor de R\$76.702 mil. Além do crédito tributário do ágio, foi constituído também crédito tributário ativo de prejuízo fiscal no montante de R\$35.036 mil.

Em 31 de dezembro de 2009, o passivo diferido de imposto de renda e contribuição social é explicado pela diferença temporária entre a base fiscal do ágio e seu valor contábil no balanço patrimonial, tendo em vista que o ágio continuou a ser amortizado apenas para fins fiscais, mas deixou de ser amortizado a partir de 1º de janeiro de 2009 nos registros contábeis, resultando em uma base fiscal menor que o valor contábil do ágio. O total constituído de passivo diferido referente à amortização fiscal do ágio em 2009 foi de R\$333.917 mil.

Durante o segundo trimestre de 2009, foram reconhecidos créditos fiscais de imposto de renda e contribuição social no montante de R\$35.503 mil relativos a prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social da antiga Bovespa Holding, não aproveitados à época da incorporação em razão de suposta limitação para aproveitamento (de apenas 30% do lucro líquido ajustado). A Companhia reavaliou esse procedimento durante o segundo trimestre de 2009, com base na opinião de seus consultores jurídicos internos e externos, entendendo que essa limitação não se aplicaria aos casos de incorporação da pessoa jurídica, pois nesses casos não há a continuidade da Companhia e, portanto, inexistente limitação para o aproveitamento da totalidade do prejuízo fiscal existente.

Participação minoritária

As participações minoritárias, que são as parcelas das subsidiárias Bolsa Brasileira de Mercadorias e Bolsa de Valores do Rio de Janeiro consolidadas em nossas demonstrações financeiras, mas que não pertencem à Companhia, somaram R\$1.567 mil em 2008 e R\$1.019 mil em 2009, queda de 35,0%.

Lucro líquido do exercício

O lucro líquido passou de R\$645.596 mil em 2008 para R\$881.050 mil em 2009, alta de 36,5%. Essa alta decorre, principalmente, da redução de 21,3% das despesas operacionais e da alteração normativa no tratamento contábil do ágio, as quais foram apenas parcialmente compensadas pelo aumento de 43,1% na linha de imposto de renda e contribuição social, decorrente do reconhecimento de passivo diferido.

COMPARAÇÃO DAS CONTAS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008

Ativo Circulante

O ativo circulante aumentou 41,4%, passando de R\$1.965.461 mil em 2008 (9,6% do ativo total) para R\$2.778.968 mil em 2009 (13,1% do ativo total). As principais variações foram:

Disponibilidades e Aplicações Financeiras

As disponibilidades são representadas por recursos disponíveis em contas correntes bancárias e as aplicações financeiras, no curto e no longo prazo, por aplicações em bancos de primeira linha, fundos de investimento financeiro, títulos públicos, e outros ativos financeiros. Tais contas totalizaram R\$3.236.211 mil em 2009, representando 15,3% dos nossos ativos totais naquela data, um aumento de 34,0% em relação aos R\$2.414.241 mil em 2008, que representavam 11,8% dos nossos ativos totais naquela data. Um dos fatores do aumento das disponibilidades e aplicações financeiras foi o aumento do valor das garantias depositadas sob a forma de dinheiro pelos participantes dos nossos mercados, que por sua vez se deve ao aumento das operações no último trimestre de 2009 em relação ao mesmo período em 2008. Tais garantias integram o nosso ativo circulante e também o nosso passivo circulante.

Contas a Receber – líquido

As contas a receber (compostas em sua maioria por emolumentos, taxas e *vendors* a receber) tiveram uma redução de 61,8%, passando de R\$105.169 mil em 2008 para R\$40.205 mil em 2009. Tal redução é explicada pelo fato de que, a partir do pregão de 1º de outubro de 2009, as taxas de negociação e liquidação do segmento Bovespa passaram a ser liquidadas, em sua maioria, no terceiro dia útil após a data de negociação, sendo que anteriormente, a liquidação ocorria até o segundo mês subsequente a data de negociação.

Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos

O ativo diferido de imposto de renda e a contribuição social diferidos, de curto e de longo prazo, tiveram uma redução de 61,9%, passando de R\$122.070 mil em 2008 para R\$46.541 mil em 2009. Essa queda decorre da mudança normativa no tratamento contábil da amortização do ágio, onde passamos a constituir, em 2009, um passivo diferido sobre as amortizações fiscais do ágio. O saldo de ativo diferido constituído em 2008 (no montante de R\$76.702 mil) foi reclassificado para o passivo em 2009, representando, assim, o montante líquido do crédito tributário do ágio.

Ativo não-circulante

O ativo não-circulante se manteve estável, com queda de 0,2%, passando de R\$18.464.628 mil em 2008 (90,4% do ativo total) para R\$18.422.215 mil em 2009 (86,9% do ativo total). As principais variações, além das já explicadas anteriormente, foram:

Depósitos Judiciais

Os depósitos judiciais somavam R\$84.895 mil em 2009, uma redução de 9,6% comparados aos R\$93.885 mil apurados em 2008. A redução decorre, principalmente, de levantamentos de depósitos judiciais em 2009.

Outros Investimentos

A conta Outros Investimentos permaneceu estável, passando de R\$1.318.282 mil em 2008 (6,5% do ativo total) para R\$1.319.439 mil em 2009 (6,2% do ativo total), sendo composta principalmente pela participação acionária no CME Group, no valor de R\$1.276.199 mil. Em 2010, essa participação acionária será reclassificada de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 38, conforme explicado no item 10.4.b.

Imobilizado

O imobilizado passou de R\$247.850 mil em 2008 (1,2% do ativo total) para R\$268.895 mil em 2009 (1,3% do ativo total), alta de 8,5%. O crescimento se deu principalmente ao aumento dos equipamentos de computação e das instalações.

Intangível

O ativo intangível teve uma leve alta de 0,2%, passando de R\$16.089.633 mil em 2008 para R\$16.117.930 mil em 2009. O ativo intangível é composto pelo: (i) ágio, que permaneceu estável em R\$16.064.309 mil em 2008 e 2009, representando 78,6% do ativo total em 2008 e 75,8% do ativo total em 2009; e (ii) softwares e projetos, que tiveram uma alta de 111,7%, passando de R\$25.324 mil em 2008 para R\$53.621 mil em 2009, devido à aquisição, implantação e o desenvolvimento de novos softwares e sistemas.

Passivo circulante

O passivo circulante teve uma alta de 8%, passando de R\$1.075.744 mil em 2008 (5,3% do passivo total) para R\$1.162.075 mil em 2009 (5,5% do passivo total). As principais variações foram:

Garantias recebidas em operações

As garantias recebidas em operações somavam R\$810.317 mil em 2009 (3,8% do passivo total), uma alta de 38,3% comparados aos R\$585.963 mil apurados em 2008 (2,9% do passivo total). A variação é decorrente do aumento do valor das garantias depositadas sob a forma de dinheiro pelos participantes dos nossos mercados, que por sua vez se deve ao crescimento das operações no último trimestre de 2009 em relação ao mesmo período em 2008.

Proventos e direitos sobre títulos em custódia

A queda de 11,4% nos proventos e direitos sobre títulos em custódia, que passou de R\$36.020 mil em 2008 para R\$31.897 mil em 2009, é decorrente da diminuição do montante de proventos em bloqueio judicial.

Financiamentos

O aumento de 127,4% nos financiamentos, passando de R\$ 4.087 mil em 2008 para R\$9.295 mil em 2009, devido ao aumento das operações de arrendamento mercantil financeiro de equipamentos de informática.

Outras obrigações

A conta Outras obrigações teve alta de 15,7%, passando de R\$168.404 mil em 2008 (0,8% do passivo total) para R\$194.895 mil em 2009 (0,9% do passivo total). A alta se deve principalmente ao aumento das obrigações com depósitos e operações compromissadas relativos às operações do Banco BM&F.

Passivo não-circulante

O passivo não-circulante somava R\$313.002 mil em 2009 (1,5% do passivo total), uma alta de 569,8% comparados aos R\$46.729 mil apurados em 2008 (0,2% do passivo total). A variação se deu principalmente pela constituição do passivo diferido de imposto de renda e contribuição social, no valor de R\$261.060 mil em 2009, decorrente da diferença temporária entre a base fiscal do ágio e seu valor contábil no balanço patrimonial, tendo em vista que o ágio continua a ser amortizado para fins fiscais, mas deixou de ser amortizado a partir de 1º de janeiro de 2009 nos registros contábeis, resultando em uma base fiscal menor que o valor contábil do ágio.

Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido teve alta de 2,2%, passando de R\$19.291.724 mil em 2008 (94,4% do passivo total) para R\$19.709.749 mil em 2009 (93,0% do passivo total), resultante da constituição de Reserva Estatutária para investimentos e composição dos fundos e mecanismos de salvaguarda da Companhia, pela destinação do Lucro Líquido do Exercício.

10.2. Comentários da Diretoria sobre:

a. resultados das operações do emissor, em especial:

i. Componentes importantes da receita

EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

Entre 2009 e 2010, a Receita Operacional Bruta subiu 25,7%, de R\$1.672.894 mil para R\$2.102.554 mil, principalmente devido ao aumento dos volumes negociados, nos segmentos BM&F e Bovespa.

Receitas de negociação e liquidação no segmento Bovespa: atingiram R\$1.049.300 mil (49,9% do total), um aumento de 25,3% em relação a 2009, refletindo o crescimento de 22,7% no volume total negociado, além do crescimento do volume de ofertas públicas de ações que geraram receitas de R\$47.394.660 mil, contra R\$14.227.787 mil em 2009. Por outro lado, houve queda das margens, decorrente da alteração no mix de participação dos investidores (crescimento dos investidores institucionais nacionais que pagam uma taxa média inferior à dos demais).

Receitas de negociação e liquidação no segmento BM&F: atingiram R\$722.065 mil (34,3% do total), aumento de 35,2% em relação a 2009, devido à melhora no volume negociado, que subiu 64,7%, mas que não foi totalmente capturada na forma de receitas por conta da queda de 16,9% na RPC média.

Receitas não ligadas à negociação/liquidação: somaram R\$331.189 mil (15,8% do total) em 2010, número 9,9% superior aos R\$301.379 mil (18,0% do total) em 2009.

EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008

Em 2009, a Companhia apresentou uma receita operacional bruta consolidada de R\$1.672.894 mil, queda de 6,2% em relação aos R\$1.783.358 mil apresentados em 2008, sendo que:

- a negociação e liquidação no segmento Bovespa respondeu por 50,8%, ou seja, R\$849.166 mil, queda de 5,1% em relação à 2008, refletindo a redução de 4,3% no volume negociado entre os dois exercícios sociais. Contudo, no decorrer de 2009 a performance dos volumes melhorou sensivelmente, com o segundo semestre de 2009 apresentando crescimento de 34,5% nas receitas de negociação e liquidação em relação ao primeiro semestre, sendo que o quarto trimestre de 2009 atingiu níveis históricos de negociação; e
- a negociação e liquidação no segmento BM&F respondeu por 32,1%, ou seja, R\$537.056 mil, o que representa diminuição de 13,8% em relação a 2008. Tal declínio resulta da redução da receita média por contrato (RPC) em 10,3% e da queda de 3,3% nos volumes negociados.

Com isso, 82,9% da receita da Companhia correspondeu à negociação e liquidação em mercados de renda variável e de derivativos, sendo que essa participação foi de 85,1% em 2008.

Os tributos incidentes sobre as receitas foram de R\$170.350 mil, correspondendo a aproximadamente 10,2% da receita operacional bruta da Companhia.

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

O ano de 2010 foi caracterizado pela consolidação do processo de recuperação da economia brasileira após a crise financeira internacional do final de 2008. Mesmo com os problemas econômicos enfrentados por algumas economias europeias ao longo do ano, a recuperação brasileira foi evidente e é ilustrada, principalmente, pelo crescimento econômico, aumento do crédito, valorização do real frente ao dólar norte-americano e crescimento do consumo interno.

Esse cenário impactou positivamente o desempenho operacional e financeiro da BM&FBOVESPA, com os volumes negociados em 2010 atingindo níveis recordes tanto no segmento Bovespa como no segmento BM&F.

O segmento Bovespa foi particularmente impactado pela oferta pública de ações da Petrobras, conforme mencionado anteriormente. Além disso, a recuperação no nível de preços também teve reflexo positivo nos volumes desse segmento.

No segmento BM&F, o aumento do crédito, o crescimento da conta de comércio e a volatilidade relacionada às decisões do Bacen sobre a Selic impactaram positivamente a negociação dos principais contratos de derivativos (taxa de juros em R\$ e de taxa de câmbio).

Por fim, a crise fiscal e financeira que atingiu alguns países europeus, apesar de não ter afetado os fundamentos da economia brasileira, elevou a incerteza do mercado, influenciando negativamente o humor dos investidores globais. Além disso, as mudanças nas regras do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), ocorridas em outubro, na tentativa de conter a apreciação cambial também impactaram, ainda que em menor medida, nos nossos mercados, principalmente pela incerteza que geraram com respeito a medidas adicionais.

EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008

O ano de 2009 teve início em meio a um cenário de grande incerteza decorrente da mais aguda crise financeira mundial desde a década de 30, tendo início em 2008.

A origem dessa crise ocorreu em um cenário caracterizado pelo elevado nível de alavancagem financeira, baixo nível de regulamentação e transparência nos mercados de balcão e por excessos nas políticas de concessão de crédito e de aquisição de ativos financeiros. Consequentemente, o cenário que emergiu no início do ano, logo após o período mais agudo da crise, apontava para um contexto de baixa alavancagem, debates sobre a necessidade de regulamentação mais eficiente para os mercados financeiros, forte contração na concessão de crédito e depreciação no preço dos ativos e commodities.

Refletindo esse cenário, os mercados administrados pela BM&FBOVESPA tiveram desempenho negativo. No segmento Bovespa, verificou-se forte redução nos volumes negociados, resultante, principalmente, da queda no nível de preços das ações e da aversão a risco por parte dos investidores. Já no segmento BM&F, a contração no nível de concessão de crédito, a aversão a risco e o processo de desalavancagem fizeram com que o volume de contratos derivativos também caísse.

Outro episódio que afetou nossos mercados foi a criação de duas novas modalidades de Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) na tentativa do governo de frear a valorização do Real perante o Dólar norte-americano: 2,0% sobre a entrada de recursos estrangeiros para investimento em portfólio (ações, renda fixa e derivativos) e 1,5% incidente sobre a emissão de *American Depositary Receipts* (ADRs). Essas duas medidas tiveram impacto negativo em nossos mercados, principalmente no segmento Bovespa, uma vez que aumentou o custo para investidores estrangeiros atuarem no Brasil, além de transmitirem algum nível de incerteza quanto a outras medidas que possam vir a ser tomadas pelo governo.

Com relação às despesas da Companhia, houve uma redução em 2009, uma vez que não tivemos as despesas não-recorrentes verificadas em 2008, da ordem de R\$129.576 mil, referentes a gastos com o processo de integração da BM&F S.A. com a Bovespa Holding S.A.

Outro componente importante está relacionado à amortização do ágio. Em 2008, havia sido apropriada ao resultado a despesa referente à amortização proporcional do ágio decorrente da incorporação das ações da Bovespa Holding S.A., no montante de R\$324.421 mil, cujo impacto líquido no resultado foi de R\$235.075 mil. Já no exercício de 2009, foi constituído passivo fiscal diferido de R\$333.917 mil sobre diferenças temporárias oriundas da amortização fiscal do ágio no ano, com impacto neutro no caixa. Considerando os valores mencionados acima, a alíquota tributária efetiva do ano de 2009 ficou em 25,7%.

b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

As receitas que sofreram variação devido a alterações na política de preços e efeitos da taxa de câmbio:

- Listagem: crescimento de 12,2% em relação a 2009, devido à receita advinda dos pedidos de registro de análise de oferta pública, que aumentou 83,6% em relação a 2009; ao aumento das receitas com anuidades em 7,5% em relação a 2009; e à redução dos descontos das anuidades.
- Vendors: alta de 4,6% em relação a 2009, explicado, principalmente, pelo crescimento de 4,0% no número de terminais contratados. Esta receita foi impactada pela implementação de nova política de preços em agosto de 2010, que visa a incentivar o acesso on-line (via *homebroker*) dos investidores de varejo, e pela apreciação cambial de 11,7% no período que afetou negativamente as receitas oriundas de clientes estrangeiros, que respondem por cerca de um terço das receitas desta atividade.
- Acesso dos participantes de negociação: alta de 4,7% em relação a 2009, basicamente explicado pelo aumento nos volumes negociados, que foi parcialmente impactado pela nova política de preços aplicada aos pacotes tecnológicos utilizados pelos participantes do mercado.
- HFT (*High Frequency Traders*): a nova política para os segmentos Bovespa e BM&F, que entrou em vigor em novembro, oferece preços decrescentes em função do volume negociado e está vinculada às contas em que o cliente é cadastrado como HFT, exclusivamente para as operações de *daytrade*.

EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008

As receitas que sofreram variação devido a alterações na política de preços e efeitos da taxa de câmbio foram:

- Listagem: aumento de 32,8% na receita de listagem de valores mobiliários, devido à mudança nos preços e ao fim dos descontos para empresas listadas nos Níveis Diferenciados de Governança Corporativa;
- Depositária: crescimento de 12,3% nas receitas da depositária, custódia e *back-office*, dada a mudança na política de preços que implantou taxa adicional baseada no valor em custódia dos investidores residentes com mais de R\$300 mil;
- Acesso: aumento de 103,8%, oriundo da implementação da política de acesso para ambos os segmentos de negociação;
- *Vendor*: crescimento de 33,1% em relação a 2008, devido à implementação da nova política de preços em abril de 2009;

- Empréstimo de Títulos: queda de 32,0% nos empréstimos de valores mobiliários, atividade que foi muito afetada no primeiro semestre de 2009 por conta das condições do mercado e que apresentou sensível recuperação no semestre seguinte; e
- Receita média dos contratos negociados no Segmento BM&F: queda de 10,3% entre 2008 e 2009, decorrente (i) da extinção dos descontos em agosto de 2008, válida até o final de novembro de 2008, que inflou as receitas por contrato no período; (ii) da valorização cambial, que impactou negativamente as receitas nos contratos de taxa de câmbio, de taxas de juros em dólares e nos contratos de commodities; e (iii) dos descontos para o acesso via DMA e para os investidores de alta frequência.

c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Não se aplica.

10.3. Comentários dos Diretores sobre os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras da Companhia e em seus resultados

a. introdução ou alienação de segmento operacional

Não houve introdução ou alienação de segmento operacional em nossas atividades durante os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2009 ou 2010 que tenha causado ou se espera que venha a causar efeito relevante nas demonstrações financeiras ou resultados da nossa Companhia.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Em julho de 2010, com a aquisição de 3,2% das ações do CME Group, a participação societária da BM&FBOVESPA no CME Group subiu de 1,78% para 5%, levando a Companhia a se tornar a maior acionista⁶ do CME Group. Com a aquisição adicional, o investimento passou a ser avaliado pelo método da equivalência patrimonial, e os reflexos se encontram contabilizados no exercício findo em 31 de dezembro de 2010.

c. eventos ou operações não usuais

Não ocorreram, durante os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2009 e 2010, quaisquer eventos ou operações não usuais com relação à Companhia e/ou suas atividades que tenham causado ou se espera que venham a causar efeito relevante nas demonstrações financeiras ou resultados da nossa Companhia.

10.4. Comentários dos diretores sobre:

a. mudanças significativas nas práticas contábeis

As demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 são as primeiras demonstrações financeiras consolidadas anuais em conformidade com os CPCs e os IFRSs. A BM&FBOVESPA aplicou o CPC 37 (Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade – correlação ao IFRS 1) e o CPC 43 (Adoção inicial dos pronunciamentos técnicos CPC 15 ao 41) na preparação das demonstrações financeiras consolidadas.

A data de transição é 1º de janeiro de 2009. A administração preparou os balanços patrimoniais de abertura segundo os CPCs e o IFRS nessa data.

⁶ Fonte: Thomson Reuters

b. efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Reconciliação do patrimônio líquido e do resultado do exercício entre as práticas contábeis anteriormente adotadas no Brasil com o IFRS:

	(em milhares de Reais)	
	Consolidado	
Reconciliação do patrimônio líquido	31/12/2009	1/1/2009
Patrimônio líquido de acordo com as práticas contábeis anteriormente adotadas no Brasil	19.709.749	19.291.724
Perda no valor recuperável do investimento no CME Group (a)	(460.610)	(460.610)
Ajuste de marcação a mercado das ações da CME Group classificadas como disponível para venda (b)	77.396	-
Dividendo adicional contabilizado acima do mínimo obrigatório na data do balanço (c)	20.000	200.001
Contribuição para constituição da BSM anteriormente tratado como investimento	(20.000)	(20.000)
	19.326.535	19.011.115
Participação de acionistas não-controladores (d)	16.358	15.339
Patrimônio líquido de acordo com o IFRS	19.342.893	19.026.454
	Consolidado	
Reconciliação do resultado	31/12/2009	
Resultado de acordo com as práticas contábeis anteriormente adotadas no Brasil	881.050	
Participação de acionistas não-controladores (d)	1.019	
Resultado líquido de acordo com o IFRS	882.069	

- (a) Pelas normas contábeis anteriormente adotadas no Brasil até 31 de dezembro de 2009, o investimento no CME Group estava registrado pelo custo histórico no Ativo Permanente, de acordo com o disposto no CPC 14, sendo que o valor do Investimento era submetido à análise de redução do valor recuperável (*impairment*) considerando o critério de avaliação do fluxo de caixa descontado (Valor em Uso), determinado pelo CPC 01/IAS 36 para os investimentos avaliados pelo método de custo.

A partir da vigência do CPC 38/IAS 39 em 2010, o Investimento foi reclassificado para o grupo de Instrumentos Financeiros, na categoria de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda e ajustado ao valor justo. Assim, o preço do ativo a ser utilizado para apuração do valor justo passou a ser sua cotação em mercado ativo (Bolsa de Valores).

Quando da classificação do investimento na categoria de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda, a análise de potencial redução do valor recuperável passou a ser efetuada a partir da comparação do valor de mercado das ações na data-base da avaliação com o seu custo de aquisição (CPC 38/IAS 39), cujo indicativo de perda é o declínio significativo ou prolongado no preço de mercado das ações.

Como resultado, foi reconhecido um ajuste no valor recuperável do investimento em ações do CME Group no montante de R\$697.893 mil, com um ativo diferido correspondente de R\$237.283 mil, com impacto líquido dos efeitos tributários no montante de R\$460.610 mil, em contrapartida do Patrimônio Líquido em 2008, face ao declínio significativo no preço de mercado das ações do CME Group no quarto trimestre de 2008.

Com a aquisição adicional de participação no capital do CME Group, em julho de 2010, o investimento passou a ser avaliado pelo método de equivalência patrimonial e a parcela referente ao ajuste no valor recuperável, líquido dos efeitos fiscais, no montante de R\$460.610 mil, foi revertida contra o patrimônio líquido, estabelecendo a nova base de custo para o investimento classificado de acordo com o CPC 18/IAS 28.

- (b) No decorrer do exercício de 2009, com base no novo patamar de custo do investimento, as ações do CME Group, em decorrência da variação do seu valor justo, geraram um efeito de marcação a mercado positivo no exercício de R\$77.396 mil, líquido dos efeitos tributários.

A partir de julho de 2010, concomitantemente ao aumento da participação no CME Group de 1,78% para 5%, o investimento passou a ser avaliado pelo método da equivalência patrimonial.

- (c) De acordo com a Interpretação Técnica ICPC 08 – Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendos, a parcela que exceder ao dividendo (inclui juros sobre o capital próprio) mínimo obrigatório deve ser mantida no patrimônio líquido, em conta específica até deliberação definitiva dos acionistas. De acordo com o CPC 25/IAS 37, um passivo somente deve ser reconhecido quando existe uma obrigação legal.

- (d) Apresentação das demonstrações financeiras (CPC 26/IAS 1)

A participação dos acionistas não controladores foi reclassificada ao patrimônio líquido.

- (e) CPCs/IFRS implementados que não geraram efeitos patrimoniais e no resultado:

- i. Informação por segmento (CPC 22/IFRS 8) - A BM&FBOVESPA está divulgando as demonstrações financeiras consolidadas por segmento operacional (Nota 24);
- ii. Lucro por ação (CPC 41/IAS 33) – O lucro por ação passou a ser apresentado com base no resultado do período e na média ponderada das ações em circulação durante o exercício, excluindo ações em tesouraria. O resultado por ação diluído também passou a ser apresentado, levando em consideração o efeito potencial decorrente de opções de ações que podem diluir o resultado pelo aumento da quantidade de ações.

- (f) Isenções à aplicação retrospectiva completa

Na preparação dessas informações financeiras de acordo com as novas práticas contábeis adotadas no Brasil, a BM&FBOVESPA aplicou as exceções obrigatórias e certas isenções opcionais em relação à aplicação completa retrospectiva das novas práticas contábeis brasileiras que descrevemos abaixo, seguindo as prerrogativas do CPC 37/IFRS 1.

As principais isenções constantes no CPC 37/IFRS 1, não se aplicam à BM&FBOVESPA em face dos motivos a seguir mencionados:

- i. Combinação de negócios – A BM&FBOVESPA aplicou a isenção de combinação de negócios descrita no IFRS 1 e no CPC 37 e, assim sendo, não reapresentou as combinações de negócios que ocorreram antes de 1º de janeiro de 2009, data de transição;

- ii. Custo atribuído do ativo imobilizado – A BM&FBOVESPA optou por utilizar os valores registrados de acordo com as práticas contábeis anteriores, e não utilizou a isenção de custo presumido na data de transição;
- iii. Arrendamentos – A BM&FBOVESPA optou por revisar os contratos, dentro do escopo do *International Financial Reporting Interpretations Committee - IFRIC 4*, considerando os fatos e circunstâncias na data de transição. Não foram identificados impactos uma vez que as práticas adotadas anteriormente já estavam alinhadas;
- iv. Pagamento baseado em ações – As práticas contábeis brasileiras já se encontram alinhadas; e
- v. Ativos e passivos de controladas – A adoção inicial das novas práticas foi aplicada concomitantemente e de forma consistente em todas as controladas.

(g) Exceções à aplicação retrospectiva

As estimativas utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras em 1º de janeiro de 2009 e em 31 de dezembro de 2009 são consistentes com as estimativas feitas nas mesmas datas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil anteriormente.

As outras exceções obrigatórias não se aplicaram, pois não houve diferenças significativas com relação às práticas contábeis adotadas no Brasil anteriormente.

c. ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

No relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, datado de 17 de fevereiro de 2011, consta a seguinte ênfase:

As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas e coligadas pelo método de equivalência patrimonial, uma vez que para fins de IFRS seria custo ou valor justo.

10.5. Políticas contábeis críticas adotadas pela Companhia, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros

a. Instrumentos financeiros

(i) Classificação e mensuração

A BM&FBOVESPA classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, mantidos até o vencimento e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente ou ativos designados pela entidade, no reconhecimento inicial, como mensurados ao valor justo por meio do resultado. Os derivativos também são categorizados como mantidos para negociação e, dessa forma, são classificados nesta categoria. Os ativos dessa categoria mantidos para negociação são classificados como ativos circulantes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "resultado financeiro" no período em que ocorrem.

Empréstimos e recebíveis

Incluem-se nessa categoria os empréstimos concedidos e os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da BM&FBOVESPA compreendem contas a receber de clientes e demais contas a receber. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são "não derivativos" designados nessa categoria ou que não são classificados em nenhuma outra categoria. Eles são incluídos em ativos não circulantes, a menos que a administração pretenda alienar o investimento em até 12 meses após a data do balanço. Os ativos financeiros disponíveis para venda são contabilizados pelo valor justo. Os juros de títulos disponíveis para venda, calculados com o uso do método da taxa de juros efetiva, são reconhecidos na demonstração do resultado como receitas financeiras. A parcela correspondente à variação no valor justo é lançada contra o patrimônio líquido, na conta ajustes de avaliação patrimonial, sendo realizada contra resultado quando da sua liquidação ou por perda em seu valor recuperável (*impairment*).

Valor justo

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de mercado. Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a BM&FBOVESPA estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação, como por exemplo, os modelos de precificação de opções.

A BM&FBOVESPA avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de perda de valor de um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros.

(ii) Instrumentos derivativos e atividades de hedge

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, mensurados ao seu valor justo, com as variações do valor justo lançadas contra o resultado.

(iii) Hedge de investimento líquido

Qualquer ganho ou perda do instrumento de hedge relacionado com a parcela efetiva do hedge é reconhecido no resultado abrangente. O ganho ou perda relacionado com a parcela não efetiva é imediatamente reconhecido no resultado em "outros ganhos (perdas), líquidos".

Os ganhos e as perdas acumuladas no patrimônio são incluídos na demonstração do resultado quando a operação objeto de cobertura é parcialmente alienada ou vendida.

b. Ativos intangíveis

Ágio

O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da adquirida. O ágio de aquisições é registrado como "Ativo intangível". Se a adquirente apurar deságio, deverá registrar o montante como ganho no resultado do período, na data da aquisição. O ágio é testado anualmente para verificar perdas (*impairment*). Ágio é contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*. Perdas por *impairment* reconhecidas sobre o ágio não são revertidas.

O ágio é alocado a Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) para fins de teste de *impairment*. A alocação é feita para as Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, e são identificadas de acordo com o segmento operacional.

Softwares e projetos

Licenças adquiridas de programas de computador são capitalizadas com base nos custos incorridos e amortizadas ao longo de sua vida útil estimada.

Os gastos associados ao desenvolvimento ou à manutenção de softwares são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos. Os gastos diretamente associados a softwares identificáveis e únicos, controlados pela BM&FBOVESPA e que, provavelmente, gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos como ativos intangíveis. Os gastos diretos incluem a remuneração da equipe de desenvolvimento de softwares.

Os gastos com o desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados usando-se o método linear ao longo de suas vidas úteis.

c. Aquisição em etapas de coligada

O custo de uma coligada adquirida em etapas é mensurado pela soma dos valores pagos em cada transação.

Os ganhos ou perdas reconhecidos anteriormente no resultado abrangente, enquanto classificado como disponível para venda, são revertidos em contrapartida ao investimento para recomposição do custo de aquisição.

O ágio é apurado em cada fase de aquisição pela diferença entre o custo de aquisição e o valor justo dos ativos líquidos, proporcionais à participação adquirida.

O valor contábil total do investimento é testado para fins de identificação de potencial redução ao valor recuperável, através da comparação de seu valor contábil com seu valor recuperável (valor de venda líquido dos custos para vender ou valor em uso, dos dois o maior), sempre que os requisitos do CPC 38/IAS 39 indicarem que o investimento possa estar afetado, ou seja, que indicarem alguma perda por redução ao seu valor recuperável.

d. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos no CPC 25/IAS 37.

- Ativos contingentes – Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a administração possui total controle da situação, não cabendo sobre eles mais recursos, caracterizando o ganho como certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras.
- Passivos contingentes – São constituídos levando em conta: a opinião dos assessores jurídicos; a natureza das ações; a similaridade com processos anteriores; a complexidade; e, no posicionamento

de tribunais, sempre que a perda é avaliada como provável, o que ocasionaria a provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos são mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, sendo apenas divulgados nas notas explicativas, e os classificados como remotos não são provisionados nem possuem a obrigatoriedade de serem divulgados.

- Obrigações legais – Decorrem de processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objetivo de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.
- Outras provisões – As provisões são reconhecidas quando a BM&FBOVESPA tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

e. Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de *impairment*. Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório

f. Conversão em moeda estrangeira

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas do consolidado BM&FBOVESPA são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas na moeda Reais, que é a moeda funcional da BM&FBOVESPA.

As operações com moedas estrangeiras são convertidas em moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remunerados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício/periodo, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando diferidos no resultado abrangente originados de operações de hedge de investimento no exterior.

No caso de variação cambial de investimentos no exterior, que apresentam moeda funcional diferente da BM&FBOVESPA, as variações no valor do investimento decorrentes exclusivamente de variação cambial são registradas na rubrica "Ajuste de Avaliação Patrimonial", no resultado abrangente da BM&FBOVESPA, e somente são levados ao resultado do exercício quando o investimento for vendido ou baixado para perda. Para o cálculo da equivalência patrimonial, os lucros não realizados nas operações com controladas e coligadas são eliminados.

As variações cambiais de ativos financeiros não-monetários relacionados às ações do CME Group, classificadas como disponível para venda até julho de 2010, estão incluídas no resultado abrangente. Após Julho de 2010, o investimento no CME Group passou a ser contabilizado pelo método de equivalência patrimonial e os efeitos cambiais reconhecidos no resultado abrangente.

g. Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais de imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias e/ou prejuízos fiscais, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

Os passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação a todas as diferenças temporárias tributáveis, ou seja, sobre as diferenças que resultarão em valores a serem adicionados no cálculo do resultado tributável de exercícios futuros, quando o valor contábil do ativo ou passivo for recuperado ou liquidado.

O imposto de renda e contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal). O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

h. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

i) Equivalência patrimonial

A BM&FBOVESPA aplica o método de equivalência patrimonial para avaliar investimentos em empresas que possui habilidade de exercer influência significativa. O julgamento da BM&FBOVESPA quanto ao nível de influência sobre os investimentos leva em consideração fatores-chaves, tais como percentual de participação, representação no Conselho de Administração, participação nas definições de políticas e negócios e transações materiais entre as companhias.

ii) Redução ao valor recuperável de ativos

Anualmente a BM&FBOVESPA testa eventuais reduções ao valor recuperável dos ativos, especificamente relacionadas ao ágio e ao ativo permanente, de acordo com prática contábil descrita no item 10.5.b.

iii) Classificação de instrumentos financeiros

A BM&FBOVESPA classifica os ativos financeiros nas categorias de (i) mensurados ao valor justo por meio do resultado e (ii) disponíveis para venda. A classificação depende do propósito para o qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação dos ativos financeiros no seu reconhecimento inicial. O registro dos ativos financeiros, a partir da sua classificação inicial, estão descritas no item 10.5.a.

iv) Plano de opção de compra de ações (*stock options*)

A BM&FBOVESPA oferece a empregados e executivos plano de opção de compra de ações. O valor justo dessas opções é reconhecido como despesa no período em que o direito é adquirido. A Administração revisa a quantidade estimada de opções que atingirão as condições de elegibilidade para exercício da opção (*vesting*) e reconhece subsequentemente o impacto da alteração nas estimativas iniciais, se

houver, na demonstração do resultado, em contrapartida à conta de reserva de capital no patrimônio líquido, conforme apresentado na Nota 3(o).

10.6. Controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis

a. grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

Os controles internos instituídos pela Companhia para assegurar a integridade na elaboração das demonstrações financeiras, notadamente aquelas relacionadas à análise de variações, validação dos saldos, conciliações com os respectivos sistemas operacionais e documentação suporte, são exercidos de forma rotineira e visam garantir que os valores e saldos registrados na contabilidade e demonstrativos financeiros reflitam com razoável confiabilidade os saldos das contas patrimoniais e de resultado.

Buscando sempre o aprimoramento, eficiência e confiabilidade dos controles internos, em 2010, de acordo com plano de ação constituído, foram efetuadas várias melhorias nos processos da área financeira, tais como:

- Implantação do módulo de *workflow* do sistema integrado de gestão empresarial para todas as aquisições, contratações e pagamentos, de acordo com a política de pagamentos;
- Elaboração e execução de plano de ação de controles internos, tendo como foco a eliminação de pontos de auditoria interna e externa relacionados à área financeira;
- Implantação e aprimoramento de indicadores de monitoramento dos processos contábeis e financeiros;
- Integração e automatização de processos das áreas de origem de informações com os sistemas da área financeira;
- Revisão de toda a estrutura de perfis de acesso dos usuários da área financeira.

As iniciativas realizadas e em fase de conclusão elevam os padrões de controles internos da companhia, trazendo ganhos de eficiência e de segurança aos processos internos relacionados às demonstrações financeiras.

b. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

O estudo e a avaliação do sistema contábil e de controles internos da Companhia, conduzido pelos auditores independentes, em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, foi efetuado com o objetivo de determinar a natureza, oportunidade e extensão da aplicação dos procedimentos de auditoria, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos.

Como resultado desse estudo e avaliação, efetuado na extensão e com o objetivo antes mencionado, foram feitas à Companhia algumas sugestões de aprimoramento dos controles internos. As recomendações estão sendo devidamente tratadas pela Companhia e são base na elaboração do plano de ação de melhoria de controles internos, cuja implementação vem sendo acompanhada pela Auditoria Interna.

10.7. Comentários dos Diretores caso a Companhia já tenha feito oferta pública

Ver item 10.1.f

10.8. Descrição pelos diretores dos itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia:

a. os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*)

Garantias recebidas em operações

As operações nos mercados da BM&FBOVESPA estão garantidas por depósitos de margem em moeda, títulos públicos e privados, cartas de fiança e ações, dentre outros. Estas garantias não aparecem no balanço patrimonial, exceto as garantias recebidas em moeda. Informações mais detalhadas encontram-se descritas no item 10.9. abaixo.

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

O Banco BM&F administra o Fundo BM&F Margem Garantia Referenciado DI Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento que possui um patrimônio líquido de R\$173.365 mil em 31 de dezembro de 2010 (R\$97.376 mil, em 31 de dezembro de 2009).

Na atividade de custodiante, o Banco é responsável pela custódia de:

(i) títulos de investidores não residentes que, em 31 de dezembro de 2010, totalizam R\$118.610 mil (R\$77.229 mil, em 31 de dezembro de 2009);

(ii) títulos do agronegócio registrados no Sistema de Registro de Custódia de Títulos do Agronegócio da BM&FBOVESPA no montante de R\$51.216 mil em 31 de dezembro de 2010 (R\$260.606 mil, em 31 de dezembro de 2009).

10.9. Comentários dos diretores em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8

Garantia das operações

Risco de crédito – Atuação da BM&FBOVESPA como contraparte central garantidora dos mercados (*Clearing*)

A BM&FBOVESPA administra quatro câmaras de compensação e liquidação (*clearings*) consideradas sistemicamente importantes pelo Banco Central do Brasil: as *Clearings* de Derivativos, de Câmbio, de Ativos e de Ações e Renda Fixa Privada (CBLC).

As atividades desenvolvidas pelas *clearings* da BM&FBOVESPA são amparadas pela Lei 10.214, de 27 de março de 2001, que autoriza a compensação multilateral de obrigações, determina o papel de contraparte central das *clearings* sistemicamente importantes e permite a utilização das garantias prestadas por participantes inadimplentes para a liquidação de suas obrigações no âmbito das *clearings*, inclusive nos casos de insolvência civil, concordata, intervenção, falência e liquidação extrajudicial.

Por intermédio de suas *clearings*, a BM&FBOVESPA atua como contraparte central garantidora dos mercados de derivativos (futuros, termo, opções e swaps), de câmbio (dólar pronto), de títulos públicos federais (operações a vista e a termo, definitivas e compromissadas, bem como empréstimos de títulos), de renda variável (operações a vista, termo, opções, futuros e empréstimo de títulos) e de títulos privados (operações a vista e de empréstimo de títulos). Em outras palavras, ao exercer o papel de *clearing*, a BM&FBOVESPA torna-se responsável pela boa liquidação das operações realizadas e/ou registradas em seus sistemas, na forma dos regulamentos em vigor.

A atuação da BM&FBOVESPA como contraparte central a expõe ao risco de crédito dos participantes que utilizam seus sistemas de liquidação. Caso um participante não realize os pagamentos devidos ou a entrega dos ativos ou das mercadorias devidas, caberá à BM&FBOVESPA acionar seus mecanismos de garantia, de forma a assegurar a boa liquidação das operações registradas, no prazo e na forma previstos. Em caso de falha ou insuficiência dos mecanismos de garantia das *clearings*, a BM&FBOVESPA pode ter de recorrer a seu próprio patrimônio como último recurso capaz de assegurar a boa liquidação das operações.

As *clearings* da BM&FBOVESPA não apresentam exposição direta ao risco de mercado, uma vez que não possuem posições liquidamente compradas ou liquidamente vendidas nos diversos contratos e ativos

negociados. No entanto, o aumento da volatilidade dos preços pode afetar a magnitude dos valores a serem liquidados pelos diversos participantes do mercado, podendo também elevar a probabilidade de inadimplência de tais participantes. Além disso, conforme já destacado, as *clearings* são responsáveis pela liquidação das operações de participante que se torne inadimplente, o que pode resultar em perdas para a BM&FBOVESPA caso os valores devidos superem o valor das garantias disponíveis. Assim, apesar da inexistência de exposição direta ao risco de mercado, este é capaz de impactar e potencializar os riscos de crédito assumidos.

Para a adequada mitigação dos riscos assumidos, cada *clearing* da BM&FBOVESPA conta com sistema de gerenciamento de risco e estrutura de salvaguardas próprias. A estrutura de salvaguardas de uma *clearing* representa o conjunto de recursos e mecanismos que podem ser por ela utilizados para a cobertura de perdas relacionadas à falha de liquidação de um ou mais participantes. Os referidos sistemas e estruturas encontram-se detalhadamente descritos nos regulamentos e nos manuais das respectivas *clearings*, tendo sido objeto de testes e de homologação pelo Banco Central do Brasil, na forma da Resolução 2.882/01 do Conselho Monetário Nacional e da Circular 3.057/01 do Bacen.

Os principais itens da estrutura de salvaguardas da *Clearing* de Derivativos em 31 de dezembro de 2010 encontram-se descritos a seguir:

- Garantias depositadas pelos participantes do mercado de derivativos;
- Co-responsabilidade pela liquidação da corretora e do membro de compensação que atuaram como intermediários, bem como garantias depositadas por tais participantes;
- Fundo de Desempenho Operacional, com valor de R\$1.162.122 mil (31 de dezembro de 2009 - R\$1.126.126 mil; 1º de janeiro de 2009 – R\$1.145.908 mil), formado por recursos aportados por detentores de direito de liquidação na *Clearing* de Derivativos (membros de compensação) e detentores de direito de negociação irrestrito, com a finalidade exclusiva de garantir as operações;
- Fundo de Operações do Mercado Agropecuário, com valor de R\$50.000 mil em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, destinado a manter recursos da BM&FBOVESPA para garantir a boa liquidação de operações com contratos referenciados em commodities agropecuárias;
- Fundo Especial dos Membros de Compensação, com valor de R\$40.000 mil em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, destinado a manter recursos da BM&FBOVESPA para garantir a boa liquidação das operações, independentemente do tipo de contrato;
- Fundo de Liquidação de Operações, com valor de R\$408.509 mil (31 de dezembro de 2009 - R\$378.113 mil; 1º de janeiro de 2009 – R\$387.235 mil), formado por garantias aportadas pelos Membros de Compensação da *Clearing*, destinado a garantir a boa liquidação das operações, depois de esgotados os recursos dos dois fundos anteriores;
- Patrimônio especial com valor de R\$34.807 mil (31 de dezembro de 2009 - R\$31.678 mil; 1º de janeiro de 2009 – R\$28.808 mil), para atendimento do disposto no art.5º da Lei 10.214, de 27 de março de 2001, e do disposto art. 19º da Circular 3.057 do Banco Central do Brasil, de 31 de agosto de 2001.

Os principais itens da estrutura de salvaguardas da *Clearing* de Câmbio são os seguintes:

- Garantias depositadas pelos participantes do mercado de câmbio;
- Fundo de Participação, com valor de R\$162.235 mil (31 de dezembro de 2009 - R\$154.056 mil; 1º de janeiro de 2009 – R\$140.584 mil), formado por garantias aportadas pelos participantes da *Clearing*, destinado a garantir a boa liquidação das operações;

- Fundo Operacional da *Clearing* de Câmbio, com valor de R\$50.000 mil em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, com a finalidade de manter recursos da BM&FBOVESPA para cobrir danos decorrentes de falhas operacionais ou administrativas;
- Patrimônio especial com valor de R\$34.848 mil (31 de dezembro de 2009 - R\$31.714 mil; 1º de janeiro de 2009 – R\$28.808 mil), para atendimento do disposto no art.5º da Lei 10.214, de 27 de março de 2001, e do disposto art. 19º da Circular 3.057 do Banco Central do Brasil, de 31 de agosto de 2001.

Os principais itens da estrutura de salvaguardas da *Clearing* de Ativos são os seguintes:

- Garantias depositadas pelos participantes do mercado de títulos públicos federais;
- Fundo Operacional da *Clearing* de Ativos, com valor de R\$40.000 mil em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, com a finalidade de manter recursos da BM&FBOVESPA para cobrir prejuízos decorrentes de falhas operacionais ou administrativas dos participantes;
- Patrimônio especial com valor de R\$24.536 mil (31 de dezembro de 2009 - R\$22.373 mil; 1º de janeiro de 2009 – R\$20.277 mil), para atendimento do disposto no art.5º da Lei 10.214, de 27 de março de 2001, e do disposto art. 19º da Circular 3.057 do Banco Central do Brasil, de 31 de agosto de 2001.

Os principais itens da estrutura de salvaguardas da *Clearing* de Ações e Renda Fixa Privada (CBLC), por fim, encontram-se descritos a seguir:

- Garantias depositadas pelos participantes do mercado da CBLC;
- Co-responsabilidade pela liquidação da corretora e do agente de compensação que atuaram como intermediários, bem como garantias depositadas por tais participantes;
- Fundo de Liquidação, com valor de R\$485.409 mil (31 de dezembro de 2009 - R\$322.268 mil; 1º de janeiro de 2009 – R\$350.210 mil), formado por garantias aportadas pelos Agentes de Compensação, destinado a garantir a boa liquidação das operações;
- Patrimônio especial com valor de R\$37.210 mil (31 de dezembro de 2009 - R\$33.877 mil; 1º de janeiro de 2009 – R\$30.374 mil), para atendimento do disposto no art.5º da Lei 10.214, de 27 de março de 2001, e do disposto art. 19º da Circular 3.057 do Banco Central do Brasil, de 31 de agosto de 2001.

A política de administração de risco adotada pelas *clearings* é estabelecida pelo Comitê Técnico de Risco de Mercado da BM&FBOVESPA, do qual participam diretores da BM&FBOVESPA, incluindo os diretores Executivos das *Clearings*, Depositária e de Risco, de Operações e TI e de Produtos, bem como os diretores de Administração de Risco e de Liquidação, dentre outros. Dentre as atribuições do Comitê, destacam-se (i) a avaliação da conjuntura macroeconômica e política e de seus efeitos sobre os mercados administrados pela BM&FBOVESPA; (ii) a determinação dos modelos utilizados para cálculo de margens de garantia e para controle do risco intradiário dos negócios realizados; (iii) a definição dos parâmetros utilizados por tais modelos, em especial os cenários de estresse referentes a cada tipo de fator de risco; (iv) os ativos aceitos em garantia, sua forma de valorização, os limites máximos de utilização e os fatores de deságio aplicáveis; e (v) outros estudos e análises.

Pelos valores envolvidos, pode-se dizer que o principal item da estrutura de salvaguardas das *clearings* são as garantias depositadas pelos participantes que realizam os negócios.

Para a maioria dos contratos e operações com ativos, o valor exigido em garantia é dimensionado para cobrir o risco de mercado do negócio, ou seja, sua volatilidade de preço, durante o horizonte de tempo esperado para a liquidação das posições de um participante inadimplente. Esse horizonte de tempo pode variar conforme a natureza dos contratos e ativos negociados.

Os modelos utilizados para o cálculo da margem de garantia baseiam-se, de uma forma geral, no conceito de teste de estresse, isto é, metodologia que busca aferir o risco de mercado considerando não somente a volatilidade histórica recente dos preços, mas também a possibilidade de surgimento de eventos inesperados que modifiquem os padrões históricos de comportamento dos preços e do mercado em geral.

Os principais parâmetros utilizados pelos modelos de cálculo de margem são os cenários de estresse, definidos pelo Comitê de Risco para os fatores de risco que afetam os preços dos contratos e ativos negociados na BM&FBOVESPA. Dentre os principais fatores de risco destacam-se a taxa de câmbio de reais por dólar, a estrutura a termo de taxa prefixada em reais, a estrutura a termo de cupom cambial, o índice Bovespa e os preços à vista das ações, dentre outros.

Para a definição dos cenários de estresse, o Comitê de Risco utiliza uma combinação de análises quantitativa e qualitativa. A análise quantitativa é feita com o apoio de modelos estatísticos de estimação de risco, como EVT (*extreme value theory*), estimação de volatilidades implícitas e por meio de modelos condicionais do tipo *Garch*, além de simulações históricas. A análise qualitativa, por sua vez, considera aspectos relacionados à conjuntura econômica e à política, nacional e internacional, e seus possíveis impactos sobre os mercados administrados pela BM&FBOVESPA.

Risco de mercado – Aplicação dos recursos em caixa

Considerando a importância do patrimônio da BM&FBOVESPA como último recurso disponível na estrutura de salvaguardas de suas *clearings*, a política de aplicação do saldo em caixa privilegia alternativas de baixíssimo risco. Isto é refletido na proporção expressiva de títulos públicos federais na carteira de aplicações da BM&FBOVESPA, sendo adquiridos de forma direta, via operações compromissadas lastreadas em títulos públicos e também por intermédio de fundos exclusivos e abertos. Assim, de forma geral, a BM&FBOVESPA tem por princípio direcionar a maior parte de suas aplicações em ativos financeiros conservadores, de altíssima liquidez e risco soberano, cuja performance geral esteja atrelada à taxa Selic/CDI.

As operações nos mercados da BM&FBOVESPA estão garantidas por depósitos de margem em moeda, títulos públicos e privados, cartas de fiança e ações, dentre outros. Em 31 de dezembro 2010, as garantias depositadas totalizavam R\$143.087.657 mil (31 de dezembro de 2009 - R\$101.640.805 mil; 1º de janeiro de 2009 – R\$125.676.805 mil), compostas conforme segue:

	(em milhares de R\$)		
	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>	<u>01/01/2009</u>
Clearing de Derivativos			
Títulos Públicos Federais	76.979.261	53.754.858	89.760.722
Cartas de Fiança	3.538.492	1.479.341	3.690.835
Ações	4.934.328	3.351.593	2.678.991
Certificados de Depósito Bancário (CDBs)	1.150.998	1.307.762	2.161.736
Ouro	105.958	60.865	319.831
Garantia em moeda (1)	652.290	555.106	327.644
Outros	173.340	95.938	108.008
Subtotal	<u>87.534.667</u>	<u>60.605.463</u>	<u>99.047.767</u>
Clearing de Câmbio			
Títulos Públicos Federais	3.855.147	3.766.090	3.550.223
Garantia em moeda (1)	66.520	-	174.060
Subtotal	<u>3.921.667</u>	<u>3.766.090</u>	<u>3.724.283</u>
Clearing de Ativos			
Títulos Públicos Federais	928.786	832.125	1.423.484
Clearing de Ações e Renda Fixa Privada			
Títulos Públicos Federais	22.749.941	15.665.732	10.185.946
Ações	25.809.847	17.208.344	9.101.835
Títulos Internacionais (2)	736.905	1.944.896	1.219.499
Certificados de Depósito Bancário (CDBs)	580.066	997.944	467.649
Cartas de Fiança	448.054	296.442	239.625
Garantia em Moeda (1)	235.806	247.230	101.927
Outros	141.918	76.539	164.790
Subtotal	<u>50.702.537</u>	<u>36.437.127</u>	<u>21.481.271</u>
Total	<u>143.087.657</u>	<u>101.640.805</u>	<u>125.676.805</u>

(1) O saldo de garantia de operações registrado no passivo circulante refere-se a depósitos em moeda como garantia de operações. A disponibilidade de tais recursos é administrada e sua aplicação está condicionada à flutuação do saldo de margem exigida.

(2) Títulos do governo norte-americano e alemão, bem como ADRs (*American Depositary Receipt*).

a. **Outras informações – Fundo de liquidação de operações (Clearing de Derivativos)**

É formado por recursos aportados pelos membros de compensação, com a finalidade exclusiva de garantir as operações, podendo ser constituído por cartas de fiança bancária, títulos públicos e privados, dinheiro, ouro e outros ativos, a critério da BM&FBOVESPA. As garantias representadas por títulos e demais ativos dependem de aprovação prévia da BM&FBOVESPA.

A responsabilidade de cada membro de compensação é solidária e limitada, individualmente. O Fundo de Liquidação de Operações apresenta a posição a seguir:

Composição	(em milhares de Reais)		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Títulos Públicos Federais	354.256	314.304	324.980
Cartas de Fiança	35.012	33.000	30.000
Certificados de Depósito Bancário (CDBs)	14.700	20.200	18.560
Ações	4.541	6.634	7.763
Ouro	-	2.925	1.928
Garantias em moeda (1)	-	1.050	4.005
Valores depositados	408.509	378.113	387.236
Valores que garantem a participação do membro de compensação / negociador	(313.000)	(319.500)	(333.500)
Garantias excedentes	95.509	58.613	53.736

(1) O saldo de garantia de operações registrado no passivo circulante refere-se a depósitos em moeda como garantia de operações. A disponibilidade de tais recursos é administrada e sua aplicação está condicionada à flutuação do saldo de margem exigida.

A contribuição mínima requerida de cada membro de compensação é de R\$2.000 mil, R\$3.000 mil e R\$4.000 mil, conforme seja detentor de direito de liquidação tipo 1, tipo 2 ou tipo 3, respectivamente, na *Clearing* de Derivativos. Adicionalmente, é exigido de cada membro de compensação R\$500 mil por participante com direito de negociação sob sua responsabilidade. O valor total depositado para o Fundo de Liquidação de Operações é de R\$408.509 mil (31 de dezembro de 2009 - R\$378.113 mil; 1º de janeiro de 2009 – R\$387.236 mil), sendo que o restante se refere aos excedentes das garantias depositadas não executáveis.

b. *Fundo de desempenho operacional (Clearing de Derivativos)*

É formado por recursos aportados por detentores de direito de liquidação na *Clearing* de Derivativos (membros de compensação) e detentores de direito de negociação, com a finalidade exclusiva de garantir as operações, podendo ser constituído por cartas de fiança bancária, títulos públicos e privados, dinheiro, ouro e outros ativos, a critério da BM&FBOVESPA. As garantias representadas por títulos e demais ativos dependem de aprovação prévia da BM&FBOVESPA.

O Fundo de Desempenho Operacional apresenta a posição a seguir:

Composição	(em milhares de Reais)		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Títulos Públicos Federais	921.678	859.804	863.451
Cartas de Fiança	172.210	156.200	160.730
Certificados de Depósito Bancário (CDBs)	52.801	81.310	98.683
Ações	15.358	20.098	17.647
FIC Banco BM&F	-	1.781	4.177
Outros	-	582	-
Garantias em moeda (1)	75	6.351	1.220
Valores depositados	1.162.122	1.126.126	1.145.908
Valores que garantem a participação do membro de compensação / negociador	(989.200)	(1.009.500)	(1.026.700)
Garantias excedentes	172.922	116.626	119.208

- (1) O saldo de garantia de operações registrado no passivo circulante refere-se a depósitos em moeda como garantia de operações. A disponibilidade de tais recursos é administrada e sua aplicação está condicionada à flutuação do saldo de margem exigida.

A contribuição mínima requerida de cada Membro de Compensação é de R\$5.500 mil, R\$6.500 mil e R\$7.500 mil conforme seja detentor de Direito de Liquidação tipo 1, tipo 2 ou tipo 3, respectivamente, na *Clearing* de Derivativos.

A contribuição mínima requerida de cada Corretora de Mercadorias é de R\$6.000 mil para as detentoras de Direito de Negociação Irrestrito. As detentoras de Direito de Negociação Restrito de taxa de juro, câmbio e Ibovespa têm contribuição mínima exigida de R\$4.000 mil. As detentoras de Direito de Negociação de outros contratos liquidados na *Clearing* de Derivativos têm contribuição mínima requerida de R\$3.000 mil.

A contribuição mínima requerida de cada Operador Especial é de R\$1.600 mil para os detentores de Direito de Negociação Irrestrito e Direito de Negociação Restrito de taxa de juro, câmbio e Ibovespa. Para os Detentores de Direito de Negociação de outros contratos liquidados na *Clearing* de Derivativos, a contribuição mínima exigida é de R\$1.000 mil.

c. Fundo de participação (Clearing de Câmbio)

Formados por depósitos, em ativos e moedas, para habilitação dos participantes da *Clearing* de Câmbio, tem a finalidade de garantir o cumprimento das obrigações por estes assumidas.

O Fundo de Participação apresenta a posição a seguir:

Composição	(em milhares de Reais)		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Títulos Públicos Federais	162.235	154.056	140.584

d. Fundo de liquidação da clearing de ações e renda fixa privada (CBLC)

É formado por recursos aportados pelos agentes de compensação da CBLC, com a finalidade exclusiva de cobrir perdas decorrentes da eventual inadimplência de participantes.

O Fundo de Liquidação apresenta a posição a seguir:

Composição	(em milhares de Reais)		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Títulos Públicos Federais	485.409	322.261	190.629
Aplicações da BM&FBOVESPA em fundos de investimento exclusivos, títulos públicos federais e operações compromissadas	-	-	159.580
Garantias em moeda (1)	-	7	-
Valores depositados	<u>485.409</u>	<u>322.268</u>	<u>350.209</u>

- (1) O saldo de garantia de operações registrado no passivo circulante refere-se a depósitos em moeda como garantia de operações. A disponibilidade de tais recursos é administrada e sua aplicação está condicionada à flutuação do saldo de margem exigida.

10.10. Principais elementos do plano de negócios da Companhia

a. investimentos

i. Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Em 2010, a Companhia realizou significativos investimentos em seu parque tecnológico, criando uma estrutura que suportará o seu crescimento, e foram dados importantes passos no desenvolvimento de parcerias internacionais. Além disso, a Companhia também intensificou seus esforços no sentido de adotar uma estratégia concentrada em buscar oportunidades de crescimento, com objetivos claros na educação financeira, para elevar a penetração do mercado de capitais na classe média, na atividade de fomento para aumentar a quantidade de empresas listadas, e em desenvolvimentos de novos produtos.

Desenvolvimentos Tecnológicos

O objetivo da BM&FBOVESPA é oferecer aos participantes do mercado serviços de excelência na área de tecnologia da informação. Para alcançar esse objetivo, em 2010, o investimento total da Área de Tecnologia foi de R\$219.261 mil, sendo que os principais projetos foram:

Nova plataforma de negociação

Foi iniciado, no primeiro semestre de 2010, o desenvolvimento de uma nova plataforma de negociação multimercado, em parceria com o CME Group. Essa nova plataforma, que será de co-propriedade das duas bolsas, substituirá os quatro sistemas de negociação atualmente em funcionamento e que são utilizados nos mercados de ações, derivativos, renda fixa pública e privada. Esse desenvolvimento colocará a plataforma de negociação da BM&FBOVESPA entre as mais avançadas e eficientes na indústria de bolsas, além de proporcionar à Companhia sua independência tecnológica. Também vale destacar que a nova plataforma trará mais eficiência para a BM&FBOVESPA e para os participantes do mercado que poderão atuar nos diferentes mercados administrados pela Companhia utilizando um único sistema.

Os principais desafios relacionados ao desenvolvimento dessa nova plataforma estão relacionados à aplicação de novas tecnologias, à transmissão de conhecimento dentro da Companhia, a sua implantação nos participantes do mercado e o cumprimento do cronograma. A implantação desse novo sistema ocorrerá em três fases: módulo de derivativos, em junho de 2011; módulo de ações, entre o quarto trimestre de 2011 e o primeiro trimestre de 2012; e módulo de renda fixa que terá as atividades de análise e especificação das funcionalidades do sistema iniciadas em abril de 2011.

Novo Datacenter

Após a integração das duas bolsas em 2008 (BM&F e Bovespa), a BM&FBOVESPA herdou quatro *datacenters*, sendo um principal e um de contingência para cada bolsa. Com o objetivo de reorganizar e racionalizar a infraestrutura tecnológica foram iniciados investimentos que resultarão em dois novos *datacenters* que substituirão os quatro atuais e serão mais eficientes, seguros e terão mais capacidade. O novo *datacenter* principal terá sua construção iniciada em 2011, com as conclusões das obras previstas para o segundo semestre de 2012. Já o novo *datacenter* de contingência está instalado em um espaço locado desde junho de 2010.

Parceria com a Trading Technologies

A BM&FBOVESPA anunciou, em abril de 2010, parceria com a Trading Technologies - TT, empresa fornecedora de telas de negociação, que instalará um servidor no *co-location*, de forma que os clientes da TT poderão atuar diretamente nos sistemas de negociação.

Brazil Easy Investing

Ferramenta desenvolvida em parceria com a Chi-X Global, empresa especializada no desenvolvimento de sistemas eletrônicos de negociação, para que investidores estrangeiros acessem, em tempo real, a cotação das ações brasileiras em dólar norte americano e outras moedas.

Adicionalmente, foi contratada uma consultoria internacional para avaliar a infraestrutura tecnológica, os processos e os serviços de suporte à negociação eletrônica prestados pela BM&FBOVESPA. Como resultado

desse trabalho, foi apresentado à Companhia um diagnóstico com uma série de recomendações de melhoria na sua infraestrutura tecnológica e nos serviços de suporte tecnológico aos participantes do mercado, que foram consolidadas em diversos planos de ações. Dentre esses itens foram selecionados cinco temas prioritários de acordo com recomendações feitas pela consultoria: (i) modelo de atendimento ao cliente e de suporte à negociação eletrônica, (ii) gerenciamento de desempenho de TI, (iii) estratégia de monitoramento de TI, (iv) transferência de conhecimento sobre a nova plataforma e (v) administração de crises. Os planos de ações referente aos itens prioritários estão em andamento e serão concluídos ao longo de 2011 e início de 2012.

ii. fontes de financiamento dos investimentos

As fontes de financiamento dos investimentos da Companhia provém principalmente de sua geração de caixa operacional. A Companhia ainda poderá avaliar alternativas complementares de fontes de financiamento através da contratação de empréstimos bancários, financiamentos junto a agências de fomento e do acesso aos mercados de capitais local e no exterior.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não aplicável.

b. Aquisições já divulgadas de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

Nova plataforma de negociação: Foi iniciado, no primeiro semestre de 2010, o desenvolvimento de uma nova plataforma de negociação multimercado, em parceria com o CME Group. Essa nova plataforma, que será de co-propriedade das duas bolsas, substituirá os quatro sistemas de negociação atualmente em funcionamento.

Aquisição do terreno para o novo *Datacenter*: a Companhia efetuou a aquisição de um terreno de cerca de 20 mil m² onde se situará o novo *Datacenter* da BM&FBOVESPA, localizado em Santana do Parnaíba. As obras serão iniciadas em 2011, tendo a entrega prevista para o segundo semestre de 2012.

c. novos produtos e serviços, indicando:

i. Pesquisas em andamento já divulgadas

Não aplicável.

ii. montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável.

iii. projetos em desenvolvimento já divulgados

Segmento BM&F:

- ✓ Minicontratos futuros de soja financeira (preço CME);
- ✓ Contratação do desenvolvimento das soluções de *Back* e *Middle Office* utilizadas pelos *Futures Commission Merchants* (FCM); e

- ✓ ISVs (*Independent software vendors*): *Trading Technologies* (TT) proverá telas de negociação para o segmento BM&F.

Segmento Bovespa:

- ✓ Plataforma para negociação de grandes lotes (*Block Trade Facility*);
- ✓ Formador de Mercado para opções sobre ações;
- ✓ ETFs estrangeiros: Listagem de índices estrangeiros em nosso mercado;
- ✓ *Brazil Easy Investing* – livro de ordens em outras moedas; e
- ✓ Contratos futuros do S&P500.

Ambos os segmentos:

- ✓ Nova plataforma de negociação multimercado;
- ✓ Novos *datacenters*: aluguel de espaço para o novo site de contingência e aquisição do terreno do novo site principal;
- ✓ ISVs (*Independent software vendors*): *FlexTrade* proverá telas de negociação para ambos os segmentos (principalmente para o segmento Bovespa);
- ✓ *EntryPoint*: interface unificada para entrada de ordens para ambos os segmentos; e
- ✓ Integração das *Clearings*: A integração permitirá o cruzamento de margens e melhora na gestão de risco e caixa dos participantes.

iv. montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Em 2010, a Companhia desembolsou R\$219.261 mil em projetos de TI, tais como o desenvolvimento da nova plataforma eletrônica de negociação multi-ativos, dentro do escopo da parceria estratégica preferencial global realizada com o CME Group em fevereiro de 2010, a ampliação da capacidade de processamento em ambos os segmentos de negociação e a aquisição do terreno do novo *datacenter* (site principal).

10.11. Comentários sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

- ✓ Ampliação da Capacidade de Processamento: A Companhia realizou a ampliação da capacidade de processamento do segmento Bovespa de 1,5 milhão para 3 milhões de negócios/dia no 4T10 e do segmento BM&F de 200 mil para 400 mil negócios/dia no 3T10; e
- ✓ Novos Modelos de DMA no Segmento BOVESPA: Em agosto de 2010, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) autorizou a implantação, no segmento BOVESPA, das modalidades de Acesso Direto ao Mercado (DMA) via Provedor, via Conexão Direta e via Conexão Direta – *Co-location* modalidade investidor, respectivamente modalidades 2, 3 e 4 de DMA. Tais modalidades foram disponibilizadas ao mercado no dia 1º de setembro. Essas novas modalidades, dada a sua eficiência, proporcionam condições para atrair investidores mais sofisticados ao mercado acionário brasileiro.

ANEXO II

INFORMAÇÕES DA PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DE RESULTADOS EXIGIDAS PELA ICVM 481/09

Informações relativas à proposta de destinação dos resultados requeridas no Anexo 9-1-II da Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009

1. Informar o lucro líquido do exercício.

O lucro líquido do exercício social de 2010 foi de R\$1.144.560.312,60.

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados.

O montante global a ser distribuído à conta de dividendos é de R\$1.144.560.312,60.

Uma vez aprovada a proposta de distribuição de dividendos submetida à Assembleia Geral Ordinária, o valor global de dividendos e de juros sobre capital próprio por ação será de R\$0,576431, incluindo dividendos antecipados e juros sobre o capital próprio já declarados, conforme indicado na tabela abaixo. O valor informado é estimado, uma vez que a proposta de distribuição aos acionistas do saldo líquido remanescente a título de dividendos, no valor de R\$0,206723 por ação, pode ser modificado em razão da alienação de ações em tesouraria para atender ao exercício de opções de compra de ações outorgadas com base no Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia e eventual aquisição de ações no âmbito do Plano de Recompra da Companhia.

Descrição	Por ação Bruto (R\$)	Valor Total Bruto
Juros sobre o capital próprio	0,014951	30.000.000,00
Juros sobre o capital próprio	0,029890	60.000.000,00
Juros sobre o capital próprio	0,068231	137.000.000,00
Juros sobre o capital próprio	0,022422	45.000.000,00
Dividendos	0,098957	198.600.000,00
Dividendos	0,119101	235.875.000,00
Juros sobre o capital próprio	0,016156	32.000.000,00
Subtotal	0,369708	738.475.000,00
Dividendos propostos	0,206723	406.085.312,60
Total a ser distribuído no exercício de 2010	0,576431	1.144.560.312,60

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído.

O percentual do lucro líquido a ser distribuído, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, é de 100%.

4. Informar o montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores.

Não foi proposta a distribuição de dividendos com base em lucro de exercícios anteriores.

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

a. O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe;

O valor bruto a ser distribuído, a título de dividendos, é de R\$0,206723 por ação ordinária, única classe existente (valor estimado, que pode ser modificado em razão da alienação de ações em tesouraria para atender ao exercício de opções de compra de ações outorgadas com base no Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia e eventual aquisição de ações no âmbito do Plano de Recompra da Companhia).

b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio;

Desde que aprovado pela Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada em 18 de abril de 2011, o pagamento dos dividendos declarados ocorrerá no dia 16 de maio de 2011.

c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio;

Não haverá incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio.

d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento;

A data de 02 de maio de 2011 será a considerada para a identificação dos acionistas que terão direito ao recebimento dos dividendos.

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores:

a. Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados;

Vide tabela abaixo.

b. Informar a data dos respectivos pagamentos.

Descrição	Deliberação	Pagamento	Por ação Bruto (R\$)	Valor Total Bruto
Juros sobre o capital próprio	RCA BVMF - 23/02/2010	11/03/2010	0,014951	30.000.000,00
Juros sobre o capital próprio	RCA BVMF - 25/03/2010	13/04/2010	0,029890	60.000.000,00
Juros sobre o capital próprio	RCA BVMF - 11/05/2010	27/05/2010	0,068231	137.000.000,00
Juros sobre o capital próprio	RCA BVMF - 12/08/2010	10/09/2010	0,022422	45.000.000,00
Dividendos	RCA BVMF - 12/08/2010	10/09/2010	0,098957	198.600.000,00
Dividendos	RCA BVMF - 09/11/2010	25/11/2010	0,119101	235.875.000,00
Juros sobre o capital próprio	RCA BVMF - 16/12/2010	19/01/2011	0,016156	32.000.000,00
Total distribuído no exercício de 2010				738.475.000,00

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

a. Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores;

Para fins de divulgação do lucro por ação, o lucro básico por ação é calculado pela divisão do lucro atribuível aos acionistas da BM&FBOVESPA, pela quantidade média de ações em aberto durante o período, de acordo com os critérios estabelecidos no pronunciamento contábil CPC 41 – Lucro por Ação, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, sendo aplicado retrospectivamente às demonstrações financeiras do exercício de 2009.

	2010	2009	2008 (1)
Lucro líquido do exercício	1.144.560.312,60	881.050.370,16	645.595.591,50
Quantidade média ponderada de ações em circulação - ON	2.000.777.767	2.002.462.000	2.010.990.091
Lucro básico por ação (R\$)	0,572058	0,439983	0,321034

(1) De acordo com as práticas contábeis vigentes no exercício social de 2008, para o cálculo do lucro por ação foi considerada a quantidade de ações em circulação no final do período.

b. Dividendo e juro sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores;

Descrição	Por ação Bruto (R\$)	Tipo de ação	Valor Total Bruto
Juros sobre o capital próprio	0,02032	ON	20.539.417,12
Juros sobre o capital próprio	0,072995	ON	149.203.000,00
Dividendos	0,069969	ON	143.019.000,00
Juros sobre o capital próprio	0,069307	ON	139.375.702,67
Dividendos	0,030276	ON	60.623.580,55
Total distribuído no exercício de 2008			512.760.700,34

Descrição	Por ação Bruto (R\$)	Tipo de ação	Valor Total Bruto
Juros sobre o capital próprio	0,055931	ON	112.000.000,00
Juros sobre o capital próprio	0,070653	ON	141.500.000,00
Dividendos	0,016727	ON	33.500.000,00
Dividendos	0,074888	ON	150.000.000,00
Juros sobre o capital próprio	0,009976	ON	20.000.000,00
Dividendos	0,123516	ON	248.000.000,00
Total distribuído no exercício de 2009			705.000.000,00

Descrição	Por ação Bruto (R\$)	Tipo de ação	Valor Total Bruto
Juros sobre o capital próprio	0,014951	ON	30.000.000,00
Juros sobre o capital próprio	0,029890	ON	60.000.000,00
Juros sobre o capital próprio	0,068231	ON	137.000.000,00
Juros sobre o capital próprio	0,022422	ON	45.000.000,00
Dividendos	0,098957	ON	198.600.000,00
Dividendos	0,119101	ON	235.875.000,00
Juros sobre o capital próprio	0,016156	ON	32.000.000,00
Total distribuído no exercício de 2010			738.475.000,00

Observe-se que a Companhia emite apenas ações ordinárias.

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal:

a. Identificar o montante destinado à reserva legal;

Conforme disposto no parágrafo primeiro do artigo 193 da Lei 6.404/76, não foi proposta a constituição de reserva legal com base no resultado apurado no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010, uma vez que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital de que trata o § 1º do artigo 182, excede 30% do capital social da Companhia.

b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal.

Não há proposta de destinação da parcela do resultado para formação de reserva legal, conforme item a. acima.

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos:

a. Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos;

b. Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos;

c. Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa;

d. Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais;

e. Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe

A Companhia emite apenas ações ordinárias.

10. Em relação ao dividendo obrigatório:

a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto;

Conforme artigo 54 do estatuto social da Companhia, após a constituição de reserva legal, o lucro que remanescer deverá ser ajustado pela constituição de reservas de contingências e a respectiva reversão, se for o caso. Do saldo remanescente, 25%, no mínimo, serão destinados ao pagamento do dividendo obrigatório.

b. Informar se ele está sendo pago integralmente;

O dividendo obrigatório está sendo pago integralmente. Ressalte-se que o Conselho de Administração propõe a distribuição de 100% do lucro líquido referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010.

c. Informar o montante eventualmente retido.

Não há proposta de retenção de dividendos.

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia:

a. Informar o montante da retenção;

b. Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos;

c. Justificar a retenção dos dividendos.

Não aplicável.

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências:

a. Identificar o montante destinado à reserva;

b. Identificar a perda considerada provável e sua causa;

c. Explicar porque a perda foi considerada provável;

d. Justificar a constituição da reserva.

Não há proposta de destinação do lucro líquido para constituição de reserva de contingências.

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar:

a. Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar;

b. Informar a natureza dos lucros não realizados que deram origem à reserva.

Não há proposta de destinação do lucro líquido para constituição de reserva de lucros a realizar.

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias:

a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva;

b. Identificar o montante destinado à reserva;

c. Descrever como o montante foi calculado.

Não há proposta de destinação do lucro líquido para constituição de reserva estatutária.

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital:

a. Identificar o montante da retenção;

b. Fornecer cópia do orçamento de capital.

Não há proposta de retenção de lucros prevista em orçamento de capital.

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais:

a. Informar o montante destinado à reserva;

b. Explicar a natureza da destinação.

Não há proposta de destinação de lucro líquido para reserva de incentivos fiscais.

ANEXO III

INFORMAÇÕES DOS CANDIDATOS A MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, INTEGRANTES DA CHAPA PROPOSTA PELA ADMINISTRAÇÃO

ITENS 12.6 A 12.10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

12.6. Administradores

12.6.1 Conselho de Administração

	Arminio Fraga Neto	Candido Botelho Bracher	Claudio Luiz da Silva Haddad	Craig Steven Donohue	José Roberto Mendonça de Barros	Julio de Siqueira Carvalho de Araújo
Idade	53	51	63	48	65	56
Profissão	Economista	Administrador de Empresas	Engenheiro Mecânico e Industrial	Empresário	Economista	Bancário
CPF	469.065.257-00	039.690.188-38	109.286.697-34	060.600.507-27	005.761.408-30	425.327.017-49
Cargo	Conselheiro Independente	Conselheiro	Conselheiro Independente	Conselheiro	Conselheiro Independente	Conselheiro
Data de Eleição	-	-	-	-	-	-
Data da Posse	-	-	-	-	-	-
Prazo do Mandato	Até a AGO que aprovar as demonstrações financeiras do exercício de 2012	Até a AGO que aprovar as demonstrações financeiras do exercício de 2012	Até a AGO que aprovar as demonstrações financeiras do exercício de 2012	Até a AGO que aprovar as demonstrações financeiras do exercício de 2012	Até a AGO que aprovar as demonstrações financeiras do exercício de 2012	Até a AGO que aprovar as demonstrações financeiras do exercício de 2012
Outros Cargos	Membro do Comitê de Governança e Indicação e do Comitê de Risco	Membro do Comitê de Remuneração	Membro do Comitê de Remuneração	-	Membro do Comitê de Governança e Indicação	Membro do Comitê de Risco
Eleito por Controlador	Não	Não	Não	Não	Não	Não

Luis Stuhlberger	Marcelo Fernandez Trindade	Pedro Pullen Parente	Renato Diniz Junqueira	René Marc Kern
-------------------------	-----------------------------------	-----------------------------	-------------------------------	-----------------------

Idade	55	46	58	57	46
Profissão	Engenheiro	Advogado	Executivo de empresas	Administrador de Empresas	Empresário
CPF	881.983.918-00	776.785.247-49	059.326.371-53	679.361.308-10	3560470115
Cargo	Conselheiro	Conselheiro Independente	Conselheiro Independente	Conselheiro	Conselheiro Independente
Data de Eleição	-	-	-	-	-
Data da Posse	-	-	-	-	-
Prazo do Mandato	Até a AGO que aprovar as demonstrações financeiras do exercício de 2012	Até a AGO que aprovar as demonstrações financeiras do exercício de 2012	Até a AGO que aprovar as demonstrações financeiras do exercício de 2012	Até a AGO que aprovar as demonstrações financeiras do exercício de 2012	Até a AGO que aprovar as demonstrações financeiras do exercício de 2012
Outros Cargos	Membro do Comitê de Governança e Indicação e do Comitê de Risco	Membro do Comitê de Auditoria	-	-	Membro do Comitê de Remuneração
Eleito por Controlador	Não	Não	Não	Não	Não

12.7. Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração

Comitê de Auditoria

	Luis Nelson Guedes de Carvalho	Marcelo Fernandez Trindade	Paulo Roberto Simões	Sérgio Darcy da Silva Alves	Tereza Cristina Grossi Togni
Idade	64	46	60	65	61
Profissão	Contador	Advogado	Contador	Consultor Financeiro	Contadora
CPF	027.891.838-72	776.785.247-49	567.047.048-68	050.933.687-68	163.170.686-15
Cargo	Coordenador	Membro	Membro Externo	Membro Externo	Membro Externo
Data de Eleição	12.05.2009	12.05.2009	12.05.2009	12.05.2009	12.05.2009
Data da Posse	12.05.2009	12.05.2009	12.05.2009	12.05.2009	12.05.2009
Prazo do Mandato	2 anos	2 anos	2 anos	2 anos	2 anos
Outros Cargos	-	Membro Independente do Conselho de Administração	-	Membro do Comitê de Normas	-
Eleito por Controlador	Não	Não	Não	Não	Não

Comitê de Governança e Indicação

	Arminio Fraga Neto	José Roberto Mendonça de Barros	Luis Stuhlberger
Idade	53	65	55
Profissão	Economista	Economista	Engenheiro
CPF	469.065.257- 00	005.761.408- 30	881.983.918-00
Cargo	Coordenador	Membro	Membro
Data de Eleição	12.05.2009	12.05.2009	12.05.2009
Data da Posse	12.05.2009	12.05.2009	12.05.2009
Prazo do Mandato	2 anos	2 anos	2 anos
Outros Cargos	Membro Independente do Conselho de Administração	Conselheiro Independente	Conselheiro
Eleito por Controlador	Não	Não	Não

Comitê de Remuneração

	Candido Botelho Bracher	Claudio Luiz da Silva Haddad	René Marc Kern
Idade	51	63	45
Profissão	Administrador de Empresas	Engenheiro Mecânico e Industrial	Empresário
CPF	039.690.188- 38	109.286.697- 34	3560470115
Cargo	Membro	Coordenador	Membro
Data de Eleição	12.05.2009	12.05.2009	12.05.2009
Data da Posse	12.05.2009	12.05.2009	12.05.2009
Prazo do Mandato	2 anos	2 anos	2 anos
Outros Cargos	Conselheiro	Conselheiro Independente	Conselheiro Independente
Eleito por Controlador	Não	Não	Não

Comitê de Risco

	<u>Arminio Fraga Neto</u>	<u>Julio de Siqueira Carvalho de Araújo</u>	<u>Luis Stuhlberger</u>
Idade	53	56	55
Profissão	Economista	Bancário	Engenheiro
CPF	469.065.257- 00	425.327.017- 49	881.983.918-00
Cargo	Membro	Membro	Membro
Data de Eleição	12.05.2009	12.05.2009	12.05.2009
Data da Posse	12.05.2009	12.05.2009	12.05.2009
Prazo do Mandato	2 anos	2 anos	2 anos
Outros Cargos	Membro Independente do Conselho de Administração	Conselheiro	Conselheiro
Eleito por Controlador	Não	Não	Não

12.8. Currículo dos Administradores

a) Currículo

Conselho de Administração

Arminio Fraga Neto

Presidente do Conselho de Administração

Sócio fundador da Gávea Investimentos desde 2003, sendo que tal sociedade tem por objeto a gestão de investimentos estruturados e participações (“private equity”), através da administração e/ou gestão de carteiras de ativos. No período de março de 1999 a dezembro de 2002, exerceu a presidência do Banco Central do Brasil. Anteriormente, foi Diretor-Gerente da Soros Fund Management em Nova York, Diretor de Assuntos Internacionais do Banco Central do Brasil, Vice-Presidente da Salomon Brothers, em Nova York e Economista-Chefe e Gerente de Operações do Banco Garantia. Foi professor do curso de mestrado da Universidade Católica do Rio de Janeiro, da Escola de Economia da Fundação Getúlio Vargas, da School of International Affairs da Universidade de Columbia e da Wharton School. Ph.D em Economia pela Universidade de Princeton em 1985, B.A. e M.A. em Economia pela Universidade Católica do Rio de Janeiro em 1981.

Cargos de administração em outras companhias abertas: Foi membro do Conselho de Administração do Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A., sociedade que teve seu registro de companhia aberta cancelado em 13 de abril de 2009. Foi também membro do Conselho Consultivo da Bunge Alimentos S.A. e da Bunge Fertilizantes S.A.

Candido Botelho Bracher

Membro do Conselho de Administração

Graduado em administração de empresas pela Fundação Getúlio Vargas. Foi auxiliar de Importação e Exportação da Port Trading S.A. (1979), Sub-gerente de Exportação da Braswey Indústria e Comércio S.A. (1980), Operador de Departamento de Câmbio do Swiss Bank Corporation – Zurique/Suíça (1982); Operador de Mercados Futuros de Commodities da Commodities Corporation – Paris (1982), Diretor da Bahia Corretora e Gerente do Banco da Bahia Investimentos (1983-1985), Diretor e Vice-Presidente Executivo do BADESP - Banco de Desenvolvimento do Estado de São Paulo (1985-1987), Diretor do Banco Itamarati (1987-1988), Diretor do Banco BBA Creditanstalt (1988-2003), Vice-Presidente do Banco Itaú BBA (2003-2005), Presidente do Banco Itaú BBA (2005 até presente), tendo como função a administração do banco em geral.

Cargos de administração em outras companhias abertas: É Vice-Presidente executivo da Itaú Unibanco Holding S.A. desde maio de 2005 e membro do Conselho de Administração da mesma sociedade desde dezembro de 2008. É Vice-Presidente, desde novembro de 2008, do Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A., sociedade que teve seu registro de companhia aberta cancelado em 13 de abril de 2009.

Claudio Luiz da Silva Haddad

Membro Independente do Conselho de Administração

Engenheiro mecânico e industrial pelo Instituto Militar de Engenharia do Rio de Janeiro(1969), mestre e doutor em economia pela Universidade de Chicago (1974) e OPM pela Harvard Business School (1987). Foi professor em tempo integral da Escola de Pós-Graduação da Fundação Getúlio Vargas de 1974 a 1979. Em 1979 atuou como economista-chefe do Banco de Investimentos Garantia S.A., e, em 1980, foi nomeado diretor do Banco Central do Brasil, sendo responsável pela dívida pública e pelas operações no mercado aberto, tendo permanecido nesta posição até o final de 1982. Voltou ao Banco de Investimentos Garantia S.A., em 1983, na qualidade de sócio e diretor responsável pela divisão de Finanças Corporativas e, posteriormente, por toda a área de Banco de Investimento. Em 1992 foi nomeado diretor-superintendente do banco, cargo que exerceu até julho de 1998. É presidente do Instituto Veris que mantém o IBMEC São Paulo e presidente do Conselho de Administração e principal acionista da Veris Educacional S.A. que controla o IBTA, os demais IBMECs e outras entidades educacionais. É também presidente e fundador do Instituto Futuro Brasil (IFB), membro do Conselho de Administração do Grupo Abril, do Visiting Committee da Harvard Business School, do Conselho do David Rockefeller Center da Harvard University para o Brasil, do Hospital Israelita Albert Einstein, da Ideal Invest S.A, do Instituto Unibanco, membro do Conselho Consultivo Internacional do Capital Group e diretor da Câmara Brasil-Israel.

Cargos de administração em outras companhias abertas: Foi membro do Conselho de Administração da Petrobrás, de 2002 a 2006.

Craig Steven Donohue

Membro do Conselho de Administração

Advogado, possui Master Business Administration pela Northwestern University. Exerce o cargo de Diretor Geral e de membro do Conselho de Administração do CME Group desde janeiro de 2004. Anteriormente ocupou diversos cargos de destaque no CME Group, incluindo Diretor Executivo Administrativo. Foi eleito membro do Conselho de Administração da Bolsa de Mercadorias & Futuros - BM&F S.A. em 26 de fevereiro de 2008, sociedade que foi incorporada pela BM&FBOVESPA em maio de 2008. Preside o Conselho Nacional de Educação Econômica (NCEE) e é Vice-presidente do Conselho do Clube de Executivos e da

Câmara de Comércio de Chicago. Faz parte do Conselho Consultivo de Assuntos Globais de Chicago (*Chicago Council Global Affairs*), é vice-presidente da Fundação do CME Group e Presidente da Fundação do CME Group para a comunidade. Integra também a Câmara Consultiva de Mercados Globais da Commodity Futures Trading Commission (CFTC). Em maio de 2008 foi eleito como Membro do Conselho de Administração da BM&FBOVESPA S.A.

Cargos de administração em outras companhias abertas: foi membro do Conselho de Administração da BM&F S.A., sociedade que teve seu registro de companhia aberta cancelado em 08 de maio de 2008 devido à sua incorporação pela BM&FBOVESPA.

José Roberto Mendonça de Barros

Membro Independente do Conselho de Administração

Graduou-se e é doutor em economia pela Universidade de São Paulo e fez pós-doutorado no Economic Growth Center, Yale University, nos Estados Unidos da América. É consultor e Sócio-Diretor da Mendonça de Barros Associados S/S Ltda. desde 1978, prestando consultoria a seus clientes sobre temas econômicos e políticos. É membro do Conselho Consultivo do Grupo O Estado de São Paulo e da FEBRABAN, é Membro da Câmara Consultiva do Novo Mercado da BM&FBOVESPA. Foi Secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda e Secretário Executivo da Câmara de Comércio Exterior da Presidência da República. No meio acadêmico, foi professor visitante do Departamento de Economia Agrícola e Sociologia Rural da Ohio State University e professor assistente Doutor da Faculdade de Economia da Universidade de São Paulo.

Cargos de administração em outras companhias abertas: foi membro dos Conselhos de Administração da CESP – Companhia Energética de São Paulo, Eletropaulo, CPFL e Comgás de 1983 a 1985, membro do Comitê estratégico da Companhia Vale do Rio Doce de fevereiro de 2002 a março de 2006, membro do Conselho de Administração da Fertilizantes Fosfatados S.A. – Fosfertil de 2004 a 2006, membro do Conselho de Administração da GP Investments de abril de 2006 a abril de 2009, membro do Conselho de Administração do Frigorífico Minerva de julho de 2007 a dezembro de 2008. Foi membro do Conselho de Administração da Bovespa Holding S.A., sociedade que teve seu registro de companhia aberta cancelado em 29 de agosto de 2008 devido à incorporação de suas ações pela BM&FBOVESPA em 08 de maio de 2008. Atualmente, é membro do Conselho de Administração da Tecnisa S.A, membro do Conselho Consultivo da Companhia Brasileira de Distribuição (Grupo Pão de Açúcar) e membro do Conselho de Administração do Banco Santander (Brasil) S.A..

Julio de Siqueira Carvalho de Araújo

Membro do Conselho de Administração

Iniciou sua carreira em março de 1978 no Banco BCN S.A., instituição adquirida em 1997 pelo Banco Bradesco. Passou por todos os escalões da carreira bancária, sendo eleito em outubro de 1989 como Diretor do Banco BCN S.A. Em agosto de 2000 foi eleito Diretor Vice-Presidente Executivo do Banco Bradesco, cargo que ocupa atualmente, colaborando com o Diretor Presidente no desempenho de suas funções e participando da administração de diversas empresas do mesmo grupo econômico do Banco Bradesco. É membro da Mesa Regedora e Diretor Gerente da Fundação Bradesco, membro do Conselho de Administração e Diretor Gerente do Instituto de Moléstias do Aparelho Digestivo e da Nutrição (FIMADEN), membro do Conselho de Administração do Fundo Garantidor de Créditos – FGC, presidente do Conselho de Administração da Câmara Interbancária de Pagamentos – CIP, membro suplente do Conselho de Agronegócio – CONSAGRO, e Diretor Efetivo da Confederação Nacional do Sistema Financeiro – CONSIF.. Foi membro efetivo do Conselho de Administração da CBLC e do Conselho Deliberativo da Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança - ABECIP. Em maio de 2008 foi eleito como Membro do Conselho de Administração da BM&FBOVESPA S.A..

Cargos de administração em outras companhias abertas: É Diretor Vice-Presidente Executivo do Banco Bradesco S.A.. e da do Bradesco Leasing S.A. Arrendamento Mercantil.

Luis Stuhlberger

Membro do Conselho de Administração

Graduou-se em engenharia civil pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo e realizou pós-graduação em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas. Iniciou sua carreira no mercado financeiro e de capitais como operador de mercado futuro e de commodities em 1981. Possui participação acionária indireta nas empresas Credit Suisse Hedging-Griffo Corretora de Valores S.A, Credit Suisse Hedging-Griffo Asset Management S.A e Credit Suisse Hedging-Griffo Serviços Internacionais S.A., Exerce a função de Diretor responsável pela gestão de carteiras de fundos de investimentos das empresas do Grupo CSHG e gestor do Fundo de Investimento Verde desde 1997.

Cargos de administração em outras companhias abertas: Não atuou como administrador em nenhuma companhia aberta.

Marcelo Fernandez Trindade

Membro Independente do Conselho de Administração

Graduado em direito na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). É sócio de Trindade Sociedade de Advogados e. advogado desde 1986, Professor de Direito Civil do Departamento de Direito da PUC-Rio desde 1993, quando foi admitido em concurso de provas e títulos. É Professor do Curso de Pós-Graduação em Direito Empresarial da Escola de Direito da Fundação Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro. Foi sócio de Cardoso, Rocha, Trindade e Lara Resende Advogados, entre 1994 e 1998, e de Tozzini Freire Teixeira e Silva advogados, entre 1999 e 2000 e entre 2002 e 2004. Foi Diretor da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) entre 2000 e 2002, e Presidente da CVM entre 2004 e 2007. Em maio de 2008 foi eleito como Membro Independente do Conselho de Administração da BM&FBOVESPA S.A.

Cargos de administração em outras companhias abertas: foi membro do Conselho de Administração da BM&F S.A., sociedade que teve seu registro de companhia aberta cancelado em 08 de maio de 2008 devido à sua incorporação pela BM&FBOVESPA. Foi membro do Conselho de Administração da Globex Utilidades S.A. de abril de 2008 a agosto de 2009.

Pedro Pullen Parente

Membro Independente do Conselho de Administração

Iniciou a carreira no serviço público no Banco do Brasil em 1971 e em 1973, foi transferido para o Banco Central, em ambos os casos por concurso público, sendo que se aposentou pelo Banco Central em 2010. Foi consultor do Fundo Monetário Internacional e de instituições públicas no País, incluindo Secretarias de Estado e a Assembleia Nacional Constituinte de 1988, tendo atuado em diversos cargos na área econômica do Governo. Foi Ministro de Estado (1999-2002), tendo sido o coordenador da equipe de transição do Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso para o Presidente Lula. Neste período, relevante também a atuação como Presidente da Câmara de Gestão da Crise de Energia de 2001/2002. No período de 2003 até 2009 foi Vice-Presidente Executivo (COO) do Grupo RBS. É Presidente e CEO da Bunge Brasil desde janeiro de 2010. Atualmente é membro dos conselhos da AMCHAM Brasil, RBS, FNQ e Conex.

Cargos de administração em outras companhias abertas: foi membro do Conselho de Administração das seguintes companhias: Banco do Brasil, Petrobrás, TAM, Bovespa, CPFL, Alpargatas e Duratex.

Renato Diniz Junqueira

Membro do Conselho de Administração

Graduado em administração de empresas pela EAESP da Fundação Getúlio Vargas. Trabalhou como executivo no Banco do Comercio e Industria de São Paulo de 1973 a 1985. Foi conselheiro da Bolsa de Mercadorias e Futuros (BM&F) de 1997 a 2000. Foi vice-presidente do conselho de administração da Bolsa de Mercadorias e Futuros (BM&F) de 2001 a 2007. Foi vice-presidente da Bolsa Brasileira de Mercadorias (BBM) de 2002 a 2007. Foi diretor do Banco InterCap S.A. de 1987 a 2010. Atualmente é presidente da do Conselho de Administração da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro (BVRJ) e membro do Conselho de Administração do Banco InterCap S.A. Também é agropecuarista com atividade em cana de açúcar e gado de corte.

Cargos de administração em outras companhias abertas: foi membro do Conselho de Administração da BM&F S.A., sociedade que teve seu registro de companhia aberta cancelado em 08 de maio de 2008 devido à sua incorporação pela BM&FBOVESPA.

René Marc Kern

Membro Independente do Conselho de Administração

Graduado pela Universidade da Califórnia, Berkeley e possui Master Business Administration pela Universidade da Pensilvânia. Foi consultor da Bain & Co e iniciou suas atividades junto à General Atlantic em 1996 após atuar seis anos no Morgan Stanley. Atualmente ocupa a posição de Managing Director na General Atlantic, atuando também como membro do Comitê Executivo, presidente do Comitê de Capital e membro do Comitê de Investimento e do Comitê de Portfólio. Além disso, é membro dos conselhos de administração da GETCO Holding Company, LLC e Amedes Group, um dos maiores grupos alemães de laboratórios clínicos. Em maio de 2008 foi eleito como Membro do Conselho de Administração da BM&FBOVESPA S.A.

Cargos de administração em outras companhias abertas: foi membro do Conselho de Administração da BM&F S.A., sociedade que teve seu registro de companhia aberta cancelado em 08 de maio de 2008 devido à sua incorporação pela BM&FBOVESPA.

- b) Condenações judiciais e administrativas (inclusive criminais) envolvendo administradores e membros do Conselho Fiscal

Conselho de Administração

Não existem quaisquer processos disciplinares e judiciais em que os membros do Conselho de Administração tenham sido condenados por qualquer decisão, transitada em julgado ou não.

12.9. Relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

- (i) administradores da Companhia

Não há relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre administradores da Companhia.

- (i) administradores da Companhia e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, da Companhia

Não há relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre administradores da Companhia e administradores de controladas, diretas ou indiretas, da Companhia.

- (i) administradores da Companhia ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos da Companhia

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui controladores.

- (i) administradores da Companhia e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas da Companhia

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui controladores

12.10. Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores da Companhia e:

- (i) sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor

O administrador Renato Diniz Junqueira foi Vice-Presidente do Conselho de Administração da Bolsa Brasileira de Mercadorias (BBM) de 2004 a 2007.

No período de fevereiro de 1998 a junho de 2008, a administradora Amarílis Prado Sardenberg foi Diretora da Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia, subsidiária integral incorporada pela BM&FBOVESPA em novembro de 2008.

- (ii) controlador direto ou indireto do emissor

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui acionistas controladores

- (iii) caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas

O administrador Craig Steven Donohue é CEO e membro do Conselho de Administração do CME Group, que possui um acordo de roteamento de ordens com a BM&FBOVESPA e detém 4,95% do capital da Companhia. A BM&FBOVESPA, por sua vez, possui participação acionária de aproximadamente 5% do CME Group.

Adicionalmente, o CME Group e a BM&FBOVESPA celebraram os seguintes contratos: (i) Roteamento de Ordens, o qual permite que os usuários da plataforma do CME Globex negociem produtos da BM&FBOVESPA diretamente e que os usuários da plataforma GTS (BM&FBOVESPA) negociem, diretamente, os produtos do CME Group; (ii) Transferência de Tecnologia, com o propósito de desenvolverem, em conjunto, uma plataforma de negociação multimercado; (iii) Acordo de parceria estratégica preferencial global, para as duas bolsas, CME e BM&FBOVESPA, em conjunto, identificar oportunidades de operações estratégicas de investimento e de parcerias comerciais com outras bolsas do mundo, nos segmentos de ações e de derivativos.

ANEXO IV

REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES ITEM 13 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

13.1 Política de remuneração do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e não Estatutária, do Conselho Fiscal, dos Comitês Estatutários e dos Comitês de Auditoria, de Risco, Financeiro e de Remuneração, abordando os seguintes aspectos:

a. Objetivos da política ou prática de remuneração

Dado que a Companhia é resultado da integração de BM&F e BOVESPA, ocorrida em maio de 2008, e durante o referido exercício social ocorreram mudanças significativas da estrutura organizacional e a definição de novas políticas e práticas, optamos, em prol do melhor entendimento das informações ora divulgadas, e conforme facultado pela Instrução CVM 480, de 7 de dezembro de 2009, por prestar exclusivamente as informações relativas ao exercício de 2009 e 2010, além da previsão para o exercício social de 2011, onde for aplicável.

Nossa política de remuneração visa a estimular o alinhamento dos objetivos da Companhia, a produtividade e a eficiência dos administradores e funcionários, bem como a manter a competitividade no mercado em que atuamos.

b. Composição da remuneração

(i) Descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um

Conselho de Administração: No caso do Conselho de Administração, a remuneração é composta por uma remuneração fixa mensal e, para o Presidente do Conselho de Administração, há uma remuneração fixa adicional semestral, equivalente ao dobro da remuneração recebida no semestre. O componente fixo tem por objetivo compensar adequadamente os conselheiros pela sua participação nas reuniões, sendo a remuneração adicional do Presidente do Conselho de Administração paga em contrapartida ao maior número de funções exigidas de sua parte.

No caso de participação de um Diretor não estatutário, ou qualquer outro funcionário no Conselho de Administração, o profissional em questão não fará jus a nenhuma remuneração adicional, sendo certo que, de acordo com o artigo 22, §1º, do nosso Estatuto Social, nenhum conselheiro poderá ser eleito para compor a Diretoria Estatutária.

Diretoria Estatutária e Não Estatutária: Quanto à política de remuneração da Diretoria, a remuneração total é composta de:

- Salário base mensal, composto de treze pagamentos mensais ao ano, tendo por objetivo a compensação direta pelos serviços prestados, em linha com as práticas do mercado;
- Pacote de benefícios, que inclui assistência médica e odontológica, seguro de vida, ticket refeição, previdência privada, benefício de uso de veículo, *check up*, estacionamento e uso de telefone celular, tendo por objetivo o oferecimento de um pacote atrativo e que seja minimamente compatível com os padrões do mercado

para o desempenho de funções semelhantes;

- Remuneração variável semestral constituída e paga por meio do nosso Programa de Participação nos Lucros e Resultados (PLR), nos termos da Lei n.º 10.101, de 19 de dezembro de 2000. Nosso Programa de Participação nos Lucros e Resultados (PLR) define potenciais de múltiplos de salário mensal atribuídos em função de indicadores de resultados globais da Companhia, nível de cargo e avaliação de desempenho individual, tendo por objetivo alinhar os administradores com os resultados de curto e médio prazo da Companhia; e
- Remuneração de longo prazo, estruturada por meio de outorgas de opções de compra de ações, no âmbito do Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia -*stock option* (“Plano de Opção”), a qual é atribuída em função de indicadores de resultados globais da Companhia, nível de cargo e avaliação de desempenho individual, tendo por objetivo o alinhamento de interesses dos administradores com a Companhia no horizonte do longo prazo, bem como a retenção do pessoal-chave da Companhia.

Comitês: Os membros dos comitês de assessoramento ao Conselho de Administração fazem jus a uma remuneração fixa mensal. No caso dos membros do Conselho de Administração que participam de comitês da Companhia, tais participantes fazem jus a uma remuneração fixa mensal adicional. Nesta situação há um limite de participação em no máximo três comitês. Atualmente temos o Comitê de Auditoria, o Comitê de Governança e Indicação, o Comitê de Remuneração e o Comitê de Risco, como assessores do Conselho de Administração. No caso de Comitês de assessoramento à Diretoria, dispomos da seguinte relação: Comitê do Agronegócio, Comitê de Mercado, Comitê Técnico de Risco de Mercado, Comitê do Clube de Atletismo e Comitê de Normas. No que tange à remuneração, somente os membros do Comitê de Normas recebem uma remuneração fixa mensal. No caso de participação de um Diretor, estatutário ou não estatutário, ou qualquer outro funcionário em algum Comitê, o profissional em questão não fará jus a nenhuma remuneração adicional. Nos casos em que é paga a referida remuneração fixa, a mesma tem por objetivo a adequada compensação pela participação nas reuniões.

Conselho Fiscal: A Companhia não possui Conselho Fiscal instalado. A política de remuneração dos membros do Conselho Fiscal da Companhia, se e quando instalado, será estabelecida em conformidade com a legislação aplicável. Na visão da Companhia, a ausência de Conselho Fiscal instalado é adequadamente suprida pela existência do Comitê de Auditoria da forma como foi concebido e cujas atribuições, elencadas no art. 47 do Estatuto Social da Companhia, se superpõem às competências do Conselho Fiscal previstas na Lei das S.A. O Comitê de Auditoria da Companhia é formado por 5 membros, todos independentes, sendo 4 membros externos e 1 Conselheiro Independente, com mandato de dois anos. Os membros do Comitê de Auditoria são indicados pelo Comitê de Governança e Indicação e eleitos pelo Conselho de Administração. Os membros externos devem possuir conhecimentos em auditoria, compliance/controles, contabilidade, tributação e afins e/ou experiência em tais atividades, e devem atender aos requisitos de independência previstos no artigo 46 do Estatuto Social da Companhia, de forma a se assegurar que exercerão suas atribuições de forma isenta, em prol dos interesses da Companhia e de seus acionistas.

(ii) Proporção de cada elemento na remuneração total

As proporções médias de cada elemento da remuneração no ano de 2010 encontram-se na tabela abaixo, considerando nossa política de remuneração em vigor.

2010	Salário e Pró-labore	Participação em Comitês	Benefícios	Remuneração Variável de Curto Prazo (PLR)	Remuneração Variável de Longo Prazo (Stock Option)	Total
Conselho de Administração	88,62%	11,38%	0%	0%	0%	100%
Diretoria Estatutária e Não Estatutária	38,73%	0%	6,26%	55,00%	(*)	100%
Comitês	100%	%	%	%	%	100%

* Em reunião realizada em 23 de fevereiro de 2010, o Conselho de Administração deliberou que as concessões no âmbito do Plano de Opções do exercício social corrente sempre ocorrerão no início do exercício social do ano seguinte. Desta forma a concessão de opções, realizada dentro do âmbito do Plano de Opções, referente ao exercício 2010, ocorreu em janeiro de 2011 e, por consequência seus efeitos estão demonstrados no exercício de 2011.

Os referidos percentuais poderão variar a cada ano, tendo em vista especialmente a composição fortemente baseada em elementos variáveis. No entanto, espera-se que, para o ano de 2011, as proporções acima sejam substancialmente diferentes daquelas verificadas no ano de 2010.

Em 2010, com relação à remuneração de Longo Prazo (*Stock Option*), esclarecemos que, conforme deliberação do Conselho de Administração, a concessão de opções referente ao exercício social de 2010 ocorreu somente em janeiro de 2011, com efeitos sobre o exercício social de 2011.

(iii) Metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

A remuneração do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária é reavaliada anualmente e submetida à aprovação da assembleia geral dos acionistas da Companhia. A remuneração dos Comitês de Auditoria, Governança e Indicação, Risco e Remuneração é reavaliada anualmente e submetida à aprovação do Conselho de Administração. No caso da Diretoria Estatutária e Não Estatutária, a remuneração fixa mensal é corrigida em função de dissídio coletivo definido em Acordo Coletivo com o Sindicato e, eventualmente, pode ocorrer um aumento dentro da política salarial definida pela Companhia por mérito individual. No que tange às políticas de remuneração variável de curto prazo (PLR) e longo prazo (Programa de *Stock Option*), as regras e definições são propostas pelo Comitê de Remuneração e aprovadas pelo Conselho de Administração, no âmbito das diretrizes do Plano de Opção, aprovado em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 08 de maio de 2008.

De maneira geral, para garantir alinhamento com as melhores práticas de mercado, realizamos periodicamente pesquisas salariais a fim de manter nossa estratégia de remuneração, fixa e de longo prazo, alinhada e competitiva. Estas pesquisas levam em consideração uma amostra de empresas do mercado financeiro e de serviços, de porte semelhante ao da Companhia. A partir dos resultados das pesquisas, é realizado o procedimento de *job matching* com relação aos correspondentes cargos e funções existentes na Companhia, para eventuais ajustes dos montantes gerais pagos aos diferentes cargos e níveis de forma comparativa. Os resultados ajustados são submetidos para aprovação da proposta pelo Comitê de Remuneração e subseqüente ratificação pelo Conselho de Administração, na forma descrita acima.

No que se refere aos benefícios, realizamos uma constante revisão das práticas de mercado e, eventualmente, efetuamos ajustes para alinhar a competitividade.

(iv) Razões que justificam a composição da remuneração

Nossa estratégia de remuneração visa a compor elementos de curto, médio e longo prazo que garantam alinhamento com os objetivos da Companhia, manutenção de uma remuneração competitiva frente ao mercado, atratividade para reter nossos executivos e remunerar os profissionais conforme as responsabilidades atribuídas a seus respectivos cargos. Dessa forma, nossa estratégia de remuneração visa a posicionar a remuneração fixa dos executivos da Companhia na mediana de mercado e o diferencial se dá por meio da remuneração variável de curto e longo prazo, as quais estão atreladas ao desempenho global da Companhia e ao desempenho individual.

No caso específico de 2010, conforme deliberação do Conselho de Administração tomada na reunião realizada em 23 de fevereiro de 2010, houve uma alteração na data de concessão, de forma que a concessão de opções referente ao exercício social de 2010 ocorreu somente em janeiro de 2011, e terão reflexo no exercício social de 2011.

c. Principais indicadores de desempenho levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

No que se refere à remuneração variável de curto e longo prazo, respectivamente PLR e *stock option*, os indicadores de desempenho que são levados em consideração para determinação da remuneração são: as avaliações de desempenho individuais, as quais consideram fatores próprios de cada função (nível de cargo), e os indicadores de desempenho global da Companhia. Tais indicadores são levados em conta tanto na determinação do valor global de PLR a ser distribuído, quanto na definição da elegibilidade e volume das outorgas de *stock options* a serem realizadas.

Em 2009, o indicador de desempenho global da Companhia foi a Margem EBITDA. A partir de 2010, o indicador de meta global estabelecido pelo Conselho passou a ser o Lucro Líquido Ajustado, conforme divulgado trimestralmente. O valor total da remuneração variável de curto prazo que será paga aos administradores e funcionários da Companhia durante cada exercício será calculado, portanto, com base no Lucro Líquido Ajustado da Companhia efetivamente apurado e deverá representar 3,5% deste resultado.

Em 2010, o resultado apurado pela Companhia ficou dentro da faixa esperada, que era de 70% a 130% da meta estabelecida para o exercício fiscal correspondente. Desta forma, o valor total da remuneração variável de curto prazo que foi paga aos administradores e funcionários da Companhia durante o exercício de 2010 foi calculada com base no Lucro Líquido Ajustado da Companhia e representou 3,5% deste resultado.

A partir de 2011, inclusive, o valor total da remuneração variável de curto prazo que será paga aos administradores e funcionários da Companhia será calculado com base no Lucro Líquido Ajustado da Companhia efetivamente apurado, considerado o limite de despesa prevista no orçamento do exercício, e deverá representar 3,5% deste resultado, caso o mesmo se situe na faixa de 90% a 150% da meta. Caso o Lucro Líquido Ajustado seja inferior a 90% da meta estabelecida pelo Conselho de Administração, o valor total da remuneração variável de curto prazo deverá ser reduzido para o montante correspondente a 2% do resultado de Lucro Líquido Ajustado. Caso o

Lucro Líquido Ajustado seja superior a 150% da meta estabelecida pelo Conselho de Administração, o valor total da remuneração variável de curto prazo corresponderá à soma dos seguintes valores: (i) montante correspondente à aplicação do percentual de 3,5% sobre 150% da meta, e (ii) o montante correspondente à aplicação do percentual de 2% sobre o montante do Lucro Líquido Ajustado que exceder 150% da meta. Caso ocorra superação das despesas orçadas para o exercício, será aplicado um redutor no percentual do Lucro Líquido Ajustado acima citado, na exata proporção do acréscimo de despesa realizada versus a despesa orçada. Desse valor, uma parte será destinada à Diretoria Estatutária e Não Estatutária e sua distribuição deverá seguir a regra de múltiplos salariais e diferenciação baseada na performance individual.

No caso da remuneração de longo prazo (*stock option*), além dos critérios mencionados mais acima com relação à determinação das outorgas de opções, vale notar que o eventual benefício auferido pelo executivo será obtido apenas na medida em que as ações de emissão da Companhia se valorizem, permitindo ao Beneficiário que, após o prazo para exercício das opções e/ou de restrição à transferência das ações, as ações possam ser vendidas por preço maior do que aquele que foi pago pelo executivo no ato do exercício das opções. Sendo assim, o potencial de ganho do beneficiário de *stock options* depende da valorização no mercado das ações de emissão da Companhia.

No que se refere à remuneração fixa e aos benefícios, não são levados em conta indicadores de desempenho para sua determinação. Tais elementos de remuneração estão atrelados ao nível de responsabilidade da função exercida, e no caso específico da remuneração fixa adicionalmente também é considerada a qualificação do profissional para o exercício da função.

d. Estrutura da remuneração para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

De acordo com nossa política de remuneração variável de curto e longo prazo, os valores globais (*pool*) de PLR e *Stock Option* são afetados pelo alcance da meta global da Companhia (Lucro Líquido Ajustado), ou seja, o tamanho do *pool* é determinado com base no resultado final da Companhia no que se refere ao alcance da meta global estabelecida para o exercício.

Adicionalmente, nossa política prevê níveis diferenciados de remuneração em função do desempenho individual frente à performance de cada um dos diretores estatutários, diretores não estatutários e funcionários, considerando os respectivos cargos, funções e responsabilidades.

e. Alinhamento da política de remuneração aos interesses da Companhia de curto, médio e longo prazo

A Companhia visa manter sua remuneração com competitividade frente ao mercado, a fim de reter e atrair talentos que permitam atingir seus objetivos estratégicos de curto, médio e longo prazo. Dado o modelo de negócios da Companhia, cujo objetivo de fomento, desenvolvimento e expansão de mercado já está naturalmente atrelado a ciclos mais longos e sustentáveis, o desafio de retenção de profissionais é crucial e, nesse sentido, nossa estratégia de remuneração deve refletir mecanismos que estimulem a permanência dos profissionais no médio e longo prazos.

De acordo com essa estratégia de remuneração, há um equilíbrio entre a remuneração fixa representada pelo salário-base, a remuneração de curto prazo (PLR) e a remuneração de médio e longo prazos (por meio do Plano de Opção). Dessa forma, o funcionário tem um incentivo para atingir e superar as metas semestrais e anuais que estão vinculadas ao Programa de PLR, assim como buscar a implementação de ações de médio e longo prazos que gerem valor agregado para a

Companhia e que serão refletidas na valorização de suas ações no mercado, estando, portanto, associadas às opções outorgadas no âmbito do Plano de Opção.

f. Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não há remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos da Companhia.

g. Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia

Não existem quaisquer remunerações ou benefícios vinculados à ocorrência de qualquer evento societário envolvendo a Companhia, tais como alienação do controle societário, e/ou à efetivação de parcerias estratégicas.

No caso do Plano de Opção, existe uma previsão de que, na hipótese de dissolução, transformação, incorporação, fusão, cisão ou reorganização da Companhia após a qual a Companhia não seja a sociedade remanescente ou, em sendo a sociedade remanescente, deixe de ter suas ações admitidas à negociação em bolsa de valores, as opções concedidas pela Companhia, a critério do Conselho de Administração, poderão ser transferidas para a companhia sucessora ou terão seus prazos de carência antecipados, para que possam ser exercidas pelos respectivos beneficiários por determinado prazo. Após o referido prazo, o Plano de Opção terminará e as opções não exercidas caducarão sem direito à indenização.

13.2 Remuneração reconhecida no resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009 e em 31 de dezembro de 2010 e remuneração prevista para o exercício social corrente do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal da Companhia:

As tabelas e notas abaixo apresentam a remuneração anual atribuída ao Conselho de Administração, à Diretoria Estatutária e ao Comitê de Auditoria (observando-se que a Companhia não possui Conselho Fiscal instalado, mas que suas funções são exercidas pelo Comitê de Auditoria previsto em Estatuto Social e de funcionamento permanente) da Companhia (i) reconhecida no resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010 e 31 de dezembro de 2009, considerando a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, conforme indicado no quadro abaixo⁷; e (ii) prevista para o exercício social corrente.

⁷ Somatório do número de membros de cada órgão em cada um dos meses do ano de 2010, dividido por 12 (meses). Esse cálculo é feito por órgão da administração da Companhia, conforme Ofício-Circular CVM/SEP/N.º 05/2010,

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2010

<u>Mês</u>	<u>Conselho de Administração</u>	<u>Diretoria</u>
Jan	11	6
Fev	11	6
Mar	11	6
Abr	11	6
Mai	11	6
Jun	11	6
Jul	11	6
Ago	11	6
Set	11	6
Out	11	6
Nov	11	6
Dez	11	6
(*)	11	6
Total	132	72
Média	11	6,00

(*)Ao final de dezembro de 2010 tivemos a renúncia do conselheiro Fabio de Oliveira Barbosa e o mesmo recebeu os honorários integrais referente ao mês de dezembro.

Ressaltamos que em relação à remuneração de longo prazo (outorgas de *stock options* conforme o Plano de Opções) conforme deliberação do Conselho de Administração, a concessão de opções referente ao exercício social de 2010 ocorreu somente em janeiro de 2011, com efeitos sobre o exercício social de 2011. (vide nota em item 13.1 b (ii)).

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2010

	<u>Conselho de Administração</u>	<u>Diretoria</u>	<u>Conselho Fiscal*</u>	<u>Total</u>
Número de membros	11	6	n/a	17
Remuneração fixa anual (em R\$)	3.835.734,86	5.288.126,90	n/a	9.123.861,76
Salário ou pró-labore	3.399.044,36	4.611.216,86	n/a	8.010.261,22
Benefícios diretos e indiretos	n/a	676.910,04	n/a	676.910,04
Remuneração por participação em Comitês	436.690,50	n/a	n/a	436.690,50
Outros	n/a	n/a	n/a	n/a
Remuneração Variável (em R\$)	n/a	9.592.419,87	n/a	9.592.419,87
Bônus	n/a	n/a	n/a	n/a
Participação nos resultados	n/a	8.416.729,19	n/a	8.416.729,19
Remuneração por participação em reuniões	n/a	n/a	n/a	n/a

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2010

	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal*	Total
Comissões	n/a	n/a	n/a	n/a
Outros (1)	n/a	1.175.690,68	n/a	1.175.690,68
Benefícios pós-emprego	n/a	n/a	n/a	n/a
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	n/a	n/a	n/a	n/a
Remuneração baseada em ações	n/a	0,00	n/a	0,00
Valor da remuneração	3.835.734,86	14.880.546,77	n/a	18.716.281,63

(1) Verbas rescisórias e gratificações adicionais de contratações realizadas.

* Conforme descrito no item 13.1 do Formulário de Referência, a Companhia não possui um Conselho Fiscal instalado, mas suas responsabilidades são adequadamente supridas pela existência do Comitê de Auditoria da forma como foi concebido e cujas atribuições, elencadas no art. 47 do Estatuto Social da Companhia, superpõem-se às competências do Conselho Fiscal previstas na Lei das S.A.. O Comitê de Auditoria da Companhia é formado por 5 membros, todos independentes, sendo 4 membros externos e 1 Conselheiro Independente, todos eles com mandato de dois anos. Ressaltamos que a remuneração paga aos membros externos em 2009 totalizou R\$733.668,40 e em 2010 totalizou R\$814.941,08, valores estes que não estão inclusos nas tabelas acima.

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2009

<u>Mês</u>	<u>Conselho de Administração</u>	<u>Diretoria</u>
Jan	11	8
Fev	11	6
Mar	11	6
Abr	10	6
Mai	11	5
Jun	11	5
Jul	11	6
Ago	11	6
Set	11	6
Out	11	6
Nov	11	6
Dez	11	6
Total	131	72
Média	10,92	6,00

A tabela abaixo apresenta as informações sobre a remuneração do Conselho e Diretoria Estatutária e do Comitê de Auditoria da Companhia realizada no exercício de 2009. Considera-se no caso da remuneração baseada em ações a outorga realizada em 01/03/2009 de um total de 2.490.000 opções, ou 0,12% do total de ações emitidas à época, ao preço justo de R\$2,93 (conforme item 13.6).

Ressaltamos que o cálculo do preço justo, conforme previsão de regras contábeis, deve considerar as condições de previsão do mercado no período da outorga, conforme mencionados nos itens 13.6 e 13.9, exceto a tabela específica do Programa 2010.

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2009				
	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal*	Total
Número de membros	10,92	6,00	n/a	17
Remuneração fixa anual (em R\$)	3.702.348,37	4.855.869,38	n/a	8.558.217,75
Salário ou pró-labore	3.362.935,80	4.249.518,66	n/a	7.612.454,46
Benefícios diretos e indiretos	n/a	606.350,72	n/a	606.350,72
Remuneração por participação em Comitês	339.412,57	n/a	n/a	339.412,57
Outros	n/a	n/a	n/a	0
Remuneração Variável (em R\$)	n/a	5.674.487,40	n/a	5.674.487,40
Bônus	n/a	n/a	n/a	n/a
Participação nos resultados	n/a	5.674.487,40	n/a	5.674.487,40
Remuneração por participação em reuniões	n/a	n/a		0
Comissões	n/a	n/a	n/a	0
Outros	n/a	n/a	n/a	0
Benefícios pós-emprego	n/a	n/a	n/a	0
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	n/a	n/a	n/a	0
Remuneração baseada em ações	n/a	7.295.700,00	n/a	7.295.700,00
Valor da remuneração	3.702.348,37	17.826.056,78	n/a	21.528.405,15

A tabela e nota abaixo apresentam informações sobre a remuneração do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Comitê de Auditoria da Companhia prevista para o exercício social de 2011, a qual está sujeita à aprovação da Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 18 de abril de 2011. Tendo em vista que a remuneração variável de curto prazo da Diretoria Estatutária (PLR) está vinculada ao alcance da meta global da Companhia estabelecida para o ano, as previsões constantes da tabela abaixo assumem um cenário de resultado provável e podem mudar em função da variação do Lucro Líquido Ajustado e da despesa da Companhia (base de determinação do *pool* do PLR). A título de exemplo, conforme regra descrita no item 13.1 “c” do Formulário de Referência, caso o resultado ao final do exercício atinja um patamar de 10% acima do Lucro Líquido Ajustado esperado, considerado o limite de despesa prevista no orçamento do exercício, o valor de remuneração variável de curto prazo (PLR) será acrescido de R\$953.484,67, que é equivalente a um acréscimo de 10% no valor total estimado, observada a regra descrita no item 13.1 “c”.

Ainda com relação à remuneração de longo prazo (outorgas de *stock options* conforme o Plano de Opção), esclarecemos que, conforme deliberação do Conselho de Administração, a concessão de opções referente ao exercício social de 2010 ocorreu somente em janeiro de 2011, com efeitos sobre o exercício social de 2011 (vide nota em item 13.1 b (ii)). A quantidade de opções outorgadas no âmbito do plano de Opções com efeito no exercício de 2011 para os Diretores Estatutários,

conforme aprovado pelo Conselho de Administração, abrangeu um total de 3.420.000 ações, que representam 0,17% do total de ações emitidas pela Companhia. O preço de exercício das opções foi fixado, de acordo com as regras do Plano de Opção, com base na cotação da ação dos 20 últimos pregões de 2010.

Vale ressaltar que o cálculo do preço justo da outorga de 2011 (“Programa 2010”) considera as variáveis de mercado à época da concessão e estão refletidas em um valor final de preço justo (R\$4,50) substancialmente maior se comparado ao preço justo de 2009. O modelo de precificação não foi alterado e a variação decorre principalmente das variações na condição de mercado que ocorreram neste período, conforme mencionado nos itens 13.6 e 13.9.

Exercício Social Corrente “Previsto para 2011”				
	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal*	Total
Número de membros	11	6	n/a	17
Remuneração fixa anual (em R\$)	4.282.122,50	5.528.760,20	n/a	9.810.882,70
Salário ou pró-labore	3.738.948,84	4.787.305,79	n/a	8.526.254,63
Benefícios diretos e indiretos	n/a	741.454,41	n/a	741.454,41
Remuneração por participação em Comitês	543.173,66	n/a	n/a	543.173,66
Outros	n/a	n/a	n/a	0
Remuneração Variável (em R\$)	n/a	9.534.846,72	n/a	9.534.846,72
Bônus	n/a	n/a	n/a	0
Participação nos resultados	n/a	9.534.846,72	n/a	9.534.846,72
Remuneração por participação em reuniões	n/a	n/a	n/a	0
Comissões	n/a	n/a	n/a	0
Outros	n/a	n/a	n/a	0
Benefícios pós-emprego	n/a	n/a	n/a	0
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	n/a	n/a	n/a	0
Remuneração baseada em ações	n/a	15.390.000,00	n/a	15.390.000,00
Valor da remuneração	4.282.122,50	30.453.606,92	n/a	34.735.729,42

* Conforme descrito no item 13.1 do Formulário de Referência, a Companhia não possui um Conselho Fiscal instalado, mas suas responsabilidades são adequadamente supridas pela existência do Comitê de Auditoria da forma como foi concebido e cujas atribuições, elencadas no art. 47 do Estatuto Social da Companhia, superpõem-se às competências do Conselho Fiscal previstas na Lei das S.A.. O Comitê de Auditoria da Companhia é formado por 5 membros, todos independentes, sendo 4 membros externos e 1 Conselheiro Independente, todos eles com mandato de dois anos. Ressaltamos que a remuneração estimada para o exercício social de 2011, referente aos membros externos, totaliza R\$992.924,53.

13.3 Remuneração variável referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009 e 31 de dezembro de 2010 e remuneração variável prevista para o exercício social corrente:

Nossa política de remuneração variável para os membros da Diretoria baseia-se no conceito de múltiplos salariais, que variam de acordo com o nível de senioridade de cada cargo. Dentro de cada nível de cargos ocorre, ainda, uma diferenciação baseada em performance individual.

As tabelas abaixo apresentam informações sobre a remuneração variável da Diretoria Estatutária da Companhia (i) reconhecida no resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010 e do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, considerando o número de membros de cada órgão aos quais foi efetivamente atribuída remuneração variável; e (ii) prevista para o exercício social corrente.

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2010				
	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Número de membros	n/a	6	n/a	6
Bônus (em R\$)			n/a	
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	n/a	n/a	n/a	n/a
Valor máximo previsto no plano de remuneração	n/a	n/a	n/a	n/a
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	n/a	n/a	n/a	n/a
Valor efetivamente reconhecido no resultado	n/a	n/a	n/a	n/a
Participação no resultado (em R\$)				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	n/a	8.308.036,10	n/a	8.308.036,10
Valor máximo previsto no plano de remuneração	n/a	10.154.266,35	n/a	10.154.266,35
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	n/a	9.231.151,23	n/a	9.231.151,23
Valor efetivamente reconhecido no resultado	n/a	8.416.729,19	n/a	8.416.729,19

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2009				
	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Número de membros	n/a	6	n/a	6
Bônus (em R\$)			n/a	
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	n/a	n/a	n/a	n/a
Valor máximo previsto no plano de remuneração	n/a	n/a	n/a	n/a

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2009				
	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	n/a	n/a	n/a	n/a
Valor efetivamente reconhecido no resultado	n/a	n/a	n/a	n/a
Participação no resultado (em R\$)				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	n/a	4.353.266,96	n/a	4.353.266,96
Valor máximo previsto no plano de remuneração	n/a	6.097.751,36	n/a	6.097.751,36
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	n/a	5.890.667,01	n/a	5.890.667,01
Valor efetivamente reconhecido no resultado	n/a	5.674.487,40	n/a	5.674.487,40

A tabela abaixo apresenta informações sobre a remuneração variável prevista para o exercício social de 2011. Tendo em vista que a remuneração variável de curto prazo da Diretoria (PLR) está vinculada ao alcance da meta global da Companhia estabelecida para o ano, as previsões constantes da tabela abaixo assumem um cenário de resultado provável e podem mudar em função da variação do Lucro Líquido Ajustado e da despesa orçada da Companhia (base de determinação do *pool* do PLR). Conforme regra descrita no item 13.1 “c”, o valor total da remuneração variável de curto prazo que será paga aos administradores e funcionários da Companhia durante o exercício social de 2011 será calculado com base no Lucro Líquido Ajustado da Companhia efetivamente apurado, considerado o limite de despesa prevista no orçamento do exercício, e deverá representar 3,5% deste resultado, caso o mesmo se situe na faixa de 90% a 150% da meta.

Caso o Lucro Líquido Ajustado seja inferior a 90% da meta estabelecida pelo Conselho de Administração, o valor total da remuneração variável de curto prazo deverá ser reduzido para o montante correspondente a 2% do resultado de Lucro Líquido Ajustado.

Caso o Lucro Líquido Ajustado seja superior a 150% da meta estabelecida pelo Conselho de Administração, o valor total da remuneração variável de curto prazo corresponderá à soma dos seguintes valores: (i) montante correspondente à aplicação do percentual de 3,5% sobre 150% da meta, e (ii) o montante correspondente à aplicação do percentual de 2% sobre o montante do Lucro Líquido Ajustado que exceder 150% da meta. Desse valor, uma parte será destinada à Diretoria Estatutária e sua distribuição deverá seguir a regra de múltiplos salariais e diferenciação baseada na performance individual. Caso ocorra superação das despesas orçadas para o exercício, será aplicado um redutor no percentual do Lucro Líquido Ajustado acima citado, na exata proporção do acréscimo de despesa realizada versus a despesa orçada.

Com relação à previsão dos valores mínimo e máximo, ressaltamos que a distribuição de PLR, conforme as regras descritas acima, é diretamente afetada pelo Lucro Líquido Ajustado, considerado o limite de despesa prevista no orçamento do exercício, de forma que: (i) caso não haja lucro líquido, o valor pago a título de PLR será zero; (ii) não há valor máximo

previsto como um teto, devendo ser observadas as regras de distribuição descritas acima. Para fins da estimativa dos valores mínimo e máximo previstos na tabela abaixo, foi considerada obtenção do Lucro Líquido Ajustado em 10% abaixo e 10% acima, respectivamente, da meta estabelecida internamente para fins do programa de PLR.

Exercício Social Corrente – “Previsto para 2011”				
	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Número de membros	n/a	6	n/a	6
Bônus (em R\$)				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	n/a	n/a	n/a	n/a
Valor máximo previsto no plano de remuneração	n/a	n/a	n/a	n/a
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	n/a	n/a	n/a	n/a
Valor efetivamente reconhecido no resultado	n/a	n/a	n/a	n/a
Participação no resultado (em R\$)				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	n/a	8.668.042,47	n/a	8.668.042,47
Valor máximo previsto no plano de remuneração	n/a	10.488.331,39	n/a	10.488.331,39
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	n/a	9.534.846,72	n/a	9.534.846,72
Valor efetivamente reconhecido no resultado	n/a	n/a	n/a	n/a

13.4 Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente:

a. Termos e condições gerais

A Companhia conta com um Plano de Opção de Compra de Ações (o “Plano de Opção”), aprovado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 8 de maio de 2008, pelo qual são elegíveis a receber opções de compra de ações ordinárias de emissão da Companhia os diretores e gerentes da Companhia e de suas controladas e, em casos especiais, seus empregados que sejam indicados pelo Diretor Presidente (os “Beneficiários”).

O Plano de Opção delega amplos poderes ao Conselho de Administração para aprovar as outorgas de opções e administrá-las, por meio de Programas de Opção de Compra de Ações (“Programas”), os quais devem definir, entre outras condições específicas: (i) os respectivos Beneficiários; (ii) o número total de ações da Companhia objeto de outorga; (iii) a divisão da outorga em lotes, se for o caso; (iv) o preço de exercício; (v) o prazo de carência e o prazo para o exercício da opção; (vi) eventuais restrições à transferência das ações recebidas pelo exercício da opção; e (vii) eventuais disposições sobre penalidades. Os poderes do Conselho de Administração podem ser delegados ao Comitê de Remuneração. Atualmente o Conselho de Administração conta com a assessoria do Comitê de Remuneração para a definição das condições das outorgas, nos termos da competência estatutária do Comitê de Remuneração.

Ainda, o Plano de Opção prevê que cada Programa pode estabelecer, a critério do Conselho de Administração (que conta com a assessoria do Comitê de Remuneração para a formulação das correspondentes propostas) e, ouvido o Diretor Presidente, um percentual de acréscimo ao número base de opções outorgadas a cada Beneficiário, com base no alcance de metas globais e/ou individuais de desempenho, respeitado o total de opções destinadas à outorga no respectivo Programa.

Quando do lançamento de cada Programa, o Conselho de Administração deve fixar os termos e as condições das opções outorgadas a cada Beneficiário em Contrato de Outorga de Opção de Compra de Ações (“Contrato de *Stock Option*” ou simplesmente “Contrato”) a ser celebrado entre a Companhia e cada Beneficiário. O Contrato de *Stock Option* deve definir, pelo menos, as seguintes condições:

- a) o número de ações que o Beneficiário terá direito de adquirir ou subscrever com o exercício da opção e o preço por ação, de acordo com o Programa correspondente;
- b) o percentual de acréscimo do número base de opções outorgadas ao Beneficiário e os critérios para sua determinação, bem como o período de avaliação gerencial para determinação do mesmo;
- c) o prazo inicial de carência durante o qual a opção não poderá ser exercida e as datas limite para o exercício total ou parcial da opção e em que os direitos decorrentes da opção expirarão;
- d) eventuais normas sobre quaisquer restrições à transferência das ações recebidas pelo exercício da opção e disposições sobre penalidades para o descumprimento destas restrições; e
- e) quaisquer outros termos e condições que não estejam em desacordo com o Plano de Opção ou o respectivo Programa.

As ações decorrentes do exercício da opção terão os direitos estabelecidos no Plano de Opção, nos respectivos Programas e no Contrato de *Stock Option*, sendo certo que lhes será sempre assegurado o direito de perceber os dividendos que vierem a ser distribuídos a partir da subscrição ou aquisição, conforme o caso.

Os Programas e os Contratos de *Stock Option* da Companhia estão sujeitos, ainda, às seguintes condições gerais:

- a) nenhuma ação será entregue ao Beneficiário em decorrência do exercício da opção a não ser que todas as exigências legais e regulamentares tenham sido integralmente cumpridas;
- b) nenhuma disposição do Plano de Opção, de qualquer Programa ou Contrato conferirá a qualquer Beneficiário direitos com respeito à permanência como administrador ou empregado da Companhia e não interferirá, de qualquer modo, com os direitos da Companhia de interromper, a qualquer tempo, o mandato do administrador ou o contrato de trabalho do empregado;

- c) as opções de compra de ações outorgadas nos termos do Plano de Opção, bem como o seu exercício pelos Beneficiários, não têm qualquer relação nem estão vinculados à sua remuneração fixa ou eventual participação nos lucros;
- d) o Beneficiário não terá nenhum dos direitos e privilégios de acionista da Companhia, exceto aqueles a que se refere ao Plano de Opção, com respeito às opções objeto do Contrato de *Stock Option*; e
- e) o Beneficiário somente terá os direitos e privilégios inerentes à condição de acionista a partir do momento da subscrição ou aquisição efetiva das ações decorrentes do exercício das opções.

Atualmente, existem 3 Programas para outorga de opções, que foram aprovados pelo Conselho de Administração respectivamente, “Programa de Opções BVMF 2008”, “Programa de Opções BVMF 2009” e “Programa de Opções BVMF 2010”. As condições dos Programas aprovados são substancialmente similares e encontram-se descritas em maior detalhe nos subitens abaixo.

Adicionalmente ao Plano de Opção da Companhia, em virtude da incorporação da BM&F S.A., a Companhia incorporou o Plano de Opção de Compra de Ações de emissão da BM&F S.A. (“Plano de Opção BM&F”), aprovado na Assembleia Geral de Acionistas da BM&F S.A. realizada em 20 de setembro de 2007. Isso implicou a assunção de 19.226.388 opções pela Companhia e representativas de igual número de ações de emissão da Companhia. Deste total, ainda restam 5.461.546 opções em aberto em 31 de dezembro de 2010. Estas ações não se incluem no limite previsto no atual Plano de Opção da Companhia.

Salientamos que no caso da BOVESPA Holding S.A. não houve assunção de nenhuma parte do Plano de Opções de Compra de Ações, dado que todas as ações foram vestidas e exercidas à época da incorporação.

Por fim, vale notar que, conforme deliberação do Conselho de Administração em 23 de fevereiro de 2010, a concessão de opções referente ao exercício social de 2010 ocorreu somente em janeiro de 2011, com efeitos sobre o exercício social de 2011 (vide nota em item 13.1 b (ii)).

b. Principais objetivos do plano

O objetivo do Plano de Opção da Companhia, instituído nos termos do artigo 168, § 3º, da Lei das S.A. (Lei nº 6.404/76), é conceder aos administradores, empregados e prestadores de serviços da Companhia e de suas sociedades controladas diretas ou indiretas, a oportunidade de se tornarem acionistas da Companhia. Dessa forma, pretende-se obter um maior alinhamento dos interesses de tais administradores, empregados e prestadores de serviços com os interesses dos acionistas da Companhia, bem como compartilhar os riscos do mercado de capitais e possibilitar à Companhia e às suas controladas atrair e manter vinculados a elas administradores, empregados e prestadores de serviços.

c. Forma como o plano contribui para esses objetivos;

O objetivo de promover um maior alinhamento de interesses é obtido pelo oferecimento da oportunidade aos administradores e empregados para que se tornem acionistas da Companhia. Nesse sentido, é importante notar que as outorgas são formatadas de maneira tal que os Beneficiários apenas possam auferir um possível ganho num horizonte de médio e longo prazo, na medida em que as ações de emissão da Companhia se valorizem. Assim, busca-se permitir que os

administradores e empregados contemplados comprometam-se com os objetivos de longo prazo da Companhia e com a geração de valor no médio e longo prazo.

Ademais, a necessidade de que o Beneficiário permaneça vinculado à Companhia para que possa no futuro exercer suas opções visa obter a retenção de talentos no quadro de pessoal-chave da Companhia. Em suma, a possibilidade de ganhos futuros condicionados à permanência do Beneficiário deverá contribuir para a manutenção da posição do participante na Companhia no longo prazo.

d. Como o plano se insere na política de remuneração da Companhia

O Plano de Opção contribui de forma considerável na composição do total da remuneração dos administradores da Companhia e, nesse sentido, insere-se nos objetivos da política de remuneração de atrelar fortemente o desempenho individual aos objetivos da Companhia, uma vez que os administradores têm um incentivo adicional para implementar ações de médio e longo prazo que gerem valor agregado para a Companhia. O incentivo se promove pela possibilidade de ganhos decorrentes da valorização das ações de emissão da Companhia no mercado. Adicionalmente, as outorgas de opções, ao oferecerem a possibilidade de realização de ganho apenas mediante o comprometimento de longo prazo, atua como um instrumento de forte poder de atração e retenção dos talentos da Companhia.

e. Como o plano alinha os interesses dos administradores e da Companhia a curto, médio e longo prazo

O Plano de Opção atrela níveis distintos de ganho em função de performance, o que constitui instrumento incentivador para o cumprimento das metas globais da Companhia e para a busca de ações de médio e longo prazo que gerem valor agregado para a Companhia e refletem na valorização de suas ações no mercado. Nesse sentido, os administradores são fortemente estimulados a buscar resultados sustentáveis que gerem valor para a Companhia ao longo do tempo. O Plano de Opção da Companhia alinha os interesses dos administradores com os interesses dos acionistas da Companhia, na medida em que possibilita que os administradores tornem-se acionistas da Companhia, estimulando uma gestão eficiente, atraindo e retendo os profissionais altamente qualificados e gerando crescimento e valor para a Companhia. Os mecanismos que permitem o alinhamento de interesses dos beneficiários ao longo do tempo incluem, por exemplo, os prazos de carência durante os quais as opções não podem ser exercidas e os prazos finais para exercício das opções. A divisão das opções em lotes, com exercício ao longo do tempo, serve como estímulo para a retenção do profissional durante tais prazos, permitindo que vá se tornando acionista da Companhia com participação progressivamente maior e que possa auferir um ganho que será tanto maior quanto mais tempo fique na Companhia. Por outro lado, a restrição à transferência das ações permite que se module esse alinhamento de interesses por prazo mais longo, de forma que qualquer ganho só possa ser realizado após o transcurso de tal período.

f. Número máximo de ações abrangidas;

O Plano de Opção da Companhia aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária realizada em 8 de maio de 2008, prevê que as opções outorgadas não poderão abranger mais do que o limite máximo de ações representativas de até 2,5% (dois vírgula cinco por cento) do capital social da Companhia na respectiva data de concessão. Tomando como base a quantidade de ações emitidas pela Companhia em 31 de dezembro de 2010, o total de ações abrangidas pelo Plano de Opção poderá

ser de 51.100.357 ações. Existem 10.849.191 opções outorgadas pela Companhia em aberto, de forma que a Companhia ainda poderia outorgar, a partir do exercício social de 2011, com base no total referido acima, um saldo de opções representativo de 40.251.166 de ações, respeitando o limite de 2,5% do capital social a cada concessão.

Adicionalmente ao limite previsto acima, o Plano de Opção prevê que, em sucessão à BM&F S.A., por conta de sua incorporação pela Companhia em 8 de maio de 2008, o plano de opção daquela sociedade (“Plano BM&F”), foi assumido pela Companhia, de forma que os Beneficiários do Plano BM&F farão jus ao exercício de opções de compra de ações emitidas pela Companhia. Isso implicou a assunção de 19.226.388 opções pela Companhia, representativas de igual número de ações de emissão da Companhia. Deste total, ainda restam 5.461.546 opções em aberto em 31 de dezembro de 2010. Estas ações não se incluem no limite de 2,5% previsto no Plano de Opção da Companhia.

g. Número máximo de opções a serem outorgadas

O Plano de Opção da Companhia aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária realizada em 8 de maio de 2008, prevê que as opções outorgadas não poderão abranger mais do que o limite máximo de ações representativas de até 2,5% (dois virgula cinco por cento) do capital social da Companhia na respectiva data de concessão. Tomando como base a quantidade de ações emitidas pela Companhia em 31 de dezembro de 2010, o total de opções abrangidas pelo Plano de Opção poderá ser de 51.100.357 opções de ações. Existem 10.849.191 opções outorgadas pela Companhia em aberto, de forma que a Companhia ainda poderia outorgar, a partir do exercício social de 2011, com base no total referido acima, um saldo de opções representativo de 40.251.166 opções de compra de ações, respeitando o limite de 2,5% do capital social a cada concessão.

h. Condições de aquisição de ações

As regras do Plano de Opção existente determinam que o Conselho de Administração ou o Comitê de Remuneração, conforme o caso, criarão, periodicamente, Programas de Opção de Compra de Ações (“Programas”), onde serão definidos: (i) os beneficiários; (ii) o número total de ações da Companhia objeto de outorga; (iii) a divisão da outorga em lotes, se for o caso; (iv) o preço de exercício; (v) o prazo de carência e o prazo para o exercício da opção; (vi) eventuais restrições à transferência das ações recebidas pelo exercício da opção; e (vii) eventuais disposições sobre penalidades. Cada Programa poderá também estabelecer, a critério do Conselho de Administração ou Comitê, conforme o caso, ouvido o Diretor Presidente, um percentual de acréscimo do número base de opções outorgadas a cada beneficiário, com base em atendimento de metas globais e/ou individuais, respeitados os limites previstos no Plano. Para outras informações sobre as condições para aquisição de ações no âmbito do Plano de Opção e respectivos Programas, vide especialmente os subitens (a), (i) e (j) deste item 13.4.

i. Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

O Plano de Opção estabelece, como regra geral, que o preço de exercício das opções corresponde à média do preço de fechamento das ações de emissão da Companhia nos últimos vinte pregões anteriores à data de concessão da opção. O Conselho de Administração poderá determinar, quando do lançamento de cada Programa, que seja concedido aos beneficiários um desconto de até 20% na fixação do preço de exercício da opção, incidente sobre o valor básico determinado na forma acima descrita. A concessão de desconto em determinado Programa de *Stock Option* não obrigará a

concessão de desconto, ou do mesmo percentual de desconto, nos Programas de *Stock Option* posteriores.

j. Critérios para fixação do prazo de exercício

As regras do Plano de Opção estabelecem que as opções poderão ser exercidas total ou parcialmente durante os prazos e nos períodos fixados em cada Programa e nos respectivos Contratos de Outorga de Opção de Compra de Ações, a critério do Conselho de Administração ou Comitê de Remuneração, conforme o caso. Em qualquer caso, na determinação de tais prazos, tais órgãos devem considerar o atendimento aos objetivos do Plano de Opção, de forma que tais prazos tenham em vista o horizonte de médio a longo prazo, focando no alinhamento de interesses e na retenção de talentos.

Com relação aos Programas atualmente existentes, os beneficiários poderão exercer as opções efetivamente outorgadas à razão de $\frac{1}{4}$ ao ano. No caso do Programa 2010, os prazos de exercício foram os seguintes: (i) $\frac{1}{4}$ a partir de 03 de janeiro de 2011; (ii) $\frac{1}{4}$ a partir de 03 de janeiro de 2012; (iii) $\frac{1}{4}$ a partir de 03 de janeiro de 2013; e (iv) $\frac{1}{4}$ a partir de 03 de janeiro de 2014. Para o Programa de 2008, os prazos de exercício foram os seguintes: (i) $\frac{1}{4}$ a partir de 30 de junho de 2009; (ii) $\frac{1}{4}$ a partir de 30 de junho de 2010; (iii) $\frac{1}{4}$ a partir de 30 de junho de 2011; e (iv) $\frac{1}{4}$ a partir de 30 de junho de 2012. Para o Programa de 2009, os prazos de exercício foram os seguintes: (i) $\frac{1}{4}$ a partir de 30 de dezembro de 2009; (ii) $\frac{1}{4}$ a partir de 30 de dezembro de 2010; (iii) $\frac{1}{4}$ a partir de 30 de dezembro de 2011; e (iv) $\frac{1}{4}$ a partir de 30 de dezembro de 2012.

As condições dos Programas atualmente existentes ainda preveem que a opção poderá ser exercida após o vencimento de cada período de carência, limitado ao prazo máximo de sete anos a partir do primeiro período de carência. Cumprido o prazo de carência, a opção poderá ser exercida total ou parcialmente. Se a opção for exercida parcialmente, o titular poderá exercer o remanescente dentro dos prazos já estipulados. A opção não exercida nos prazos e condições estipulados nos respectivos Programas será considerada automaticamente extinta, sem direito à indenização.

k. Forma de liquidação

Os beneficiário dos Programas que desejarem exercer as opções efetivamente outorgadas deverão comunicar à Companhia, por escrito, mediante envio de “Notificação de Exercício”. Referida notificação deverá indicar a quantidade de ações que o beneficiário pretende comprar. A Notificação de Exercício somente será considerada válida e eficaz se entregue nos prazos fixados pela Companhia, tendo em vista a necessidade de programação para tornar disponíveis as ações para aquisição nos termos dos Programas. Ao receber a comunicação, cabe à Companhia informar ao Beneficiário o preço de exercício e cabe à administração da Companhia tomar todas as providencias necessárias para formalizar a aquisição das ações e exercício das opções. O preço de exercício da opção será pago pelos Beneficiários na forma estipulada pelo Conselho de Administração ou Comitê, conforme o caso.

Exercida a opção, a Companhia, o beneficiário e eventuais outras partes envolvidas deverão firmar os documentos necessários para tornar efetiva a aquisição das ações, observadas as formalidades previstas em lei e no Estatuto Social da Companhia, bem como as restrições de negociação de ações previstas na lei e na regulamentação em vigor. As ações gozarão dos mesmos direitos conferidos às demais ações de igual espécie emitidas pela Companhia.

A Companhia poderá determinar a suspensão temporária do direito ao exercício da opção sempre que se verificarem situações que, nos termos da lei ou regulamentação em vigor, restrinjam ou impeçam a negociação de ações por parte do beneficiário. O preço de exercício da opção será pago à vista pelo beneficiário. Nenhuma ação será entregue ao beneficiário em decorrência do exercício da opção a não ser que todas as exigências legais e regulamentares tenham sido integralmente cumpridas.

l. Restrições à transferência das ações

O Plano de Opção atribui ao Conselho de Administração ou ao Comitê de Remuneração, conforme o caso, competência para estabelecer um período de indisponibilidade durante o qual o beneficiário não poderá vender, transferir ou, de qualquer forma, alienar as ações da Companhia adquiridas no âmbito do Plano de Opção, bem como aquelas que venham a ser por ele adquiridas em virtude de bonificações, desdobramentos, subscrições ou qualquer outra forma de aquisição que não envolva o desembolso de recursos próprios adicionais do beneficiário, ou valores mobiliários que deem direito à subscrição ou aquisição de ações, caso tais ações ou valores mobiliários sejam resultantes da propriedade de ações objeto do Plano de Opção. Tal período de indisponibilidade nunca será superior a dois anos contados da data da outorga da opção.

Não obstante, o beneficiário poderá alienar, a qualquer tempo, o número de ações necessário para realizar o pagamento da totalidade ou da parcela mínima de realização (se admitida essa forma de integralização a prazo), do preço de exercício de opções exercidas.

Caso venha a ser admitida a integralização a prazo do preço de exercício, enquanto o referido preço de exercício não for pago integralmente, as ações adquiridas mediante o exercício da opção nos termos do Plano de Opção não poderão ser alienadas a terceiros, salvo mediante prévia autorização do Conselho de Administração ou por proposta do Comitê de Remuneração, hipótese em que o produto da venda será destinado prioritariamente para quitação do débito do beneficiário para com a Companhia.

O beneficiário se obriga, ainda, a não onerar as ações que não estejam totalmente integralizadas ou sujeitas a período de indisponibilidade, bem como a não instituir sobre elas qualquer gravame que possa impedir a execução do disposto no Plano de Opção da Companhia.

Vale notar que nos Programas atualmente existentes, não foi fixado período de indisponibilidade.

m. Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

O Plano de Opção pode ser extinto a qualquer tempo pelo Conselho de Administração, sem prejuízo da prevalência das restrições à negociabilidade das ações, e sem alteração dos direitos e obrigações de qualquer acordo existente sobre opção de compra em vigor.

Adicionalmente, na hipótese de dissolução, transformação, incorporação, fusão, cisão ou reorganização da Companhia após a qual a Companhia não seja a sociedade remanescente ou, em sendo a sociedade remanescente, deixe de ter suas ações admitidas à negociação em bolsa de valores, as opções concedidas pela Companhia, a critério do Conselho de Administração ou por proposta do Comitê de Remuneração, conforme o caso, poderão ser transferidas para a companhia sucessora ou terão seus prazos de carência antecipados, por determinado prazo, para que possam

ser exercidas pelos respectivos beneficiários. Após o referido prazo, o Plano de Opção da Companhia terminará e as opções não exercidas caducarão sem direito à indenização. Os beneficiários serão comunicados com razoável antecedência sobre a ocorrência de qualquer dos eventos referidos acima, para que possam, a seu exclusivo critério e conforme prazo determinado pelo Conselho de Administração ou por proposta do Comitê de Remuneração, conforme o caso, exercer suas opções.

n. Efeitos da saída do administrador dos órgãos da Companhia sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

No caso de destituição do mandato por violação dos deveres e atribuições de administrador ou demissão por justa causa, ou ainda rescisão do contrato de prestação de serviços por justa causa, conforme a legislação civil ou trabalhista, caducarão sem indenização todas as opções não exercidas, tendo ou não decorrido o seu respectivo prazo de carência.

Na hipótese de término da relação do beneficiário com a Companhia em razão de destituição ou renúncia ao mandato de administrador, por demissão ou rescisão do contrato de prestação de serviços sem justa causa, ou ainda por desligamento voluntário: (i) as opções já liberadas do prazo de carência poderão ser exercidas no prazo máximo de noventa dias contados do evento que originou o término da relação com a Companhia, respeitado o prazo máximo de exercício fixado no respectivo Programa; e (ii) as opções cujo prazo de carência não tiver decorrido caducarão, sem direito a indenização.

Caso o beneficiário venha a falecer ou tornar-se permanentemente inválido para o exercício de sua função na Companhia enquanto administrador ou empregado, os direitos decorrentes das opções poderão ser exercidos, conforme o caso, pelo próprio beneficiário ou por seus herdeiros e sucessores, que poderão exercer tais direitos, tendo ou não decorrido os prazos iniciais de carência, por um período de um ano a contar da data do óbito ou invalidez permanente, após o qual estarão extintos, sem direito a indenização. Nessas hipóteses, a opção poderá ser exercida no todo ou em parte, com pagamento à vista, partilhando-se entre os herdeiros ou sucessores o direito às ações, na forma de disposição testamentária ou conforme estabelecido no inventário respectivo. As ações que vierem a ser subscritas por beneficiário inválido, seus herdeiros ou sucessores estarão livres e desembaraçadas para venda a qualquer momento.

As disposições acima aplicam-se também em caso de aposentadoria do beneficiário, desde que o beneficiário comprometa-se a não prestar serviços, com ou sem vínculo empregatício, a empresas e instituições que, mesmo de forma indireta, atuem em mercados coincidentes ao da Companhia, durante, no mínimo, 120 (cento e vinte) dias.

Nenhuma disposição do Plano de Opção, de qualquer Programa ou Contrato celebrado no âmbito do Plano de Opção conferirá a qualquer beneficiário direitos com respeito à permanência como administrador ou empregado da Companhia e não interferirá, de qualquer modo, com os direitos da Companhia de interromper, a qualquer tempo, o mandato do administrador ou o contrato de trabalho do empregado.

13.5 Quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pela Companhia, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle

comum, por membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária ou do Conselho Fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social.

2010

Acionista	Ações da Companhia	(%)
Conselho de Administração	656.302	0,03%
Diretoria	2.776.997	0,14%
Conselho Fiscal	n/a	n/a
Total	3.433.299	0,17%

13.6 Remuneração baseada em ações reconhecida no resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009 e 31 de dezembro de 2010, e remuneração baseada em ações prevista para o exercício social corrente, do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária

As tabelas abaixo apresentam informações sobre a remuneração baseada em ações da Diretoria Estatutária da Companhia (i) reconhecida no resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010 e 31 de dezembro de 2009, considerando o número de membros de cada órgão aos quais foi efetivamente atribuída remuneração baseada em ações; e (ii) prevista para o exercício social corrente.

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2010			
	Conselho de Administração	Diretoria	Total
Número de membros	n/a	0	0
Em relação a cada outorga de opção			
Data de outorga	n/a	n/a	n/a
Quantidade de opções outorgadas	n/a	n/a	n/a
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	n/a	n/a	n/a
Prazo máximo para exercício das opções	n/a	n/a	n/a
Prazo de restrição à transferência das ações	n/a	n/a	n/a
Preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções em aberto no início do exercício social	n/a	n/a	n/a
perdas durante o exercício social	n/a	n/a	n/a
exercidas durante o exercício social	n/a	n/a	n/a
expiradas durante o exercício social	n/a	n/a	n/a
Valor justo das opções na data de outorga	n/a	n/a	n/a
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas	n/a	n/a	n/a

Ressaltamos que em relação à remuneração de longo prazo (outorgas de *stock options* conforme o Plano de Opções) conforme deliberação do Conselho de Administração, a concessão de opções referente ao exercício social de 2010 ocorreu somente em janeiro de 2011, com efeitos sobre o exercício social de 2011 (vide nota em item 13.1 b (ii)).

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2009

	Conselho de Administração	Diretoria	Total
Número de membros	n/a	6	6
Em relação a cada outorga de opção			
Data de outorga	n/a	01/03/2009	
Quantidade de opções outorgadas	n/a	2.490.000	
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	n/a	622.500 - 30/12/09 622.500 - 30/12/10 622.500 - 30/12/11 622.500 - 30/12/12	
Prazo máximo para exercício das opções	n/a	30/12/2016	
Prazo de restrição à transferência das ações	n/a	n/a	
Preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções	n/a	R\$6,60	R\$6,60
em aberto no início do exercício social	n/a	R\$6,60	R\$6,60
perdidas durante o exercício social	n/a	R\$6,60	R\$6,60
exercidas durante o exercício social	n/a	R\$6,60	R\$6,60
expiradas durante o exercício social	n/a	R\$6,60	R\$6,60
Valor justo das opções na data de outorga	n/a	R\$2,93	R\$2,93
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas	n/a	0,12%	0,12%

Em virtude da incorporação da BM&F S.A., a Companhia assumiu 19.226.388 opções de compra de ações das quais 7.859.384 haviam sido outorgadas aos administradores daquela sociedade, que dão o direito à aquisição de igual número de ações de emissão da Companhia, ao preço de exercício fixo de R\$1,00 por ação. Em 31 de dezembro de 2010, existiam 1.464.846 opções de ações dos administradores no âmbito do Plano de Opção da BM&F que ainda não haviam atingido os prazos de carência (*vesting*), permanecendo em aberto.

No âmbito do Plano de Opção, em 19 de dezembro de 2008, foi outorgado um lote de opções com preço de exercício de R\$5,174 por ação, correspondente à média do preço de fechamento dos 20 pregões anteriores à data de concessão, observados prazos de carência (*vesting*) para seu exercício. Foram outorgadas 1.540.000 opções de compra de ações aos administradores, distribuídas igualmente em quatro datas de carência (*vesting*) ao longo de quatro anos (“Programa 2008”).

Desde então tivemos o *vesting* dos lotes 1 e 2 e alguns administradores que possuíam opções de ações referentes ao Programa 2008 adquiriram o direito de exercício de suas opções. Em 31 de

dezembro de 2010, existiam 280.000 opções de ações outorgadas em 2008 aos administradores no âmbito do Programa 2008 que ainda não haviam atingido os prazos de carência (*vesting*).

No âmbito do Plano de Opções, em 01 de março de 2009 foram outorgadas 2.490.000 opções de compra de ações aos administradores, com preço de exercício fixo de R\$6,60 por ação. Após essa data, não ocorreram novas outorgas ou alterações das condições de *vesting* no âmbito desse plano. Em 31 de dezembro de 2010, existiam 955.000 opções de ações dos administradores que ainda não haviam atingido os prazos de carência (*vesting*).

Em 03 de janeiro de 2011 a quantidade de opções outorgadas para os Diretores Estatutários no Programa 2010, conforme aprovado pelo Conselho de Administração, abrangeu 3.420.000 ações, que representam 0,17% do total de ações emitidas pela Companhia, e seu preço de exercício foi definido com base na cotação da ação dos 20 últimos pregões de 2010, em conformidade com o Plano de Opção.

Ressaltamos que em relação à remuneração de longo prazo (outorgas de *stock options* conforme o Plano de Opções) conforme deliberação do Conselho de Administração, a concessão de opções referente ao exercício social de 2010 ocorreu somente em janeiro de 2011, com efeitos sobre o exercício social de 2011 (vide nota em item 13.1 b (ii)).

Exercício Social previsto para 2011			
	Conselho de Administração	Diretoria	Total
Número de membros	n/a	6	6
Em relação a cada outorga de opção			
Data de outorga	n/a	03/01/2011	
Quantidade de opções outorgadas	n/a	3.420.000	
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	n/a	855.000 - 03/01/11 855.000 - 03/01/12 855.000 - 03/01/13 855.000 - 03/01/14	
Prazo máximo para exercício das opções	n/a	03/01/2018	
Prazo de restrição à transferência das ações	n/a	n/a	
Preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções	n/a	R\$12,91	R\$12,91
em aberto no início do exercício social	n/a	R\$12,91	R\$12,91
perdas durante o exercício social	n/a	R\$12,91	R\$12,91
exercidas durante o exercício social	n/a	R\$12,91	R\$12,91
expiradas durante o exercício social	n/a	R\$12,91	R\$12,91
Valor justo das opções na data de outorga	n/a	R\$4,50	R\$4,50

Exercício Social previsto para 2011			
	Conselho de Administração	Diretoria	Total
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas	n/a	0,17%	0,17%

13.7 Opções em aberto do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária ao final do último exercício social

As tabelas abaixo apresentam informações sobre as opções em aberto da Diretoria Estatutária da Companhia ao final do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, considerando o número de membros de cada órgão aos quais foi efetivamente atribuída remuneração variável.

Ressaltamos que em relação à remuneração de longo prazo (outorgas de *stock options* conforme o Plano de Opções) conforme deliberação do Conselho de Administração, a concessão de opções referente o exercício social de 2010 ocorreu somente em janeiro de 2011, com efeitos sobre o exercício social de 2011(vide nota em item 13.1 b (ii)).

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2010 – Programa 2010			
	Conselho de Administração	Diretoria	Total
Número de membros	n/a	6	6
Opções ainda não exercíveis			
Quantidade	n/a	n/a	n/a
Data em que se tornarão exercíveis	n/a	n/a	n/a
Prazo máximo para exercício	n/a	n/a	n/a
Prazo de restrição à transferência das ações	n/a	n/a	n/a
Preço médio ponderado do exercício	n/a	n/a	n/a
Valor justo das opções no último dia do exercício social		n/a	n/a
Opções exercíveis			
Quantidade	n/a	n/a	n/a
Prazo máximo para exercício	n/a	n/a	n/a
Prazo de restrição à transferência das ações	n/a	n/a	n/a
Preço médio ponderado do exercício	n/a	n/a	n/a
Valor justo das opções no último dia do exercício social	n/a	n/a	n/a
Valor justo do total das opções no último dia do exercício social	n/a	n/a	n/a

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2010 – Programa 2009			
	Conselho de Administração	Diretoria	Total
Número de membros	n/a	6	6
Opções ainda não exercíveis			
Quantidade	n/a	955.000	955.000

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2010 – Programa 2009

	Conselho de Administração	Diretoria	Total
Data em que se tornarão exercíveis	n/a	477.500 – 30/12/2011 477.500 – 30/12/2012	
Prazo máximo para exercício	n/a	30/12/2016	
Prazo de restrição à transferência das ações	n/a	n/a	n/a
Preço médio ponderado do exercício	n/a	6,60	6,60
Valor justo das opções no último dia do exercício social		2,93	2,93
Opções exercíveis			
Quantidade	n/a	617.500	617.500
Prazo máximo para exercício	n/a	30/12/2016	
Prazo de restrição à transferência das ações	n/a	n/a	n/a
Preço médio ponderado do exercício	n/a	6,60	6,60
Valor justo das opções no último dia do exercício social	n/a	2,93	2,93
Valor justo do total das opções no último dia do exercício social	n/a	2,93	2,93

Em virtude da incorporação da BM&F S.A., a Companhia assumiu 19.226.388 opções de compra de ações das quais 7.859.384 haviam sido outorgadas aos administradores daquela sociedade, que dão o direito à aquisição de igual número de ações de emissão da Companhia, ao preço de exercício fixo de R\$1,00 por ação. Em 31 de dezembro de 2010, existiam 1.464.846 opções de ações na condição de não exercíveis, não havendo opções na condição de exercíveis.

No âmbito do Plano de Opção, em 19 de dezembro de 2008, foi outorgado um lote de opções com preço de exercício de R\$5,174 por ação, correspondente à média do preço de fechamento dos 20 pregões anteriores à data de concessão, observados prazos de carência (*vesting*) para seu exercício. Foram outorgadas 1.540.000 opções de compra de ações aos administradores, distribuídas igualmente em quatro datas de carência (*vesting*) ao longo de quatro anos (“Programa 2008”). Em 31 de dezembro de 2010, existiam 280.000 opções de ações na condição de não exercíveis e 70.000 opções de ações na condição de exercíveis.

13.8 Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009 e 31 de dezembro de 2010.

As tabelas abaixo apresentam informações sobre as opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações da Diretoria Estatutária da Companhia nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2010 e 31 de dezembro de 2009, considerando o número de membros de cada órgão que efetivamente exerceram opção e receberam ações.

Ressaltamos que em relação à remuneração de longo prazo (outorgas de *stock options* conforme o Plano de Opções) conforme deliberação do Conselho de Administração, a concessão de opções

referente ao exercício social de 2010 ocorreu somente em janeiro de 2011, com efeitos sobre o exercício social de 2011(vide nota em item 13.1 b (ii)).

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2010 – Programa 2010

	Conselho de Administração	Diretoria	Total
Número de membros	n/a	0	0
Opções exercidas			
Número de ações	n/a	0	0
Preço médio ponderado do exercício	n/a	0	0
Valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	n/a	0	0
Ações entregues	n/a	0	0
Número de ações	n/a	0	0
Preço médio ponderado de aquisição	n/a	0	0
Valor total da diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas	n/a	0	0

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2009 – Programa 2009

	Conselho de Administração	Diretoria	Total
Número de membros	n/a	0	0
Opções exercidas			
Número de ações	n/a	0	0
Preço médio ponderado do exercício	n/a	0	0
Valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	n/a	0	0
Ações entregues	n/a	0	0
Número de ações	n/a	0	0
Preço médio ponderado de aquisição	n/a	0	0
Valor total da diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas	n/a	0	0

Conforme informado no item 13.6, em virtude da incorporação da BM&F S.A., a Companhia assumiu 19.226.388 opções de compra de ações das quais 7.859.384 haviam sido outorgadas aos administradores daquela sociedade, que dão o direito à aquisição de igual número de ações de emissão da Companhia, ao preço de exercício fixo de R\$1,00 por ação. Em 31 de dezembro de 2010, existiam 1.464.846 opções de ações dos administradores no âmbito do Plano de Opção da BM&F que ainda não haviam atingido os prazos de carência (*vesting*), permanecendo em aberto.

. No âmbito do Plano de Opção, em 19 de dezembro de 2008, foi outorgado um lote de opções com preço de exercício de R\$5,174 por ação, correspondente à média do preço de fechamento dos 20 pregões anteriores à data de concessão, observados prazos de carência (*vesting*) para seu exercício. Foram outorgadas 1.540.000 opções de compra de ações aos administradores, distribuídas igualmente em quatro datas de carência (*vesting*) ao longo de quatro anos (“Programa 2008”). Em 31 de dezembro de 2010, existiam 280.000 opções de ações outorgadas em 2008 aos administradores no âmbito do Programa 2008 que ainda não haviam atingido os prazos de carência (*vesting*).

No âmbito do Plano de Opções, em 01 de março de 2009 foram outorgadas 2.490.000 opções de compra de ações aos administradores, com preço de exercício fixo de R\$6,60 por ação. Após essa data, não ocorreram novas outorgas ou alterações das condições de *vesting* no âmbito desse plano. Em 31 de dezembro de 2010, existiam 955.000 opções de ações dos administradores que ainda não haviam atingido os prazos de carência (*vesting*).

13.9 Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções

a. modelo de precificação

Levando-se em conta os fatores descritos nas letras (b) e (c) deste item 13.9, foi empregado o modelo Binomial de Hull para a determinação do valor justo das opções concedidas. Esse modelo apresenta resultados equivalentes aos resultados do modelo de *Black & Scholes* para opções europeias simples, possuindo a vantagem de incorporar, conjuntamente, as características de exercício antecipado e de pagamento de dividendos associadas à opção em questão.

b. dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

As principais premissas consideradas na precificação das opções foram:

- as opções foram avaliadas considerando-se os parâmetros de mercado vigentes em cada uma das datas de outorga dos diferentes programas de outorga;
- para estimativa da taxa de juros livre de risco, foram utilizados os contratos de juros futuros negociados para o prazo máximo de exercício de cada opção;
- os preços das ações foram ajustados de forma a incorporar o efeito do pagamento de dividendos;
- a volatilidade esperada utilizada para precificação foi definida conforme descrito na letra (d) deste item 13.9; e
- como prazo de vencimento das opções, foi utilizado o prazo máximo de exercício das opções outorgadas.

Foram consideradas as demais premissas clássicas associadas aos modelos de precificação de opções, como inexistência de oportunidades de arbitragem e volatilidade constante ao longo do tempo.

Assim sendo, as principais premissas estão destacadas no quadro abaixo:

Dados e Premissas	Programa 2010
Data de Outorga	03/01/2011
Preço da Ação (R\$)	13,40
Preço de Exercício (R\$)	12,91
Volatilidade Esperada (ano)	25,00%
Prazo de vida da opção (último <i>vesting</i>)	7 anos
Dividendos Esperados (<i>Payout</i>)	80%

c. método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

Para a apuração do valor justo das opções concedidas, a Companhia considerou os seguintes aspectos:

- o modelo de opções de ações outorgado pela Companhia permite exercício antecipado a partir de determinada data no futuro (data de *vesting*), compreendida entre a data de outorga e a data máxima para exercício;
- o ativo objeto das opções paga dividendos entre a data de outorga e a data máxima para exercício.

Dessa forma, a opção considerada apresenta características do modelo europeu (exercício antecipado não permitido) até a data de *vesting* e características do modelo americano (possibilidade de exercício antecipado) entre a data de *vesting* e a data máxima para exercício. Opções com essas propriedades são denominadas opções do tipo “Bermuda” ou “Mid-Atlantic” e seu preço deve, por construção, situar-se entre o preço de uma opção do modelo europeu e o preço de uma opção do modelo americano de características equivalentes. Com relação ao pagamento de dividendos, deve-se levar em conta dois efeitos sobre o preço da opção considerada: (i) a queda no valor das ações após as suas data ex-dividendos; e (ii) a influência desses pagamentos sobre a decisão de exercício antecipado.

d. forma de determinação da volatilidade esperada

As ações objeto das opções relativas aos Programas de *Stock Option* da Companhia não possuíam posições em aberto em opções listadas na data de cálculo do preço justo, não sendo possível, portanto, determinar a sua volatilidade implícita por intermédio de preços observados em mercado. Dessa forma, a Companhia utilizou como estimativa de volatilidade a média entre a volatilidade calculada por meio de um modelo amplamente aceito (EWMA) e a volatilidade implícita divulgada por um provedor de informações independente.

e. Se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

Todas as características importantes da opção estão descritas e consideradas nas letras anteriores.

13.10 Planos de previdência em vigor conferidos aos membros do Conselho de Administração e aos Diretores Estatutários

	Conselho de Administração		
	o	Diretoria	Total
Número de membros	n/a	6	0
Nome do plano		Mercaprev	
Quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar	n/a	1	0
Condições para se aposentar antecipadamente	n/a	n/a	0

	Conselho de Administração	Diretoria	Total
Valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	n/a	3.893.443,51	3.893.443,51
Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	n/a	438.110,56	438.110,56
Há possibilidade de resgate antecipado e quais as condições	n/a	Sim, somente a parte do funcionário	-

13.11 Remuneração Média dos Administradores (Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal)

Em 2010, a outorga de opções de compra de ações (*Stock Options*) referente ao exercício 2010, conforme deliberação do Conselho de Administração (vide item 13.1 b (ii)) ocorreu em 3 de janeiro de 2011, com efeito sobre o resultado do exercício de 2011.

No caso da Diretoria, devido à saída de dois Diretores, um em abril e outro em junho, e a admissão de um novo Diretor em abril e outro em junho, para o item de menor remuneração, consideramos os 4 membros com efetivo exercício de suas funções nos doze meses. Para informar a maior remuneração, consideramos todas as remunerações reconhecidas no resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, sendo que o membro da Diretoria com a maior remuneração exerceu suas funções durante todo o período de janeiro a dezembro.

Um membro do Conselho de Administração não teve remuneração no período de 2010. O valor médio de remuneração dos membros que receberam remuneração durante o exercício de 2010 foi de R\$383.573,49.

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2010			
	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal *
Número de membros	11,00	6,00	n/a
Valor da maior remuneração individual (em R\$)	1.403.705,84	4.208.247,98	n/a
Valor da menor remuneração individual (em R\$)	204.000,00	1.769.140,17	n/a
Valor médio de remuneração individual (em R\$)	348.703,17	2.480.091,13	n/a

* Conforme descrito no item 13.1 do Formulário de Referência, a Companhia não possui um Conselho Fiscal instalado, mas suas responsabilidades são adequadamente supridas pela existência do Comitê de Auditoria da forma como foi concebido e cujas atribuições, elencadas no art. 47 do Estatuto Social da Companhia, superpõem-se às competências do Conselho Fiscal previstas na Lei das S.A..

O Comitê de Auditoria da Companhia é formado por 5 membros, todos independentes, sendo 4 membros externos e 1 Conselheiro Independente, com mandato de dois anos. Para a composição dos valores abaixo mencionados, foram considerados os 4 membros externos com pagamentos durante todo o exercício social de 2010. A maior remuneração reconhecida no exercício social de 2010 foi de R\$241.352,46, a menor remuneração foi de R\$190.194,02. A remuneração média reconhecida no exercício social de 2010 foi de R\$203.735,27.

Devido à alteração na composição do Conselho de Administração ocorrida em abril de 2009, para o item de menor remuneração consideramos apenas os cinco membros com efetivo exercício durante os doze meses. Para a informação da maior remuneração consideramos todas as remunerações reconhecidas no resultado, entretanto, o membro do Conselho de Administração com a maior remuneração exerceu suas funções na Companhia durante o período de maio a dezembro.

No caso da Diretoria, devido à saída de dois Diretores em fevereiro, um em maio e a admissão de um novo Diretor em julho, para o item de menor remuneração, consideramos os cinco membros com efetivo exercício de suas funções nos doze meses. Para informar a maior remuneração, consideramos todas as remunerações reconhecidas no resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, sendo que o membro da Diretoria com a maior remuneração exerceu suas funções durante todo o período de janeiro a dezembro.

Dois membros do Conselho de administração não tiveram remuneração no período de 2009. O valor médio de remuneração dos membros que receberam remuneração durante o exercício de 2009 foi de R\$415.061,48.

Ressaltamos que a composição da remuneração de 2009, inclui a parcela referente a remuneração de longo prazo (outorgas de opções de compra de ações - *Stock Options*) calculado com base no valor justo das opções, conforme descrito nos itens 13.4, 13.6, 13.7, 13.8 e 13.9.

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2009			
	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal
Número de membros	10,92	6,00	n/a
Valor da maior remuneração individual (em R\$)	936.091,88	5.453.734,08	n/a
Valor da menor remuneração individual (em R\$)	204.000,00	2.326.769,28	n/a
Valor médio de remuneração individual (em R\$)	339.042,89	2.971.009,46	n/a

13.12 Arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria e quais as consequências financeiras para a Companhia

Não adotamos política específica no que se refere a remuneração e/ou indenizações para administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, exceto, neste último caso, pelos benefícios relacionados aos planos de previdência em vigor, descritos no item 13.10. Vale notar que a apólice de Seguro de Responsabilidade Civil de Diretores e Administradores (D&O - *Directors & Officers*) contratada pela Companhia não se estende e não tem qualquer relação com as hipóteses de destituição ou aposentadoria, visando garantir proteção financeira e tranquilidade

para que todos os que ocupam cargos diretivos tomem as decisões diárias com serenidade, além de ser visto como um competitivo benefício, que propicia a retenção de profissionais qualificados.

13.13 Percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado da Companhia referente a membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária ou do Conselho Fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto

A Companhia não tem acionista controlador, razão pela qual não existem remunerações reconhecidas no resultado da Companhia referentes a membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos.

13.14 Valores reconhecidos no resultado da Companhia como remuneração de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária ou do Conselho Fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados.

Não existem remunerações ou quaisquer valores reconhecidos no resultado da Companhia referentes à remuneração de membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária, por qualquer razão que não a função que ocupam.

13.15 Valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas da Companhia, como remuneração de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária ou do Conselho Fiscal da Companhia, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos.

A Companhia não tem acionista controlador, e portanto também não há sociedades em controle comum com a Companhia. Não há valores reconhecidos no resultado de controladas da Companhia como remuneração de membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária da Companhia.

13.16 Outras informações que a Companhia julga relevantes

Não existem outras informações relevantes relativas à remuneração dos administradores que não tenham sido consideradas nos demais subitens deste item 13.